



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SERGIPE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – COPGD

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PRODIR

**A SOCIEDADE EM REDE E A EFICÁCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO
BRASIL**

Gustavo
Salgueiro

Herrera

SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SERGIPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – COPGD

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PRODIR

**A SOCIEDADE EM REDE E A EFICÁCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO
BRASIL**

Relatório de atividades apresentado
ao Programa de Pós-Graduação em
Direito – Mestrado – PRODIR, da
Universidade Federal de Sergipe,
para fins de defesa da dissertação.
Área de concentração:
Constitucionalização do Direito.
Linha de Pesquisa: Eficácia dos
direitos fundamentais nos
movimentos sociais deflagrados em
Redes Sociais da internet

Candidato: Gustavo Herrera
Salgueiro

Orientador: Prof. Dr. Lucas
Gonçalves da Silva

SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE

2018
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – COPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PRODIR
GUSTAVO HERRERA SALGUEIRO

A SOCIEDADE EM REDE E A EFICÁCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

Relatório de atividades apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado – PRODIR, da Universidade Federal de Sergipe, para fim de defesa da dissertação. Área de concentração: Constitucionalização do Direito. Linha de Pesquisa: Eficácia dos direitos fundamentais nos movimentos sociais deflagrados em Redes Sociais da internet

Orientador: Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – Universidade Federal de Sergipe

Membro Interno: Prof.(a) Dr.(a) Karyna Sposato Batista– Universidade Federal de Sergipe

Membro Externo: Prof. Dr. Manoel Jorge e Silva Neto - UFBA

SÃO CRISTÓVÃO, 2018
DEDICATÓRIA

Dedicado à minha Mãe que sempre me
ajudou, principalmente, neste projeto e

a meu pai que, embora não mais
presente, continua nos ajudando.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a DEUS e
àqueles que contribuíram para
este projeto.

RESUMO

Os movimentos sociais não são propriamente uma novidade trazida pelo mundo contemporâneo. Sua existência remonta à origem do Estado, posto que a semente dos movimentos sociais está no conflito entre classes e vontades políticas. É na contemporaneidade, contudo, que se vê o crescimento exponencial destes movimentos, fomentados, em especial, pelo surgimento da internet, mídias sociais e a comunicação sem fio. Esse conjunto de mecanismos virtuais cria a denominada “sociedade em rede”. Assim, este projeto tem como marco teórico a obra: “Redes de Indignação e Esperança – Movimentos sociais na era da Internet”, do autor Manuel Castells, principal pensador das sociedades conectadas em rede. Neste livro, o autor examina os movimentos sociais, que eclodiram a partir de junho de 2011 no mundo, e que foram responsáveis pela ampliação dos espaços deliberativos e da liberdade de expressão. Conduzindo a discussão para terras nacionais, faz-se um prisma das características comuns aos movimentos sociais, que ocorreram nas últimas décadas no País. Desde os movimentos do ano de 2013 até as paralisações dos caminhoneiros em 2018, pretendendo identificar os pontos frequentes e destoantes dessas mobilizações sociais. Ademais, busca-se compreender a contribuição, ou não, das características que são levantadas nos fenômenos mobilizatórios locais, para o processo democrático no Brasil. Neste sentido, a presente pesquisa tem a intenção de responder se, tais movimentos conseguem alcançar o pretendido, se são, ao fim, eficazes.

Palavras Chave: Movimentos Sociais. Internet. Sociedade em rede. Características. Estado. Política. Democracia. Liberdade de expressão.

ABSTRACT

Social movements are not exactly a novelty brought by the contemporary world. Its existence goes back to the origin of the state, since the seed of social movements lies in the conflict between classes and political wills. It is in contemporary times, however, that one sees the exponential growth of these movements, fomented, in particular, by the emergence of the internet, social media and wireless communication. This set of virtual mechanisms creates the so-called "network society." Thus, this project has as its theoretical framework the work: "Networks of Indignation and Hope - Social Movements in the Internet Age", by the author Manuel Castells, the main thinker of networked societies. In this book, the author examines social movements, which emerged from June 2011 in the world, and which were responsible for the expansion of deliberative spaces and freedom of expression. Leading the discussion to national lands, it is a prism of the characteristics common to the social movements that have occurred in the last decades in the Country. From the movements of the year of 2013 until the paralyzations of the truck drivers in 2018, intending to identify the frequent and distant points of these social mobilizations. In addition, it seeks to understand the contribution or not of the characteristics that are raised in the local mobilizational phenomena, for the democratic process in Brazil. In this sense, the present research intends to answer if, such movements can achieve the intended, if at last effective.

Keywords: Social Movements. Internet. Network society. Characteristics. State. Media Politics. Democracy. Freedom of speech

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO 1 | 14 |
| 1.1 Conceito dos Movimentos Sociais | 14 |
| 1.2 Origem dos Movimentos Sociais | 16 |
| 1.3 Movimentos Sociais e Democracia | 22 |
| 1.4 Movimentos Sociais e Esfera Pública | 28 |
| 1.4.1 Da Esfera Pública única à Sociedade em Rede- Ágora Digital | 29 |
| 1.5 À Tecnologia da Internet e da comunicação sem fio a serviço da democratização | 31 |
| 1.5.1 A internet como ferramenta para o surgimento e deflagração dos movimentos sociais | 33 |
| 1.6 Características comuns dos Movimentos Sociais em Rede | 35 |
| 1.7 Mecanismos comuns de paralisação dos movimentos sociais em rede | 37 |
| 1.8 Cibercultura e os Movimentos Sociais | 38 |
| 1.9. Os movimentos sociais em rede no Brasil | 46 |
| 1.9.1 O Movimento Passe Livre e os Movimentos de 2013 | 47 |
| 1.9.2 O Movimento dos Caminhoneiros e a chamada crise do Diesel de maio de 2018 | 54 |
| CAPÍTULO 2 | 65 |
| 2 Normas Constitucionais envolvidas nos movimentos sociais | 65 |
| 2.1 Distinção entre regras e princípios constitucionais | 66 |
| 2.1.1 Aplicabilidade das normas constitucionais- Eficácia, Aplicabilidade, Validade, Vigência, vigor e existência | 67 |
| 2.2. Direitos de Liberdade (O princípio Liberdade-Matriz) | 73 |
| 2.2.1 Liberdade de Manifestação do pensamento (Direito de Opinião) | 74 |
| 2.2.2 Liberdade de Expressão | 75 |
| 2.2.3 Liberdade de Reunião | 80 |
| 2.3 Relatividade dos Direitos Fundamentais | 88 |
| 2.3.1 Limites à Liberdade de Manifestação do pensamento | 89 |
| 2.3.1.1 Direito ao esquecimento | 89 |
| 2.3.2 Limites à Liberdade de Expressão | 91 |
| 2.3.2.1 Discurso do Ódio | 91 |
| 2.3.3 Limites à Liberdade de Reunião | 99 |
| 2.3.3.1 ADI 1969 e a Liberdade de Reunião (limitação espacial) | 100 |
| 2.3.3.2 Restrição do Direito de Reunião por conta do uso de Máscaras pelos participantes e a Tática Black Bloc | 102 |
| 2.3.3.3 Suspensão ou Restrição da Liberdade de Reunião com a decretação de Estado de Sítio ou a decretação do Estado de Defesa | 104 |
| 2.3.3.4 Concorrência e colisão de direitos fundamentais e o exercício da Liberdade de Reunião | 105 |
| CAPÍTULO 3 | 107 |
| 3 A eficácia dos Movimentos Sociais brasileiros deflagrados em rede | 107 |
| CONCLUSÃO | 116 |
| REFERÊNCIAS | 120 |

INTRODUÇÃO

Para Zygmunt Bauman (2001), a sociedade hodierna enfrenta aquilo que ele denomina de “modernidade líquida”. Em outras palavras, trata-se de uma comunidade, transnacional, repleta de informações e mensagens, propensa a rápidas mudanças em decorrência de seu estado de fluidez.

Nesta era, existe um recrudescimento da separação entre poder e política. O Estado perde força e os serviços públicos se deterioram. Muitas funções, que eram atributos da entidade estatal, são deixadas para a iniciativa privada. Tornando-as responsabilidade dos indivíduos que compõe a sociedade moderna.

A crise na democracia representativa é apontada pelo autor. Decorre do colapso da confiança na política, pois os cidadãos põem em dúvida um sistema eleitoral baseado na representatividade. Dado que, o Estado moderno, por intermédio dos indivíduos eleitos, não mais atende com afinco as demandas do povo.

Dentro deste contexto, os movimentos sociais representam os anseios reprimidos da sociedade. Transformam-se em instrumento na busca da efetivação dos direitos da coletividade, desempenhando um importante papel na tentativa de concretização das garantias sociais. Isto porque, eles adotam como base, um novo conceito de planejamento público, marcado pela participação popular, fomento e consolidação do Estado Democrático de Direito.

Acrescenta-se, que os movimentos sociais ampliam, aprofundam e redefinem a Democracia tradicional do Estado político e a democracia econômica, fazendo-as convergir em uma democracia civil, exercida pela sociedade civil¹.

¹ A democracia foi definida principalmente em termos de participação política e/ou econômica nos assuntos do Estado. Atualmente, o poder e a instituição do Estado são evidentemente cada vez menos adequados para tratar muitos dos problemas, tanto sociais como individuais, em especial na sociedade civil do Ocidente, do Oriente e do Sul. Forças econômicas e políticas mundiais que estão fora de seu controle debilitam o Estado a partir do exterior e o incapacitam para servir os interesses de seus cidadãos no interior. Ao mesmo tempo, o Estado trata inadequada ou negativamente as múltiplas preocupações sociais, culturais e individuais da sociedade (civil) e dos cidadãos. Esta deficiência do poder político (e mesmo da democracia, onde ela existe) ou do Estado talvez se exacerbe durante períodos de crises econômicas ou outras e faça com que as regras estabelecidas do jogo político sejam cada vez mais inadequadas. Portanto, muitos tipos de movimentos sociais emergem e se mobilizam para reescrever as regras institucionais (e democráticas?) do jogo e do poder políticos — redefinindo assim o próprio jogo — para que, de modo crescente, incluam e se baseiem em novas regras democráticas do poder social/civil. Ao fazerem isso, ajudam a mudar o centro de gravidade sócio-político de uma democracia política ou econômica (ou outro poder) do Estado para uma democracia e poder civis mais participativos dentro da sociedade e cultura civis. Estas se estendem muito mais adiante da família e do lar para outras preocupações onde as mulheres têm uma presença e um papel relativamente maior que na política e na economia. (FRANK; FUENTES, 1989)

Com base nestas informações é possível inferir, que se vive em um mundo cada vez mais complexo e globalizado, extremamente populoso e composto por uma sociedade de massas, que suporta o tráfego intenso da informação, e a fluida conexão dos Estados e pessoas. Todos esses fatores são intermediados pela informática, cibernética e mídia. Estas demandam a necessidade de uma estrutura, que possa ser o *locus* de discussão e sedimentação da vontade popular.

O novo ambiente descrito pode reverter o distanciamento, que existe entre os representantes e os representados, bem como o quadro catatônico que se encontra a relação entre os partidos políticos e os eleitores. Esse contexto social pode motivar o cidadão a posicionar-se acerca dos temas debatidos na esfera representativa, da gestão da coisa pública, como também permite publicizar suas escolhas, através da participação direta em movimentos sociais.

Neste sentido, a presente dissertação tem como objeto analisar se esses movimentos sociais, que levam à ampliação dos espaços deliberativos, respondem tanto às demandas de uma sociedade complexa e heterogênea, quanto a uma crise da democracia representativa. Isto porque, a relação entre aquele que elege e o eleito está cada vez mais distante, especialmente devido a uma atuação política, que atende mais aos interesses do mercado, do que à garantia dos direitos fundamentais do cidadão.

A importância do trabalho reside na abordagem da crise de representatividade, suportada tanto pelos partidos políticos como pela sociedade. Ela afeta o modelo de realização política moderna e compromete a eficiência dos instrumentos tradicionais, a exemplo da participação cidadã a cada 2 anos. Logo, as manifestações sociais apresentam-se com o fim de suprir o déficit democrático.

Isto porque, os problemas decorrentes da participação indireta na esfera política (representatividade) vêm ocasionando um déficit democrático. Dessa maneira, destaca-se a importância de incrementar os institutos participativos. Assim o estudo desses mecanismos, aqui representado pelos movimentos sociais deflagrados em rede, analisa a pluralidade da sociedade, que não consegue ser traduzida nos moldes atuais da representatividade. Com isto, denota-se a incapacidade de conduzir as práticas políticas ao bem coletivo, pelo viés tradicional (eleições), pois o agente político, por representação, atua em nome de um interesse geral, que muitas vezes impõe e ignora, sobremaneira, o interesse das minorias.

O presente trabalho tem como principal marco teórico os trabalhos publicados, sobre o tema, Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva e, paralelamente, a obra: “Redes de Indignação e Esperança – Movimentos sociais na era da Internet”, do autor Manuel Castells, principal pensador das sociedades conectadas em rede, que, neste livro, examina os movimentos sociais que eclodiram em 2011 em todo o planeta.

A metodologia adotada neste estudo corresponde ao método dedutivo, posto que nos valeremos do procedimento monográfico e comparativo, tendo como método de abordagem o dedutivo. Assim, foi feito uso das seguintes técnicas de pesquisa: revisão bibliográfica e análise das legislações. Esta última, dedicando-se às normas conexas ao tema, como: a liberdade de expressão e liberdade de reunião.

A temática abordada está vinculada à linha de pesquisa: Processo de Constitucionalização dos Direitos e Cidadania: aspectos teóricos e metodológicos. Dado que, o corrente estudo envolve a análise do contexto constitucional, no qual esses movimentos sociais em rede estão inseridos. A sua ligação com os direitos fundamentais, assegurados ao cidadão na Carta Magna, pode ser expresso pelo: direito de liberdade, direito de reunião, liberdade de expressão e outros.

Nesta senda, o trabalho está amplamente relacionado à linha de pesquisa do professor orientador deste estudo, pois serão desenvolvidos aspectos relacionados ao direito à liberdade de expressão, direito de reunião e discurso do ódio. Temas afetos aos movimentos sociais que se concretizam, nos tempos modernos, em uma “sociedade de rede”. Portanto, é na esfera das reuniões virtuais, que as mobilizações mais recentes na história brasileira, têm início. Transferindo-se, em um segundo momento, para as ágoras públicas, ruas e praças deste país. Convém pontuar, que a abordagem das garantias constitucionais e suas correspondentes interpretações serão efetuadas sem desprender do contexto social, que cerca a temática trabalhada.

Nos desdobramentos dos capítulos, será realizada uma breve análise acerca da origem dos Movimentos Sociais, posto que este não é o foco da presente dissertação. Esse itinerário tem como objetivo, preparar terreno, para ao final, ser abordado as características comuns a essas mobilizações. Os limites da pesquisa ocorrem através do estudo dos movimentos deflagrados pela internet, no mundo, e de maneira mais recente, no Brasil. Em resumo, fixam os meios (internet) e a localidade geográfica (Brasil) como critérios de delimitação temática.

No decorrer desta dissertação, será discutida a ampliação da esfera pública, com a utilização da Internet e das redes de comunicação sem fio (telefonia móvel). Observar-

se-á que, através desses novos canais de comunicação e informação, a esfera pública - originalmente una - se transforma, conforme o desenvolvimento tecnológico, em múltiplas esferas públicas.

Conforme indicado em linhas anteriores, o presente trabalho realiza um corte e uma análise desses fatores na conjuntura brasileira, analisando movimentos sociais fomentados através das Redes Sociais na Internet, tais como o movimento contra o aumento das tarifas de ônibus (Movimento Passe Livre-2013) e a paralisação dos caminhoneiros, no ano de 2018, com suas consequentes repercussões jurídicas e sociais.

No primeiro capítulo, analisam-se os movimentos sociais em si, seu conceito, surgimento e características, através de um fluxograma de tempo e espaço. Abordando os principais movimentos sociais no mundo e no Brasil, destacando a sua importância na busca da efetivação dos direitos. Acompanha o surgimento das mais destacadas manifestações públicas, até os novos modelos de apresentação, qual seja, um ambiente virtual.

Feito este traçado e essas noções preliminares, ainda no primeiro capítulo, adentra-se na esfera pública, informando seu conceito, características e de que maneira um ambiente em rede, transformou-se em um espaço deliberativo a serviço da democratização. Finaliza-se este tópico, com a análise de como a internet serviu de ferramenta para a deflagração destes movimentos sociais e, a consequente, transformação do espaço virtual em uma nova esfera pública. Ademais, aborda-se a cibercultura e a sua ligação com os movimentos sociais.

O segundo capítulo apresenta-se como base conceitual e temática do primeiro. Examinando os princípios constitucionais presentes nos movimentos sociais deflagrados em rede e seus limites, posto que, na busca da efetivação de um direito, não é raro, o choque com outras normas e princípios igualmente fundamentais, fato que nos leva, também, a abordar a questão da aplicabilidade das normas constitucionais, quanto à sua eficácia, aplicabilidade, validade, vigência, vigor e existência.

No tocante ao terceiro capítulo, verificam-se as manifestações populares, por intermédio das Redes Sociais, no Brasil, bem como suas características e eficácia. Abordam-se como esses movimentos, mesmo não utilizando espaços públicos reais, proporcionam a manifestação dos interesses da coletividade, movida pelas mais diversas causas de insatisfação. E quais os possíveis motivos para determinados movimentos serem exitosos.

Paralelamente aos movimentos sociais, aborda-se ,também neste terceiro capítulo, o tema sobre a desobediência civil, que, pela sua corrente constitucionalista, considera a desobediência civil um mecanismo jurídico-constitucional de proteção das garantias e direitos fundamentais, estabelecendo princípios como forma de ferramenta de resistência, onde os movimentos sociais, legitimamente, buscam eliminar a inércia institucional nos Estados Democráticos, buscando transformar a sociedade e o direito, sem fazer uso dos meios jurídicos participativos (voto, referendo, plebiscito, etc). Ao passo que, diametralmente, outros estudiosos consideram a desobediência civil relacionada ao estado contínuo de exceção, onde o manifestante do movimento social não assume a prerrogativa de auxiliar na transformação do sistema, mas torna-se a expressão de um poder constituinte.

Em síntese, o estudo aponta que a principal motivação dos movimentos sociais é a falha da contrapartida Estatal. Um dos objetivos, desta pesquisa, é se uma vez deflagrados, tais movimentos conseguem realizar efetivas mudanças para a Sociedade Civil, podendo ser considerados legítimos e eficazes, jurídica e socialmente.

A par disso, serão tratadas e discutidas, na conclusão desta dissertação, questões como: É legítimo ou não, nos movimentos sociais deflagrados em rede, o uso de informações passadas, que, expostas, possam ocasionar constrangimento à vítima? Aplicar o direito ao esquecimento torna ineficaz a liberdade constitucional de manifestação do pensamento? É legítimo ou não, nos movimentos sociais em rede, aplicar limites a liberdade de expressão com base no Discurso do Ódio? Aplicar limites ao Direito de Reunião através de restrição ao local do movimento, abala a eficácia desses movimentos sociais? É legítimo ou não, a proibição ao uso de máscaras no exercício da liberdade de reunião? A suspensão ou a restrição da Liberdade de Reunião com a decretação de Estado de Sítio ou a decretação do Estado de Defesa pode restringir a eficácia dos movimentos sociais deflagrados em rede?. E, por fim, a questão da concorrência de direitos, decorrente dos movimentos sociais em rede, conduzir ou não à colisão de direitos fundamentais?

Destaque-se que, neste último capítulo almeja-se chegar a conclusões parciais e não finais, ante a impossibilidade de esgotamento da temática, ora perseguida, e do longo caminho temporal, que ainda precisa ser perquirido para uma melhor compreensão do tema na atualidade.

CAPÍTULO I

1.1 Conceito dos Movimentos Sociais

Em linhas gerais, os movimentos sociais é a nomenclatura que se dá à organização civil, formada por ações coletivas nas quais os indivíduos têm como objetivo alcançar mudanças sociais através do debate político dentro de um determinado contexto na sociedade.

Touraine (2002), conhecido por sua obra dedicada à sociologia do trabalho e dos movimentos sociais, entende por movimentos sociais aqueles que combinam um conflito social com um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais. Portanto, baseiam-se na consciência de um conflito com um adversário social.

Este autor, contudo, ressalta que esta definição excluiria muitos movimentos da atualidade posto que, hodiernamente, os atores destes movimentos encontram dificuldade na identificação deste adversário social. Outro conceito, este trazido por Alberto Melucci (1999), traz os movimentos sociais como categorias analíticas e não como fenômenos empíricos.

O fato é que pensar nos movimentos sociais é estar intimamente conectado à coletividade. Um conjunto de indivíduos agrupados em torno de um contrato social, que na visão dos teóricos contratualistas é celebrado pela humanidade, com o intuito de superar o estado de natureza original; passando a construir um ambiente que possibilite o convívio de uns com os outros.

No estado de natureza, Thomas Hobbes (2003), em seu livro o Leviatã, defende que não existiam leis e todos eram completamente livres para fazer o que bem entendessem, sendo juizes de seus próprios atos. Ao almejarem coisas semelhantes, os indivíduos entravam em competição, posto que não existiam recursos para todos, instaurando-se um verdadeiro e inevitável clima de guerra constante entre os indivíduos.

Essa situação de desordem, na qual o homem se torna o lobo do próprio homem, não se limita ao indivíduo que lutava a todo instante contra os demais. O contexto correspondia a um estado de permanente ameaça, que ensejava a necessidade de algo, capaz de garantir que os direitos das pessoas fossem assegurados.

Neste diapasão, surgem os contratos sociais, uma mútua transferência de direitos, onde os indivíduos, abrindo mão de suas liberdades absolutas, pactuam uma

convivência harmônica em coletividade. Ao Estado é atribuído o papel de regulador e mantenedor desses contratos (HOBBS, 2003):

[...] Tal como os homens, tendo em vista conseguir a paz, e através disso sua conservação, criaram um homem artificial, ao qual chamamos de Estado, assim também criaram cadeias artificiais, chamadas leis civis [...].

Ocorre que esse Estado, que veio para garantir a efetivação dos direitos dos homens, disciplinando o viver em sociedade, não atende as responsabilidades assumidas no pacto social. Observa-se uma série de violações aos direitos fundamentais da pessoa humana. Ocasionalmente uma desigualdade entre as classes e insatisfação da população, ao regime ou condição vigente.

Logo, quando os interesses e necessidades de determinados grupos não são supridos devidamente pelo Estado, surgem os conflitos e a partir deles, os movimentos sociais. Estes se tornam uma ferramenta de intervenção dos cidadãos frente às insatisfações alimentadas pelo Estado. Eles são característicos de uma sociedade plural e politicamente ativa. E são edificados em torno do embate político por interesses coletivos e/ou individuais.

O sociólogo francês Alain Touraine (2002) considera que a semente dos movimentos sociais está no conflito entre classes e vontades políticas. Para o mesmo, as agitações sociais estão enraizadas em nossa forma de governo e em nosso Estado moderno. Ambos, permeados por vontades individuais e pelas desigualdades sociais.

Essa desigualdade, que fere os princípios de igualdade em um Estado democrático, torna-se um agente de segregação social, cultural e econômica, fatalmente interferindo nas formas de atuação civil daqueles afligidos por tal mal. Diante disso, os movimentos sociais tornam-se entidades de mediação, caminhos de efetividade, de que os grupos minoritários e desfavorecidos, dispõem para buscarem a garantia de seus direitos. Sua existência deve ser assegurada dentro de um Estado democrático, que depende da legitimação dos cidadãos que o integram.

Segundo GOHN (2011), os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural, na qual a sociedade expressa suas demandas mais latentes e se organiza de variadas maneiras. Tratam de ações concretas, que possuem diferentes

formas de exercício, variando da mera denúncia, pressões diretas (marchas, concentrações, desobediência civil, etc.) ou indiretas.

1.2 Origem dos Movimentos Sociais

Hodiernamente, principalmente com a rápida pulverização das notícias pelas redes sociais, via internet e conexões sem fio, o mundo assiste a uma onda crescente de movimentos sociais, organizados por meios virtuais, em vários países do globo, pelas mais diversas causas.

Os integrantes desses movimentos, segundo Castells (2017), em sua maioria, são jovens, que buscam melhores perspectivas de vida. Dentre essas reivindicações estão uma melhor assistência do Estado nas seguintes áreas: saúde, educação, trabalho, etc. Na pauta de exigências das mobilizações sociais, destaca-se a luta por governos efetivamente democráticos, mais éticos e menos corruptos.

Contudo, essas agitações públicas não são uma novidade. Elaborando um fluxograma cronológico, verifica-se que, historicamente, a ideia da luta por direitos é acompanhada de uma visão antropológica, que coloca o homem no centro das transformações, e não mais o divino. Essa concepção surge com os iluministas, que pregavam a razão, em um período compreendido entre os anos de 1650 e 1700.

Essas ideias influenciam a Revolução Francesa de 1789, durante a qual a burguesia percebeu a oportunidade de tais pensamentos na consecução da tomada do poder na França. Neste momento, sob o manto da *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, a burguesia derruba a Bastilha e assume o poder francês.

Com isso, o século XVIII se tornaria conhecido, como o século das revoluções. Não apenas pela mudança suscitada pelos movimentos na França, mas também pelas revoltas, que a partir daí, espalham-se pelo mundo.

Para o historiador Eric Hobsbawm (2009) a época que vai de 1789 a 1848 é um período de insurreições no campo social e econômico. Ocasionalmente uma dupla revolução, capaz de alterar os séculos futuros.

A grande revolução de 1789 -1848 foi o triunfo não da “indústria” como tal, mas da classe média ou da sociedade “burguesa” liberal; não da “economia moderna” ou do “estado moderno”, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da

Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789 – 1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo.(HOBBSAWM, 2009, p. 20).

Hobsbawm(2009) fala de um duplo movimento, que transforma o mundo: primeiro o inglês, que é de ordem econômica, conhecido como revolução industrial. Esse fenômeno transformou o modo de produção, que deixa de ser meramente artesanal, passando a ser industrial. Nesse período, os avanços tecnológicos são significativos, mas grande parcela da população restava excluída do usufruto dessas inovações.

Um das características mais destacadas desta fase é a venda da mão de obra das massas de trabalhadores para a burguesia ascendente, que detém os meios de produção. Nesse momento, para Marx (1999) a estrutura social é gravada pela divisão de duas classes distintas: a burguesia detentora dos meios de produção e o proletariado, que vende sua mão de obra para aquela.

As ideias marxistas contribuíram significativamente para as revoltas experimentadas pela Europa, pois quando a alta burguesia chega ao poder na França, o proletariado e a baixa burguesia são marginalizados do processo políticos. Desse modo, ao longo do século XVIII e XIX, as revoltas aumentaram significativamente.

Pensamentos, iluministas e marxistas se espalharam pelo mundo, influenciando os movimentos de independência, a exemplo do que aconteceu nas Américas, que os empregaram como embasamento ideológico. A Europa, no século XIX, através do Congresso de Viena, procurava restaurar as monarquias. Com isso, entre 1830 - 1848, o velho continente enfrentou um complexo conjunto de fatores socioeconômicos negativos: queda de colheitas, situação de miséria do operariado, ausência de garantias e direitos fundamentais para o trabalhador e repressão à liberdade de expressão.

A situação de crise descrita e a insatisfação possibilitaram a aliança temporária entre setores da pequena e média burguesia com o operariado, cada vez mais consciente da exploração social de que era vítima. A partir desse acordo instável, nasceram diversos movimentos revolucionários de contestação às estruturas de poder vigentes em grande parte da Europa. Misturam-se ideias nacionalistas, liberais e socialistas. Possibilitando a eclosão desses círculos de contestação social em diversos lugares como: França, Itália, Áustria, Irlanda, Alemanha, Suíça, Hungria etc.

O século de mudanças foi sem dúvida o século XIX, transformações no campo social, econômico e político. As quais possibilitaram um maior conhecimento sobre o mundo, acompanhado de avanços tecnológicos que nutriram novas teorias políticas. Logo, a luta na Europa avança por meio dos movimentos de unificação na Itália e na Alemanha.

Na América do Norte, mais precisamente, nos Estados Unidos ocorreu uma política caracterizada pela expropriação de territórios indígenas, compra de terras e povoamento, através da imigração europeia. Esse modelo findou em guerras entre o norte e o sul do país. Porém, o seu rápido avanço tecnológico, torna-o preparado para participar da segunda revolução industrial.

Após esse delineamento histórico, percebe-se que o capitalismo ganha força por todo o mundo. Sua feição econômica adquire cada vez mais espaço. Estados como o norte americano, adotam-no acompanhado de uma política claramente liberal e nacionalista, que submete o globo a uma nova forma de colonização, conhecida como neocolonialismo.

Neste processo, a Rússia se torna um país atrasado industrialmente, não conseguindo acompanhar a inovação tecnológica capitalista do século XIX. Frisa-se que no começo do século XX, inicia-se um intenso conflito armado, que resulta na saída da Rússia da guerra, dado que sua população se organizava contra o império Czarista. Nesse momento, o povo suportava uma situação de extrema miséria, ingressa no contexto de lutas e o movimento dos bolcheviques chega ao poder, introduzindo a ditadura do proletariado e fazendo a Rússia avançar.

Outro dado histórico consiste nos movimentos políticos, que se organizaram e cresceram no século XX, dentre os quais podemos destacar o fascismo e nazismo. A segunda guerra abala a economia da Europa e os Estados Unidos se torna senhor do mundo, juntamente com a União Soviética. Desdobrando-se na guerra fria, caracterizada por uma nova concepção política, o socialismo, opositor do capitalismo liberal.

Chega-se na segunda metade do século XX, a guerra fria vai até o final da década de 80 e encerra-se nos anos 90. E após esse episódio, o capitalismo ganha o mundo, findando no processo de globalização.

No entanto, o século XXI apresenta novos movimentos sociais, no campo da política, que buscam independência da opressão imposta por regimes ditatoriais, ou ainda, em decorrência das desigualdades e omissões dos governos democráticos. Esse

novo ciclo mobilizações de começam a ser organizados e propagados pela rede internacional de computadores e pela comunicação sem fio. Estabelecendo um traço singular às atuações políticas da coletividade na contemporaneidade.

Conduzindo esse fluxograma para o Brasil, temos que a história local é marcada por lutas e revoltas populares, desde o século XVI. Vale recordar a Confederação dos Tamoios (1562), passando pela Insurreição Pernambucana (1645), até a Inconfidência Mineira (1789), a Guerra de Canudos (1896), a Revolução Constitucionalista de 1932 e o Impeachment do ex-presidente Fernando Collor em 1992. Os movimentos sociais no Brasil estiveram marcados por grandes lutas e embates, realizados contra governos autoritários e pela liberdade democrática.

As agitações populares no Brasil passaram a intensificar-se a partir da década de 70, com fortes movimentos de oposição ao regime militar.

A população brasileira se manteve forte mesmo com a ditadura, que havia se instalado no país. E mesmo nessa fase ditatorial, destaca-se a organização dos movimentos estudantis, principalmente universitários, e da classe operária em seus sindicatos (CARVALHO, 2004).

A ditadura militar no Brasil e seu regime opressor despertou na sociedade uma insatisfação, e isto acabou por ser um momento favorável para o surgimento dos movimentos sociais uma vez que, dentro das Universidades, as inserções e consolidação dos cursos de Ciências Sociais, com a respectiva reforma pedagógica dos cursos, propiciaram um pensamento mais crítico frente à interpretação da realidade. Os estudantes juntos à indignação dos demais indivíduos, que não aceitavam esse modelo de governo autoritário, formaram uma massa de combate organizada.

Sobre o papel das revoltas populares neste contexto, Gohn (2011, p. 23) pondera o quanto é inegável “que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988”. O movimento de oposição e contestação ao regime militar tinha um objetivo claro: os valores do Estado democrático e crítica a toda forma de autoritarismo estatal.

A resposta do governo militar foi sempre reprimir tais manifestações, fosse com violência e/ou tortura. Alcançou seu ápice com o famoso AI-5 (Ato Institucional número 5), que vigorou de 1968 a 1979. Nessa ocasião, cada movimento social foi se delineando, suas formas de atuação, pautas de reivindicações e valores.

Nesta época, a sociedade civil organizada, por meio das inquietações sociais e populares, buscou espaço para influenciar nas decisões políticas e na construção da Constituinte de 1988. Logo, aufere-se uma participação efetiva de cidadãos, na busca por direitos e por políticas que os afetam diretamente.

E foi a própria Constituição Federal de 1988 que "[...] abriu espaço, por meio de legislação específica, para práticas participativas nas áreas de políticas públicas, em particular na saúde, na assistência social, nas políticas urbanas e no meio ambiente" (AVRITZER, 2009, p. 29-30), seja através de plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular (art. 14, incisos I, II e III; art. 27, parágrafo 4º; art. 29. Incisos XII e XIII), seja através da participação na gestão das políticas de seguridade social (art. 194), de assistência social (art. 204) ou dos programas de assistência à saúde da criança e do adolescente (art. 227).

A transição política para o Estado Democrático de Direito, que ganhou força na década de 1980, culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Durante esse tempo houve um aumento considerável do número de ONGs e do terceiro setor de responsabilidade social. As associações de bairro, representantes de periferias e de moradores de classe média, também em expansão, reivindicam a concessão de direitos sociais:

[...] As duas grandes mobilizações nacionais deste período foram o Movimento pelas Diretas Já (1983-1984) e a mobilização da sociedade civil organizada [...] para a inclusão de novos direitos na Constituição brasileira, a qual veio a ser denominada de “Constituição Cidadã”. (SCHERER-WARREN, 2008, p. 11-12).

Boaventura de Sousa Santos (1999) também chama atenção, para o fato de como a temática dos novos sujeitos e novos movimentos sociais dominou a discussão sociológica na década de 1980:

Mesmo aqueles que não partilham a posição de Touraine (1978), para quem o objeto da sociologia é o estudo dos movimentos sociais, reconhecem que a última década [de 1980] impôs esta temática com uma força sem precedentes [...]. (Santos, 1999, p. 221).

Os novos movimentos sociais, que emergiram durante os anos 90 e os atuais são como os de décadas anteriores, frutos de demandas sociais frustradas pelo poder político. Atuam como exemplos: o Movimento de Mulheres (com suas lutas contra uma sociedade patriarcal e o autoritarismo do Estado), o Movimento LGBT, o Movimento Negro (ALBERTI; PEREIRA, 2006), Movimento Indígena entre outros.

Guimarães (2009) identifica pelo menos cinco tradições e movimentos, que contribuíram com o que ele chama de “ciclo democrático de autoformação do povo brasileiro”. São eles: comunitarismo cristão, nacional-desenvolvimentismo, socialismo democrático, liberalismo republicano e a cultura popular. Ressalta também, a criação da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 1952, liderada por Dom Helder Câmara, e o desenvolvimento de uma “ala esquerda no catolicismo brasileiro”.

O comunitarismo cristão sedimentou-se na vida popular por intermédio de 70 mil CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) que reuniam cerca de 2 milhões de ativistas cristãos entre os anos de 1960 até os anos 1990” (GUIMARÃES, 2009). Essa corrente direcionou suas atividades para os temas da cidadania, fazendo uma opção preferencial pelos pobres, com base em princípios da moral cristã como a igualdade e a solidariedade.

Na década de 1990, vale destacar os fóruns de ONGs e movimentos sociais para a Eco/92. É também deste período, que surge o movimento popular conhecido com “caras pintadas”, em torno do impeachment (1992) do ex-presidente da República, Fernando Collor de Melo.

Neste mesmo período, surgiram várias mobilizações sociais rurais, como o Movimento dos Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e outros. Com isso, intensificou-se as relações entre as organizações.

No século XXI observa-se o surgimento de uma “rede de movimentos sociais”, com o objetivo claro de fortalecer o papel da sociedade na esfera pública e a defesa radical dos valores democráticos. Observa-se uma autonomia dos movimentos sociais em relação ao poder público aos Partidos Políticos, mas isso não impede afirmar que configuram uma forma organizada de articulação política.

Comparando o quadro de associativismo da sociedade civil na atualidade, Gohn (2014, p. 51) pondera como este é diferenciado em relação ao que predominou nas décadas de 1980 e 1990, e que “a ascensão de novos grupos ao poder, e reformas na gestão das políticas sociais são parte da explicação”. Merece destaque nesse cenário os

Conselhos de Gestores de Políticas Públicas, pois eles se tornaram importantes pontos de atuação dos movimentos sociais indicados, como ressalta Gohn (2006)

Marcada por inúmeros processos de exclusão social e de baixos níveis de participação política do conjunto da população da sociedade, os conselhos assinalam possibilidades concretas de desenvolvimento de um espaço público, que não se resume e não se confunde com o espaço governamental/estatal, numa espécie de guardião das classes menos favorecidas, para que sejam ouvidas e possam contribuir na criação de políticas públicas, materializando e fortalecendo a participação social da população.

No cenário brasileiro inaugurado pelos anos dois mil, emerge um sentimento crítico no cidadão, que desemboca em novos formatos de movimentos sociais. O indivíduo não age mais isoladamente, haja vista ser usuário de redes sociais globalizadas, através da internet e comunicações sem fio.

1.3 Movimentos Sociais e Democracia

Os sistemas de governo, que permitiam a participação popular de um significativo número de cidadãos foram estabelecidos pela primeira vez, na Grécia clássica e em Roma, por volta do ano 500 a.C. O surgimento e a evolução da democracia não ocorreram de modo linear, no entanto não se pode contestar as suas bases sólidas, que a fazem resistir a séculos.

A Grécia clássica não correspondia a um país, que reunisse todos os gregos em um único Estado, com um governo singular. Ao contrário, era composta por centenas de cidades independentes, rodeadas de áreas rurais. Apesar da diversidade no cenário político, a primeira experiência com a democracia (*demokratia*: demos –kratos: povo) ocorreu na Grécia.

Segundo Robert Dahl (2001), a democracia grega era, em geral, limitada aos sistemas de pequena escala, em função do quantitativo populacional. Esse desenho proporcionava algumas vantagens como a da participação direta, mas essas qualidades não foram estendidas para além das fronteiras das penas cidade-Estado.

Um outro problema da democracia grega apontado por Dahl (2001) era a questão da inclusividade. Pois, mesmo sendo assegurada a participação direta ao cidadão em Atenas, a democracia grega era exclusiva. Tratava-se de uma democracia

direta combinada com um modelo participativo exclusivista, que deixava de fora do processo político, as mulheres, os escravos e os estrangeiros.

Em Roma, na mesma época em que a Democracia se iniciava na Grécia, surgia o governo popular com o nome de República, cuja etimologia (*res*: coisa -*publicus*: do povo) significa "a coisa pública" ou "os negócios do povo". Inicialmente, o direito de participar no governo da República era exclusivo dos aristocratas. Só posteriormente, depois de muitas lutas protagonizadas pela plebe, ele se estende ao povo.

Com o tempo, a república Romana expandiu-se por meio das anexações, ou ainda, da conquista de novos territórios. Rompendo com os limites da velha cidade, chegando a atingir toda Itália e regiões bem mais distantes. Por conta das dimensões delineadas pelo Império Romano, um número cada vez maior de cidadãos não tinha a oportunidade de participar das assembleias, dado que a cidade estava muito distante.

Robert Dahl (2001) procura refletir sobre os termos democracia e república. Primeiro, o autor entende que apesar da nomenclatura diferente, democracia e república guardam a semelhança de designarem governos populares. E segundo, porque na atualidade, as expressões se referem a tipos fundamentalmente diferentes de sistemas constitucionais.

Para alcançar tais conclusões, o estudioso recorre à distinção realizada por James Madison, na obra *Federalist* (1993), em que compreende a democracia pura como um sistema, no qual uma escala reduzida de cidadãos, decide os rumos da cidade governada. Quanto a república, ele infere que esta seria o governo em que existe um sistema de representação.

[...] uma democracia pura, que é uma sociedade consistindo num número pequeno de cidadãos, que se reúnem e administram o governo pessoalmente, e uma república, que é um governo em que há um sistema de representação. (DAHL, 2001, p. 26).

Dahl (2001) entende que estas palavras atualmente se distanciaram, sobretudo se encaradas a partir da perspectiva do Direito Constitucional contemporâneo, que compreende democracia como um regime de governo e república como uma forma de governo. Por outro lado, acredita que é possível diferenciar esses termos, considerando seus antagonismos: democracia se opõe ao totalitarismo, enquanto que monarquia se opõe à república. Em outros termos, na república tem-se um Estado de todos, enquanto

que na monarquia tem-se o Estado de apenas um indivíduo. Por outro lado, na democracia o governo e a própria organização do Estado democrático são elaborados pela maioria da população. Ao tempo que, no totalitarismo o governo é guiado por uma só pessoa ou um pequeno grupo.

Estabelecendo como referência a história da democracia Grega e Romana, Dahl (2012), em seu livro *“A democracia e seus críticos”*, aponta as transformações sofridas pela democracia, até a construção de ideias e instituições democráticas modernas. A primeira modificação estar pautada na superação dos seus limites em uma cidade-Estado, como ocorria na Grécia. Pois, o autor considera que o desenvolvimento de ideias e práticas democráticas não se limitam mais a estes tipos de barreiras, especialmente com o surgimento do Estado nacional. Com isso, a ideia de nação tornou-se a unidade “natural” do governo soberano. E o aumento na escala da ordem política produziu um Estado democrático moderno, profundamente diverso da experiência das cidades-estados. Esse pensamento é ilustrado por Dahl (2012), em uma narrativa de um ateniense hipotético:

Uma democracia deve também ser de tamanho modesto, não apenas para que todos os cidadãos possam se reunir em assembleia e assim agir como governantes da cidade, mas também para que todos os cidadãos se conheçam. Para buscar o bem de todos, os cidadãos devem poder assimilar o bem de cada um e consequentemente ser capazes de entender o bem comum que cada um compartilha com os outros. Mas como poderiam os cidadãos chegar a compreender tudo que têm em comum se sua cidade fosse tão grande, e o demos tão numeroso, que eles jamais pudessem se conhecer ou ver sua cidade como um todo? (DAHL, 2012, p.22-23).

O autor entende que a ideia de democracia foi transferida da cidade-Estado, para um horizonte maior, que se aproxima da figura do atual Estado nacional. Na opinião do mesmo, essa mudança esteve acompanhada de um conjunto totalmente novo de instituições políticas (Dahl, 2012). É a esse novo complexo de instituições, que usualmente compreende-se como "democracia".

A partir do crescimento das populações locais, reuniões e assembleias, tornaram-se inviáveis, de modo que a democracia direta foi cedendo lugar ao governo

representativo. No plano administrativo, atualmente, os cargos foram transferidos para as mãos de profissionais, que fazem da administração pública uma carreira com dedicação exclusiva. E por fim, em grande parcela dos países democráticos parte-se do princípio de que as unidades de governo devem estar subordinadas a um sistema maior, ou seja, algo similar à participação imaginada pelo ideal grego (Dahl, 2012).

A segunda transformação é identificada a partir do rompimento de estruturas e crenças anteriores, com a aplicação da ideia de democracia ao Estado nacional e a incorporação da tradição republicana. Semelhante aos democratas gregos, os republicanos compartilhavam da opinião de que um bom governo é aquele no qual os cidadãos são iguais em alguns aspectos importantes: em sua igualdade perante a lei, por exemplo, e na ausência de uma relação de dependência entre um cidadão e outro, como a relação de servidão entre os servos e amos. A doutrina republicana informava, que nenhum sistema político poderia ser considerado legítimo, desejável ou bom, caso marginalizasse as pessoas da participação no governo (Dahl, 2012).

Por fim, Dahl (2012) identifica uma terceira transformação da democracia. Etapa ainda em andamento, cuja característica é a possibilidade de efetividade/conclusão no futuro. Logo, surgem instituições transnacionais, que influenciadas pelo poder financeiro possibilitam associações políticas supranacionais. Por intermédio dessa expansão das relações sociais, a escala de decisões políticas é refeita, superando os limites geográficos da imagem do estado-nacional. Em consequência disso, os países optantes pela democracia terão que buscar novos modos de manutenção e fortalecimento do processo democrático.

A partir das modificações apontadas, Dahl (1997) sugere um conceito de democracia para as sociedades do século hodierno. Sua proposta está orientada a partir do princípio da vontade geral e não mais da vontade de todos. A vontade geral supõe o desejo de alcançar o bem comum, ao passo que a vontade de todos implica a soma dos desejos particulares de todos os indivíduos. Assim, o conteúdo da democracia não corresponde ao governo da maioria ou à reunião dos interesses de todos, individualmente. Expressa-se pelo conjunto de decisões que reúnem os anseios de uma coletividade comum, pautada no respeito às minorias. Nesse sentido, Dahl (1997) entende que esse processo, no qual sucede progressiva ampliação democrática – a democratização – vai se dar em duas dimensões: contestação pública e inclusividade.

A dificuldade imposta pela realidade política nos dias atuais impossibilita a concretização dos reais objetivos democráticos. De modo que se torna quase impossível

existir uma democracia, nos moldes ideais, no mundo real. Apesar dessa crença acerca da impossibilidade de se chegar a um sistema democrático perfeito, muitas sociedades elegem a democracia como a melhor forma de governo possível (Dahl, 1997, p.40).

Em outra obra “Sobre a democracia”, Dahl (2001), procura diferenciar as práticas dos governos democráticos existentes, em relação àquelas pensadas para o modelo ideal de democracia. Desta forma, ele pretende definir com mais clareza a “democracia ideal” e a “democracia real”. Inicialmente, estabelece cinco critérios para a definição da democracia ideal. Segundo o autor, estes critérios ajudarão a entender o que distancia e o que aproxima, as democracias reais, das metas e dos ideais democráticos.

São eles: 1º) Participação efetiva, com oportunidades iguais e efetivas; 2º) Igualdade de voto, onde todos os votos devem ser contados igualmente; 3º) Entendimento esclarecido, com oportunidades iguais e efetivas de aprender as políticas alternativas importantes e suas prováveis consequências; 4º) Controle do programa de planejamento, com livre escolha do planejamento e quais questões devem ser colocadas no planejamento, inclusive as mudanças se assim optarem; 5º) Inclusão dos adultos, onde todos ou, se possível, a maioria dos adultos residentes deveriam ter o pleno direito como cidadão (Dahl, 2001, p. 49-50).

Além desses critérios, Dahl (2001) vai identificar instituições políticas necessárias para a democracia em grande escala: 1) existência de funcionários eleitos; 2) eleições livres, justas e frequentes; 3) liberdade de expressão; 4) autonomia para as associações; 5) fontes alternativas de informações e 6) cidadania inclusiva. Para a proposta de pesquisa presente, destacam-se os itens 3 e 5. Em linhas gerais, essas seriam as exigências mínimas, apontadas pelo estudioso, para que um país possa ser considerado democrático, devendo haver coexistência entre todos os critérios levantados.

Dessa maneira, observa-se que a liberdade de expressão, a existência de informação alternativa e a autonomia para associações, são, naturalmente, possibilitados pelo ambiente da Internet e pelos mecanismos de comunicação sem fio, proporcionando um controle dos programas, o entendimento esclarecido e uma participação efetiva.

Sobre a fonte diversificada de informação (as informações alternativas), Dahl (2001) entende que os cidadãos têm o direito de buscar opiniões alternativas às que são promovidas por um grupo ou ente específico, o Estado, por exemplo. Nesse caso, além das informações divulgadas pelos mais variados grupos sociais, como os partidos,

jornais, revistas, emissoras de rádio, televisão e outros. Incluem-se, também, a informação disponibilizada através das redes sociais da Internet.

Com fulcro do exposto, é preciso informar que houve muitos autores, cada um em seu tempo, e influenciados pela conjuntura e valores de sua época, que manifestaram diferentes entendimentos sobre a forma de governo democrática. No entanto, apesar de existirem variados entendimentos sobre democracia, um tema, em especial, tem chamado a atenção, qual seja, a análise sobre a democracia e sobre o ideal participativo, a partir do aumento demográfico. Isto porque, ao tempo em que se estabeleceram governos pautados em leis ou em Constituições, as tecnologias de informação e de comunicação foram se desenvolvendo e se tornando cada vez mais próximas dos cidadãos, principalmente através das redes sociais.

Diante disso, verifica-se que para se alcançar uma cidadania plena, que realmente promova a melhoria social é fundamental a criação de espaços para a participação popular, a par das instituições formais da democracia representativa.

Para Robert Dahl, o melhor Estado possível seria aquele que reduzisse a coerção e ampliasse o consentimento, dentro de limites fixados pelas condições históricas e pela busca de outros valores, entre os quais, a felicidade, a liberdade e a justiça (Dahl, 2012).

Para Dahl (2012), a democracia é instrumento da liberdade, uma vez que certos tipos de direitos, liberdades e oportunidades são essenciais para o processo democrático em si, devendo se fazerem presentes ao longo do processo. Isso inclui o direito à liberdade de expressão, à organização política, à oposição, a eleições justas e livres, etc. Como visto, a democracia expande até os limites máximos a oportunidade de autogovernar-se, de obedecer a leis que o próprio indivíduo escolheu, de ter autodeterminação, sendo esse o fim desejável.

Considerando a autodeterminação dos indivíduos, Dahl (2012) entende que as decisões vinculativas devem ser tomadas apenas pelas pessoas que estão sujeitas às decisões, ou seja, pelos membros da associação, e não por pessoas fora dela. Tal pressuposto repousa sobre o princípio elementar de justiça, segundo o qual as leis não podem ser legitimamente impostas aos outros, por pessoas que não são obrigadas a obedecê-las (Dahl, 2012,).

Com base nesses critérios, Dahl (2012) considera que dois pontos devem ser considerados essenciais para um processo democrático: a liberdade de expressão real e efetiva, além do oferecimento de recursos equivalentes aos cidadãos, pois só assim, os mesmos poderão aproveitar e exercer seus direitos. De certa maneira, esta última

observação, torna-se uma espécie da soberania do povo, interpretada de modo intersubjetivista, como um poder comunicativo, ou seja, a soberania produzida comunicativamente. Para tanto, a própria liberdade de comunicação deve ser garantida pelos direitos fundamentais.

Por conta disso, a formação da vontade democrática, necessita que as opiniões que a constituem, sejam elaboradas em uma esfera política não desvirtuada pelo poder. Logo, a Internet auxilia na inibição da seletividade e do apoderamento, que é próprio dos meios de comunicação convencionais.

Dessa maneira, o uso da Internet e das novas Tecnologias de Comunicação sem fio, podem fomentar as fontes de participação política e a deflagração de movimentos sociais. Alguns sites especializados e as redes sociais estão tornando-se uma das múltiplas esferas públicas e fonte de ampliação dos espaços deliberativos e da liberdade de expressão.

1.4. Movimentos Sociais e Esfera Pública

Os movimentos sociais criam um espaço de deliberação sobre o *status quo* de uma dada localidade, normalmente gerados pela indignação da população frente ao Estado.

Segundo Habermas (2003a), essa esfera pública, refere-se ao reino do debate, da discussão livre entre os cidadãos considerados iguais, política e moralmente, sobre questões de interesse comum. Em resumo, corresponde a uma espécie de arena, em que se processa a vontade coletiva e se justificam as decisões políticas.

Esse ambiente público, segundo o mesmo autor, desenvolveu-se, inicialmente, como círculo teórico, ainda sem conteúdo político. Na sequência, convergiu para o debate público através das publicações nos jornais Europeus no século XVIII. A imprensa passou a publicitar informações relevantes, atendendo aos interesses burgueses.

Enquanto princípio organizador do meio político, a esfera pública é vista por Habermas (2003a) como o lugar da comunicação, deliberação, debate e participação cívica. Esse local permite a percepção dos dilemas coletivos e o reconhecimento da diversidade dos pontos de vista. Constitui-se como uma estrutura comunicacional do

agir, orientado pelo entendimento, o qual tem a ver com o espaço social decorrente do agir comunicativo. Para Habermas:

Qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimenta-se num espaço público, constituído através da linguagem. Em princípio, ela está aberta para parceiros potenciais do diálogo, que se encontram presentes ou que poderiam vir a se juntar (...) Quanto mais elas [as esferas públicas] se desligam de sua presença física tanto mais cara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública. (HABERMAS, 2003a, p. 92-93).

A esfera pública é o espaço de interlocução discursiva. Semelhante ao que acontece quando civis assumem posturas públicas, por meio da discussão argumentativa, inspiradas no interesse coletivo e críticas às esferas de poder.

Ela ainda pode ser descrita como uma rede para a comunicação de conteúdo, tomadas de posição e opinião, onde os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados. Assim capta-se as preocupações dos diferentes públicos que a constituem e de funciona como um amplificador da questão na sociedade.

Nesse ambiente de conversação e diálogo, deve predominar a universalidade, a racionalidade, a reciprocidade, a igualdade e a não coerção. Sem tais características, de nada adianta existir um espaço de deliberação pública, no qual se possa legitimar o processo democrático. Além disso, os cidadãos que dela participam, o fazem por motivações e anseios próprios.

1.4.1 Da Esfera Pública única à Sociedade em Rede - Ágora Digital

Em sua obra, *Direito e democracia*, originalmente publicada em 1992, Habermas (2003a), reformula o conceito de esfera pública, antes entendida como única, singular e rígida, reconhecendo a existência de múltiplas arenas públicas.

Naquela época, o autor já informava a possibilidade de espaços múltiplos. Hodiernamente, a esfera pública pode ser expandida para os espaços virtuais na internet.

Diferentemente da concepção convencional, a esfera pública virtual aliada às mídias convencionais, possibilita o surgimento de múltiplos ambientes públicos.

Segundo Di Felice (2008), as redes sociais digitais propiciaram, ao lado da interação com a mídia, nova forma de comunicação entre os indivíduos, além de criar novas espécies de sociabilidade. Deste modo, Habermas compreende que surgem uma multiplicidade de círculos públicos, principalmente a esfera pública abstrata.

Esta última, em sua visão, é entendida como um conjunto de esferas mais ou menos especializadas e acessíveis aos leigos. Materializa um local de discussão que associa as interações cotidianas e os fóruns da sociedade civil. A inclusão de novos atores e temas, nessas esferas, dependerá da tematização e da politização de questões recentes, a partir das ações discursivas dos atores da sociedade civil.

Habermas propõe três tipos de esferas públicas que podem se interconectar: episódica (encontros nas ruas, bares, cafés, etc.), de presença organizada (teatro, concertos de rock, reuniões partidárias ou congressos de igrejas) e abstrata, produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente). (HABERMAS, 2003a).

Com esse novo cenário de participação política, o conceito de esfera pública se amplia com o crescimento da internet e das redes sociais. Esse espaço é desenhado pela própria configuração da sociedade atual e das novas tecnologias atreladas à internet e à comunicação móvel. No entanto, não se deve considerar, que a esfera pública *online* possa excluir dos debates aqueles que, eventualmente, ainda não tenham acesso à internet.

O ambiente público criado pela internet deve ser visualizado como mais uma das múltiplas esferas públicas apontadas por Jürgen Habermas. Trata-se de novos fóruns de deliberação e participação democrática, concretizando uma verdadeira esfera pública em rede, e, por conseguinte, uma sociedade em rede.

Isso não significa uma chegada da total igualdade e liberdade de expressão para todos, mas a sua ampliação. Que é considerada como um avanço para a democracia. Entretanto, é importante frisar que as esferas públicas anteriores não foram encerradas, permitindo-se, ainda que os demais cidadãos participem dessas esferas públicas tradicionais.

Para se ter uma dimensão desses recentes círculos de deliberação política, a internet, uma plataforma que permite o acesso de pessoas, conecta, segundo dados da Folha de São Paulo em 2014, cerca de 3 bilhões de pessoas no mundo. Ressalta-se que,

no Brasil, hoje, 69% (sessenta e nove por cento) dos brasileiros acessam à internet pelo celular.

Nesse sentido, pode-se dizer que a internet é uma espécie de praça pública grega, na qual todos que se conectam tem a oportunidade de expressar-se publicamente, defender suas ideias, tornando um espaço social sem diferenciação entre os seus frequentadores. Isto porque, todos podem fazer um e-mail, acessar qualquer site, cadastrar-se em qualquer rede social, compartilhar conteúdos, etc. Assim, a única restrição de conteúdo seria a cognitiva.

O filósofo Lévy (2010) considera a internet como um espaço “de uma nova forma de democracia direta em larga escala”, na qual, a coletividade pode interagir em tempo real. Ele afirma ainda que:

[...]uma vez que as ágoras virtuais poderiam abrir espaços de comunicação, de negociação, de surgimento, de uma fala coletiva e de decisão em tempo real, existem cada vez menos argumentos técnicos para perpetuar o despotismo fragmentado que constitui a delegação. (LÉVY, 2010, p. 78).

Com base no exposto, entende-se que esses ambientes virtuais compreendem uma nova Ágora, uma nova praça pública, denominada por alguns como Ágora Digital. Não seria, porém, um espaço perfeito, em decorrência da grande probabilidade de excessos, como pulverização de notícias falsas, cultura do ódio, anonimato, etc.

Contudo, a despeito de suas imperfeições, essa nova esfera pública mostra-se como uma alternativa efetivamente democrática, pois permite o acesso da maioria, ultrapassando, de maneira histórica, os limites da verticalização da informação por intermédio das mídias tradicionais.

1.5 A tecnologia da internet e da comunicação sem fio à serviço da democratização

Na atualidade, o avanço da tecnologia da rede internacional de computadores (Internet) e da comunicação sem fio, via telefones celulares, tablets, e outros, permitiram uma dinâmica de informação completamente nova. Aqueles que não estiverem conectados a essa rede mundial, ficarão praticamente excluídos da vida social, econômica, científica e política que se desenrola, em tempo real.

As possibilidades de uso dessas tecnologias, que vêm se revelando como forte mobilizador em potencial, apontado por Castells (2017), têm sido usadas em favor da ampliação dos espaços deliberativos, da liberdade de expressão e da democracia. Em contrapartida, isso vem alterando significativamente o cenário das modernas sociedades. Estas transformações afetam não somente o modo substancial das relações sociais, mas também o funcionamento das atuais instituições e estruturas políticas.

Os debates acerca da revitalização da democracia criados pelos novos espaços gerados pela internet intensificam-se a cada dia. A ciberdemocracia² (ou ainda, democracia eletrônica, democracia virtual, democracia digital), por exemplo, é o lugar onde o cidadão, por meio da utilização dessas novas tecnologias, pode, de alguma forma, participar dos processos democráticos.

Nesta perspectiva, a ciberdemocracia consiste na criação de processos e mecanismos de discussão, a partir de um diálogo mais próximo entre cidadão e cidadão ou entre cidadão e Estado. O objetivo é alcançar uma política de decisões, em que se possibilite uma participação popular mais real e efetiva.

A internet é tida como o canal mais promissor para a ciberdemocracia, porém não a única. Já que o desenvolvimento da telecomunicação móvel, aliado ao uso da internet, por exemplo, pode servir igualmente de suporte tecnológico para essa ciberdemocracia.

Uma das discussões mais destacadas da atualidade reside em analisar qual o papel da tecnologia no fortalecimento da democracia. Dizendo de outra forma: qual é o verdadeiro papel das novas tecnologias e dos equipamentos que surgem atrelados a elas? Seria a atribuição de um agente de “democratização”?

Esse otimismo faz com que muitos teóricos vejam a internet como uma oportunidade para a revitalização da democracia ao franquear novas formas de participação cidadã, horizontal, independentemente das grandes estruturas políticas e organismos de comunicação de massas. Logo, isso torna o Estado mais ágil, transparente e próximo do cidadão.

A arquitetura em rede da internet, somada às ferramentas de interação, têm possibilitado novas formas de organização sociais e uma criativa agenda de ações políticas, que podem significar um avanço no desenvolvimento dos processos de

² Nomenclatura trazida por Pierry Lévy em sua obra *Ciberdémocratie: Essai de philosophie politique*, significando reconfiguração da esfera pública perante uma expansão e popularização do ciberespaço, focando nas ações coletivas de inteligência e como estas, através do ambiente virtual, potencializam as ações da democracia na sociedade. (LEMOIS; LÉVY, 2000).

democratização. Essas tecnologias possibilitam novos meios de comunicação com o Estado e auxiliam na promoção de ações democráticas, criando novos mecanismos de atuação da sociedade civil, tal como no surgimento dos movimentos sociais.

As Tecnologias da Informação e comunicação móvel atuam no alargamento dessa interação entre cidadão e a esfera pública, porque possuem uma capacidade de mobilização e articulação entre os cidadãos, dinamizando e otimizando uma maior participação dos atores da sociedade civil.

Assim, é possível constatar a relação estreita entre a ampliação do uso das tecnologias da informação e comunicação, as ações políticas e formas de organização sociais que possibilitam uma maior inclusão dos cidadãos nos processos democráticos, a exemplo dos movimentos sociais deflagrados sobre a influência dos meios virtuais.

Outro aspecto relevante para essa mudança na dinâmica da comunicação se dá pela visibilidade e pelo acesso à informação. O fato de alguma informação não ser divulgada pelos veículos de comunicação tradicionais (jornal, rádio ou televisão), seja por motivos de desinteresse das empresas de comunicação, seja por imposição do governo, não impede que a mesma seja divulgada por algum meio alternativo, através da internet.

Essa alteração do aspecto comunicacional, por meio da Internet, interfere diretamente nos meios tradicionais de comunicação, outrora detentores de toda informação, mas hoje, pelo fluxo informacional, se é capaz de democratizar o acesso à informação.

Além disso, Estados autoritários que controlam os jornais, a televisão e o rádio e praticam imposições contra o uso livre da internet, terão dificuldades em obter êxito, inclusive através de imposições e restrições ao uso e ao fluxo da internet, que acabam sendo ineficazes, tendo em vista que a alimentação de dados e a busca de informações podem ser feitas por meio de um servidor em outro país.

A velocidade da ampliação da comunicação e o poder que isso representa na mobilização de pessoas pode ser ilustrado com movimentos sociais pelo mundo e nos movimentos sociais e passeatas de 2014, ocorridos no Brasil. Ambos deflagrados exclusivamente através de aplicativos, como o *Whatsapp*, *Youtube* e sites da internet. Esses exemplos mostram que a mobilização social das massas através da Internet é uma realidade, pois ela é uma ferramenta de democratização da informação capaz de mobilizar pessoas para qualquer fim.

1.5.1. A internet como ferramenta para o surgimento e deflagração dos movimentos sociais

Castells (2017), em sua obra “Redes de Indignação e Esperança”, analisa a natureza e os objetivos dos movimentos sociais surgidos a partir da rede, objetivando verificar os novos rumos das mudanças sociais e as implicações práticas desses movimentos na política atual.

Cabe elucidar, neste momento, que em geral esses movimentos sociais não repelem a democracia representativa, apenas repudiam a forma como ela está sendo exercida hoje e, por isso, questionam a sua legitimidade (CASTELLS, 2017), posto que permeada por interesses escusos dos seus representantes.

A par disso, o autor parte da premissa de que as relações de poder são constitutivas de uma sociedade, já que aqueles que detém o poder moldam as instituições de acordo com seus valores e interesses. Segundo ele, o poder é exercido por meio de coerção (violência, por exemplo) e/ou pelo significado embutido na mente das pessoas (igrejas), esse último mediante mecanismos de manipulação simbólica. Nos locais em que o poder se manifesta, existe, também, o contrapoder que pode ser identificado quando os atores sociais se rebelam contra o poder, para reivindicar seus interesses e valores.

Dessa forma, a luta fundamental pelo poder reside na formação de significados na mente das pessoas, interagindo com o ambiente natural e social, conectando as redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais. Em síntese, a comunicação, como abordado, é fundamental para a constituição dessas redes, como bem assevera Castells, “Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações” (CASTELLS, 2017, p. 21).

E, continua afirmando, que a constante transformação da tecnologia de comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de interação em todos os domínios da vida social. Essa ampliação genérica e global atinge diretamente as normas de construção do significado, e, por conseguinte, as relações de poder.

Como tradicionalmente os meios de comunicação de massa estão nas mãos do governo ou de empresas de mídia, as redes sociais digitais possibilitam coordenar e deliberar ações se forma ampla e desimpedida. Mesmo assim, precisam, em geral, de um espaço público que os tornem visíveis e é por isso que ocupam o espaço urbanos, se

tornando um espaço de deliberação, ou seja, um espaço político para que se realizem assembleias soberanas, de acordo com seus interesses e valores, e recuperem o direito de representação, indevidamente apropriados por instituições políticas desvirtuadas, que desnaturam a democracia representativa. (CASTELLS, 2017)

Por outro plano, o surgimento desses movimentos sociais, ocorrem também impulsionados por motivos emocionais de indignação e não surgem, somente, por conta do surgimento de um programa ou uma estratégia política, estes, podem vir posteriormente ao surgimento do movimento social.

Na verdade, as mobilizações sociais surgem quando a emoção se transforma em ação, segundo Castells (2017). Esse fator desencadeante está diretamente ligado ao sentimento de medo e de entusiasmo suportado pelos cidadãos.

Nesta linha de pensamento, o medo está ligado à ansiedade e à raiva, que leva a assunção de riscos, que estimulados pela indignação faz com que ações sejam tomadas sem temor. O entusiasmo, em contrapartida, está ligado à esperança. Dessa forma, superado o medo pelo indivíduo, o entusiasmo ativa a ação e, paralelamente, a esperança prevê os frutos de uma ação de risco.

Ressalte-se que, é imprescindível não somente em relação ao indivíduo, mas coletivamente, para o surgimento de um movimento social, uma ativação emocional, capaz de conectar os indivíduos entre si. Esse fenômeno acontece através de um processo de comunicação, que dissemine os eventos e emoções.

No contexto atual, as redes de comunicação, via internet e via comunicação sem fio, são os veículos mais rápidos, mais autônomos, interativos e autoconfiguráveis de todos os tempos. Dessa forma, quanto mais interativa e autoconfigurável a comunicação, menos se dá a necessidade de hierarquia e com isso o movimento ganha em participação. Essa característica acaba por tornar as mobilizações sociais, deflagradas pela Internet, uma nova espécie em seu gênero, dado que a maioria deles apresentam-se como agitações organizadas sem uma liderança definida. (CASTELLS, 2017).

É importante destacar que, a rede da Internet e as redes de telefonia celular não determinam os movimentos sociais e as formas de comportamento social. Logo, elas não são suas fontes de ocorrência (CASTELLS, 2017) e sim, apenas ferramentas, que se apresentem como formas organização e como plataforma para a autonomia cultural e política. (CASTELLS, 2017).

1.6 Características comuns dos Movimentos Sociais em Rede

Os movimentos sociais deflagrados pelas redes sociais, através da internet e comunicação sem fio, apresentam similitudes, permitindo, consoante Castells (2017), apontar-lhes características que se repetem, para tanto fixa alguns pontos de análise (público, plataforma de disseminação, etc.).

No que é pertinente ao Público que deflagra, em geral não há nenhuma organização política formal (CASTELLS, 2017). Normalmente são deflagrados por uma população de manifestantes insatisfeitos como a política local. O corpo social das mobilizações é composto predominantemente por jovens (estudantes universitários e diplomados desempregados) e ciberativistas³.

Em relação à Plataforma de disseminação e forma de planejamento, o *Facebook* é, em geral, a rede social mais utilizada para planejar os movimentos sociais. Esta plataforma, em que pese seja a empregue com mais frequência para o planejamento de movimentos sociais pela Internet, foi alvo de críticas pelo movimento *Occupy* de Wall Street. Na avaliação dos manifestantes, o fato de ser uma plataforma com proprietários ocasiona desconfianças. E, segundo os mesmos, desta forma, não se protege de maneira absoluta, a privacidade dos usuários. Posto que, se intimado pelas autoridades, o *Facebook*, por possuir um mecanismo de reconhecimento facial, permitiria identificar pessoas por intermédio de fotografias compartilhadas na rede social. (CASTELLS, 2017).

Quanto à forma de divulgação, segundo Castells (2017), em linhas gerais, ela ocorre por meio de mensagens em aplicativos, como *Whatsapp*, ou ainda, através de *sms*. A transmissão acontece por vídeos gravados pelos próprios manifestantes e disponibilizados, de maneira quase que viral, entre os usuários das redes sociais, e também através de canais como o *Youtube*.

A característica mais importante dos movimentos sociais deflagrados pelas redes sociais da Internet, é que em geral, não apresentam líderes. Assim, cada um representa a si próprio, semelhante a um modelo implícito de democracia direta, dado que são baseadas em redes horizontais de comunicação multidirecional e interativa. (CASTELLS, 2017).

³ Cidadãos que utilizam os meios de comunicação digital como principal veículo para reclamar seus direitos, convocar passeatas, registrar protestos e divulgar notícias sobre as causas geradoras de suas insatisfações. Disponível em: <https://webinsider.com.br/o-que-e-ciberativismo/>, acessado em 11 de dez 2018.

Essa horizontalidade, segundo Castells, favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de liderança formal. (CASTELLS, 2017, p. 195)

A ausência de porta-vozes e de líderes, por sua vez, dificulta a paralização desses movimentos por parte do Estado, seja através da perseguição ou captura desses agentes. Além disso, não precisam de centro de comando ou de controle, para repassar os comandos. Essa formação descentralizada fomenta a participação nos movimentos, sempre se reconfigurando de acordo com o nível de participação da população e reduz a ameaça de repressão. Ressalte-se que a presença de participantes mais ativos do que outros, não simboliza uma liderança e sim um maior comprometimento.

A necessidade de ocupar um espaço público acaba possibilitando uma existência material ao movimento, servindo de um espaço de conveniência e de debate, territorializando seu protesto. Esses movimentos elegem um local público para ocupação e o início da ocupação sucede em uma data significativa, que represente e simbolize os ideais e objetivos do movimento.

Esse híbrido de ciberespaço com o espaço urbano, é chamado de “Espaço de autonomia” (CASTELLS, 2017, p.193), que segundo afirma, desafia a ordem institucional ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos. Para ele, o mundo real em nossa época é um mundo heterogêneo, que nega espaços, exclusivamente, virtuais e aqueles segregados do universo de conexão on-line:

“É nesse mundo que os movimentos sociais em rede vieram à luz, numa transição – natural, para muitos indivíduos – do compartilhamento de sua sociabilidade para com o compartilhamento de sua indignação, de sua esperança e de sua luta.” (CASTELLS, 2017, 202).

Dessa forma, o fato da internet se caracterizar por ser um conjunto de informações organizadas não a retira da realidade. Pois, Na internet que, hodiernamente, muitas pessoas estudam, trabalham e formam suas opiniões. Como visto, é uma plataforma de comunicação em crescimento e por conta disso, é cada vez mais utilizada como propaganda.

A internet, destaque-se, nos dias atuais, é tanto uma extensão das relações interpessoais que há a necessidade de criação de senhas de acesso, seja redes sociais, e-

mails e até internet banking. O que denota a ligação entre mundo real e virtual, ou seja, o mundo real pode ser afetado diretamente pelo mundo virtual e vice-versa.

Raramente, esses movimentos são programáticos e dedicam-se a um único *assunto*, salvo quando se concentram em um ponto único. (CASTELLS, 2017). De forma geral, são movimentos que buscam a mudança de valores da sociedade ou movimentos de opinião pública, com viés eleitoral.

Em todos os casos, afirma Castells (2017), que esses movimentos sociais são muito políticos, no sentido fundamental do termo, sobretudo, quando propõem e exercitam a democracia deliberativa direta, baseada na democracia em rede.

1.7 Mecanismos comuns de paralisação dos movimentos sociais em rede

O mecanismo mais utilizado para paralisar os movimentos sociais gestados na Internet, costuma ser a força policial, quando os manifestantes ocupam espaços públicos reais.

No entanto, quanto mais a polícia recorre à repressão, mais as imagens dessas ações são compartilhadas, ocasionando mais indignação e mobilizando simpatizantes da causa, a exemplo do que ocorreu na Occupy de Wall Street. De fato, em todos os casos, as imagens da violência policial fomentavam a simpatia dos cidadãos pelo movimento, assim como o reativaram. (CASTELLS, 2017).

O risco é que, individualmente ou coletivamente, a autodefesa, por estar intimamente conectada aos instintos humanos, pode gerar consequências desastrosas para o movimento, caso não seja empregue com parcimônia. Principalmente, porque para a mídia as imagens de violência dos membros dos movimentos são um espetáculo em termos de audiência e podem enfraquecer o movimento.

Outra forma de obstar esses movimentos é a paralisação ou o bloqueio da internet e de protocolos de internet, que divulgam informações atinentes às mobilizações, em uma tentativa de impedir as comunicações entre os manifestantes e deles para o mundo.

No entanto, a exemplo das manifestações do Egito, quando a internet foi desligada, as redes multimodais de comunicação (Ex.: Radioamadores) mantiveram o movimento conectado e diversas empresas de comunicação criaram mecanismos, inclusive dial-up (internet discada) para manter a comunicação do movimento.

Isso porque, a comunicação de uma nação não pode ser totalmente desativada e, também, tanto por ir de encontro ao direito de liberdade de expressão do homem, quanto por razões econômicas, uma vez que a paralisação da internet gera enorme prejuízo financeiro. Já que a Internet é a alma da economia global interconectada.

Na verdade, o potencial revolucionário da internet só pode ser subjugado por controle e vigilância permanentes, como a China tenta fazer no cotidiano. Uma vez que um movimento social tenha alcançado certo limiar em termos de tamanho e impacto, bloquear a internet não é possível nem eficaz. (Castells, 2017, p. 69).

Dessa forma, a paralisação da internet de forma a conter os movimentos sociais deflagrados pela internet, torna-se ineficaz e antieconômico. No entanto, o autor observa que quando o controle e a vigilância da internet são prévios ao estourar do movimento, esse controle é capaz de obstar o surgimento de movimentos sociais:

1.8 Cibercultura e os Movimentos Sociais

Zygmunt Bauman (2001) defende que as sociedades passam por constante mutabilidade, enfrentando intensa volatilidade nas relações entre indivíduos. Segundo o sociólogo, com o desenvolvimento das tecnologias, amplia-se os espaços de deliberação. Isso contribui para uma progressiva separação entre as esferas privada e pública.

As inovações tecnológicas, portanto, têm modificado as relações sociais, com o surgimento de novos canais de comunicação e informação. Perfazendo um novo formato de relações globais, posto que as distâncias geográficas são encurtadas pela comunicação em rede.

Assim, a internet surge como um espaço que possibilita reuniões entre pessoas em grande velocidade, abrindo um mundo de novas interações. O largo uso dessas tecnologias da informação e comunicação tem transformado significativamente o plano jurídico e político de nossa sociedade. Nesse sentido, ao tempo em que, diversas vozes

preconizam os potenciais da tecnologia para a promoção de valores democráticos, elas apontam os riscos advindos desta realidade.

Informa Pierre Lévy (1999), que do ponto de vista do equipamento, a informática reúne técnicas que permitem digitalizar a informação (entrada), armazená-la (memória), tratá-la automaticamente, transportá-la e colocá-la à disposição de um usuário final, humano ou mecânico (saída).

As inovações da informática à nível de equipamentos tem facilitado o acesso da informação digitalizada por pessoas comuns. A cada dia os processadores de informação estão se tornando mais potentes, menores, com maior capacidade de armazenamento, mais confiáveis e fáceis de serem utilizados. Isto porque, não basta ter acesso à internet, é preciso deter conhecimento para manuseá-la.

O computador não é apenas uma ferramenta adicional para a produção de textos, sons e imagens, é antes de mais nada, um operador de virtualização da informação.

A virtualização de notícias garante que uma pluralidade delas possam ser transmitidas através de um mesmo meio. A pluralidade de informações é uma das características do ciberespaço, o que lhe possibilita o uso desse meio pelos movimentos sociais.

Uma característica do ciberespaço é sua virtualidade, sendo este o seu fundamento técnico. A informação digital, segundo Lévy (1996) pode ser qualificada como virtual na medida em que não é palpável pelo ser humano, não é físico, não se consegue tocar. Neste momento, é oportuno dizer, que se entende por virtual, toda entidade “desterritorializada”, capaz de gerar manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar adstrita a um lugar ou tempo em particular.

Disto isso, tem-se que só se pode tomar conhecimento direto da atualização das informações compartilhadas em meio digital, por meio de alguma plataforma de exibição. Os códigos de computadores, ilegíveis para homens leigos em matéria tecnológica, materializam-se em textos legíveis, imagens visíveis sobre tela ou papel, ou sons audíveis na atmosfera.

O desenvolvimento das redes digitais interativas (facebook, twitter, instagram e outros) favorecem movimentos de virtualização, que não estão circunscritos ao compartilhamento de informações em formato mais rígido (textos elaborados por especialistas, por exemplo). E ciberespaço encoraja um estilo de relacionamento

independente dos lugares geográficos, graças à telecomunicação, às redes sem fio e da coincidência dos tempos devido à comunicação assíncrona⁴.

Ressalte-se, que isso não chega a ser uma novidade absoluta. Uma vez que o telefone já possibilitava uma comunicação interativa. Do mesmo modo, o correio permitia, a um tempo consideravelmente anterior, uma comunicação recíproca, assíncrona e à distância. A novidade, portanto, está na possibilidade de organização entre os interlocutores:

Contudo, apenas as particularidades do ciberespaço permitem que os membros de um grupo humano (que podem ser tantos quantos quiser) se coordenem, cooperem, alimentem e consultem uma memória comum, e isto, quase em tempo real, apesar da distribuição geográfica e da diferença de horários. O que nos conduz diretamente à virtualização das organizações que, com a ajuda das ferramentas da cibercultura, tornam-se cada vez menos dependentes de lugares determinados, horários de trabalhos fixos e de planejamento a longo prazo. (LÉVY, 2000, p. 49).

Uma comunidade virtual pode ser organizada sobre uma base de afinidade, por intermédio de sistemas de comunicação telemáticos. Logo, seus membros seriam reunidos por núcleos de interesse próximos e por problemas semelhantes. A posição geográfica deixa de ser um ponto de partida para as interações humanas.

Apesar da ausência de presença física de pessoas, as comunidades dos meios virtuais estão repletas de projetos, conflitos e amizades. Ela vive sem lugar fixo, sem uma referência estável. Por isso, ela irradia em toda parte, bastando que seus membros possuem dispositivos moveis capazes de interconectá-los.

Dessa maneira, a digitalização da informação permite que o ciberespaço assuma as qualidades de plural e de virtual. Ele caracteriza-se pela velocidade de troca de informações e diminuição de distâncias que são possibilitadas pelos progressos na transmissão quanto à forma em que as mensagens são difundidas.

De acordo com Lemos e Lévy,

⁴ Comunicação assíncrona é a que está desconectada do tempo e do espaço. Ou seja, o comunicador e o receptor podem manter relacionamento na medida em que tenham tempo disponível. A exemplo do Whatsapp. Disponível em <http://www.impacta.com.br/blog/2018/01/24/comunicacao-sincrona-e-assincrona-comunicar-melhor-com-clientes/> Acesso em 11/11/2018

A cibercultura é o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX, impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição da informação, criando novas relações de trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social. (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 21-22).

Dessa forma, modificam-se as formas tradicionais de fazer política. Pois, os tempos atuais possibilitam novidades, como o processo de convivência experimentado entre os seres humanos e tecnologias da comunicação. Com isso, permite-se às pessoas conectadas em redes virtuais modificar, intervir, contestar, reconstruir as práticas culturais, políticas e sociais. Em suas palavras:

Pela primeira vez, devido às características atuais do ciberespaço, é possível produzir o sentido coletivamente, cooperativamente, no jogo das subjetividades e das linhagens, para além das fronteiras das culturas, das religiões, dos territórios, dos pequenos poderes. Nesse caso, o “sentido” da tecnologia só se produz em se fazendo. (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 30-31).

Logo, percebe-se que o contato dinâmico, impulsionado pela troca de informações/mensagens, ausentes de um corpo físico, dado que propagadas em meio cibernético, concebe novas maneiras de relacionamento, afetivo ou profissional, como também de participação e realização política.

A cibercultura, surgida no final do século XX, através das redes telemáticas mundiais e da microinformática, possibilitou novas formas socioculturais. Em que os velhos hábitos sociais e práticas de consumo foram intensamente modificadas pela crescente distribuição de informações. O acentuado crescimento do fluxo de informações, possibilitado pela internet favoreceram novas formas de sociabilidade entre os povos.

Anteriormente ao universo tecnológico, as interações entre indivíduos ocorriam no espaço da vizinhança, nos grupos familiares e nos círculos de amizade. Hodiernamente, sucedem em um espaço maior, sem limites geográficos. É um ambiente

completamente abstrato marcado pela ausência física de pessoas. Essas novas formas de comunicação são caracterizadas pela fluidez e pela velocidade dos contatos, em função, sobretudo do papel desempenhado pela internet e redes sociais.

De acordo com Lemos e Lévy (2010, p.103), “uma comunidade virtual é entendida pelos benefícios que provém das relações entre seus usuários, sendo dois fatores fundamentais para o seu desenvolvimento: estrutura técnica de redes de computadores e a intenção de seus membros no tempo.” Sendo assim, para que as comunidades se fortifiquem em intensidade e vigor, por meio da amplitude das relações com novos seguidores, faz-se necessária a existência de motivações e interesses comuns entre seus membros.

Com base nisso, infere-se que as comunidades virtuais se tornam espaços de encontros entre grupos de indivíduos com interesses próximos. Esses espaços possibilitam troca de experiências, informações, discussão assuntos diversos, inclusive reivindicações políticas ativistas. Compreendem ambientes globais, onde diversos internautas, de todas as partes do globo, efetuam protestos variados. Vale destacar que o Brasil tem o maior número de usuários de redes sociais da América Latina⁵, com usuários participando e produzindo informações.

Dessa maneira, observa-se que o ciberespaço possibilita uma maior liberdade de emissão de notícias. Assim, surgem novas formas comunicativas, que permitem a qualquer pessoa mediante relações horizontais, e não apenas às empresas de comunicação, consumir, produzir e distribuir informação.

Pois, cumpre recordar que as informações eram monopólio exclusivo da mídia convencional. Entretanto, agora circula livremente em diversos espaços e através de pessoas comuns, que produzem notícias sem um controle exaustivo sobre as suas opiniões públicas.

Nesse sentido, pode-se observar que o espaço virtual, por possibilitar o anonimato, permite que os internautas possam se sentir livres para se posicionar sobre qualquer assunto que lhes interessa. Assim, a utilização de ferramentas de comunicação digitais produzidas por vozes livres e independentes busca reconfigurar a cultura política contemporânea.

⁵ Forbes. Brasil é o maior usuário de redes sociais da América Latina Disponível em <https://forbes.uol.com.br/fotos/2016/06/brasil-e-o-maior-usuario-de-redes-sociais-da-america-latina/>. Acesso em 10/08/2018

É importante salientar que, na era da computação social, os conteúdos são criados e organizados pelos próprios utilizadores. O poder das ferramentas de comunicação é observado na expressão livre dos movimentos sociais e das reivindicações políticas ativistas (LEMOS; LÉVY, 2010)

Em assim sendo, interagir e atuar diante das novas tecnologias da comunicação é o desafio do tempo presente. Tudo pode ser transformado ou enquadrado nos anseios da modernidade, e é exatamente por isso que as pessoas tentam se adaptar, com o domínio das técnicas, das habilidades e abraçando as diversas possibilidades que o mundo virtual pode proporcionar. Desse modo, a cultura política vem sendo reconfigurada com a cibercultura, com a possibilidade de nos conectar a outros, a produzir, reproduzir, divulgar, e trocar informações.

O ciberespaço apresenta uma complexidade de indivíduos e pensamentos, que circulam livremente neste ambiente. Isso provoca alterações na cultura política, dado que a liberdade na emissão de opiniões permite trocas e possibilita o surgimento de novos agentes que expressam suas insatisfações políticas por meios virtuais aptos a alcançar centro da polis.

A dimensão política se exterioriza através de um novo formato de ação na sociedade, que tem como pano de fundo o mundo virtual. Conforme Lemos e Lévy:

O ciberespaço, cenário privilegiado da cibercultura, é, em sua essência, político e o futuro da internet aponta para novas modalidades de emissão livre, de formas de compartilhamento de informação, de cooperação. O que se espera são mudanças políticas globais da esfera política em direção a uma ciberdemocracia. (LEMOS; LÉVY, 2010, p.28).

O fazer política é ressignificado de acordo com as perspectivas de um tempo moderno e dominado pelas tecnologias de comunicação. “Não é novidade que a relação entre a comunicação (a potência social) e a técnica (a potência da ação) está na base da dimensão política.” (LEMOS; LÉVY, 2010, p.30).

Os movimentos sociais, desencantados com os partidos políticos, buscam efetivar críticas à forma que o sistema é gerenciado. Sendo assim, com as possibilidades surgidas com o advento da cibercultura, os movimentos sociais passam a usar as ferramentas apresentadas por essa realidade moderna:

O objetivo é utilizar o potencial das ferramentas comunicacionais digitais para expressão livre dos movimentos sociais e das articulações e reivindicações político-ativistas. O que está em jogo é o alcance planetário para questões locais; a livre expressão para publicação de informações: a colaboração e participação; a inclusão digital. (LEMOS; LÉVY, 2010, p.28).

O ciberativismo, através do espaço virtual, tem a oportunidade de articular as reivindicações políticas com as instâncias formais de poder. Em síntese, as ferramentas comunicacionais se apresentam como um facilitador do câmbio de informações entre diversos agentes (movimentos sociais, indivíduos, partidos políticos e outros) independentemente da localidade desses protagonistas.

A internet reduz distâncias, pois as pessoas se conectam à redes de relacionamento, nas quais, ocasionalmente, podem fazer política. Nesse sentido, é possível intervir através de mecanismos virtuais na sociedade circundante. “Aqui, o ‘sentido’ da tecnologia contemporânea não se refere a sua dimensão material, mas sim ao seu poder de produzir sentido, de fazer sociedade” (LEMOS; LÉVY, 2010, p.30).

Verifica-se que a cultura digital abre espaço para um leque de relacionamentos, que são constituídos em um ambiente no qual o contato físico pode ser dispensado. As pessoas criam um sentido novo para qualquer tipo de relação social, desde laços de amizade, compromissos afetivos, namoros e militância política.

Protestos, manifestações e as variadas formas de ativismo político ressurgem, com características específicas, nesse novo contexto histórico, permeado por inovações tecnológicas. Materializando transformações importantes na sociedade contemporânea.

A intervenção política que emerge do espaço da internet proporciona um significativo avanço no campo da ação política. “Devemos, ainda mais em países como o Brasil, aproveitar a potência que essas tecnologias nos oferecem para produzir conteúdo próprio, para compartilhar informação, enriquecendo a cultura e modificando o fazer político.” (LEMOS; LÉVY, 2010, p.27).

Nesse sentido, verifica-se que a tecnologia moderna aponta para um novo direcionamento no que se refere à fazer política. Um profundo sentimento de descrédito com as instituições políticas tradicionais faz emergir movimentos de protesto em vários países. O motivo dessas manifestações varia de região para região, mas a sensação de

mal-estar é o traço comum em todos os lugares, é o que une os manifestantes de todas as partes do mundo.

Essas mobilizações sociais passam a atuar inseridas em um mundo moderno, globalizado e permeado de relações fluidas. Um novo formato de relacionamento social é criado no âmbito virtual, denominado ciberativismo. Compreendido como ativismo político e protestos que emergem através das tecnologias de informação. Diante do desgaste e das insatisfações dos indivíduos com as instituições políticas e com as tradicionais formas de representação, criam-se outras formas de intervenção política e de contestação da estrutura vigente.

Como bem assevera Castells (2017) em seu livro, os movimentos sociais na era da internet são permeados pela indignação e pela esperança. A estrutura oficial dos meios de comunicação entre Estado e cidadão são ineficientes, posto que não servem mais de canal entre essas duas esferas. Logo, percebe-se que a democracia representativa não tem sido eficiente e não corresponde mais aos anseios da sociedade que os elegeram.

Os movimentos sociais na era digital eclodem em várias localidades do mundo e fomentam manifestações coletivas, protagonizadas e articuladas por sujeitos de diferentes nacionalidades, regiões, diferentes idades, classes sociais e ideologias políticas. É o sentimento de indignação com as práticas atuais e a situação angustiante suportada pelos cidadãos, que aproxima essas lutas em diversas localidades.

Todos esses protestos desencadeados por meio das redes sociais, na maioria das vezes, ausentes de filiação partidária apresentam uma característica em comum. Especialmente, com relação à motivação que conduziram os cidadãos do mundo inteiro a se indignarem com a situação política, econômica e social que os afligiam. Em geral, as mobilizações iniciadas nas redes sociais eram, na sua essência, motivados por vontade de mudanças. Segundo Carneiro:

Surge um novo momento da política global em que a voz das ruas passou a ocupar o cenário, deslocando velhos aparatos políticos e questionando a ordem do capitalismo financeiro, em textos escritos no calor dos acontecimentos e imbuídos não só da lucidez da crítica, mas também da paixão do engajamento e da esperança. (CARNEIRO, 2012, p.10).

Nesse sentido, percebe-se que, em meio à crise econômica e política que se alastra por todo país, é notória a participação política de grande parte da população brasileira, a qual, em diversos estados da federação, mobilizaram-se nas ruas. Dentre as motivações, pode-se identificar: o desejo de mudanças, da esperança de ver um país melhor para todos, como possibilidade de crescimento e desenvolvimento econômico e social, além de lideranças políticas comprometidas com o bem comum, e não com interesses individuais.

1.9 Os movimentos sociais em rede no Brasil

Os movimentos sociais deflagrados através de redes sociais e pela Internet foram exitosos no mundo e compartilharam similitudes em alguns aspectos. A exemplo da revolta no mundo árabe, conhecida como a “primavera árabe”, na qual pela primeira vez na história, ditadores e dinastias foram depostos do poder pela população, inconformada com a alta do preço dos alimentos e a falta de liberdade. (CASTELLS, 2017).

Em 2011, nos EUA, outro movimento que também teve êxito em seus resultados, foi o conhecido como “OccupyWallStreet”, deflagrado pelas redes sociais da internet. Nesta mobilização, os manifestantes protestaram contra a concentração de renda. Ele foi considerado o mais global dos movimentos de protestos, pois teve como pauta a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas financeiras no governo dos Estados Unidos, que, através das suas políticas neoliberais, foram responsáveis pela crise de 2008. (CASTELLS, 2017)

Essas dinâmicas internacionais surgiram, através da articulação pelas redes sociais, tais como o Facebook, e tiveram, segundo Castells (2017), como atributos comuns, a ausência de lideranças e de uma pauta definida, dado que bastante ampla.

Entretanto, essas duas características, ou seja, a ausência de lideranças e uma pauta definida, como se observará nos próximos itens, não estavam presentes nos recentes movimentos sociais no Brasil que foram deflagrados pela rede, tais como as manifestações de junho de 2013 e o Movimento dos Caminhoneiros em 2018.

Dessa forma, questiona-se, se a ausência desses elementos, lideranças e uma pauta definida, por exemplo, nesses movimentos brasileiros, levou a ineficiência no tocante ao resultado prático da mobilização. Apesar de terem sido movimentos de

grande repercussão midiática, tanto tradicional como sem fio, e com elevado contingente indivíduos que foram às ruas.

1.9.1 O Movimento Passe Livre e os Movimentos de 2013

Pela análise das manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil, verifica-se que as mesmas ocorreram em um contexto global de protestos que se sucediam em vários países, tais como o Occupy Wall Street em Nova York e a Primavera Árabe.

Essas manifestações de junho de 2013, também conhecidas como “Jornadas de Junho de 2013”, referiram-se à realização de manifestações populares em todo o Brasil. O ponto de largada foi os atos convocados pelo Movimento Passe Livre, que contestava os aumentos ocorridos nas tarifas do transporte público, especialmente nas principais capitais do Brasil. (CASTELLS, 2017)

Destaque-se que essas mobilizações foram consideradas as maiores desde as manifestações realizadas em 1992 pelo *impeachment*, do então presidente do país Fernando Collor de Mello.

Esse Movimento Passe Livre - MPL⁶ foi uma espécie de gênese para os movimentos de junho de 2013. Ele surgiu em âmbito nacional, em janeiro de 2005, durante a plenária do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, que definiu a identidade visual do movimento. A ideia da Plenária era criar uma mobilidade nacional, porque na época os movimentos eram muito regionalizados e desorganizados (existiam várias iniciativas, todas com nomes diferentes).

Consoante informações contidas no próprio site do movimento⁷, um grupo de estudantes de Curitiba que participaram da Plenária voltaram pela criação de um movimento mais amplo, fora da universidade. Cerca de um mês depois, ocorreu a primeira reunião na APP-Sindicato (Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná), e o resultado disso foi o surgimento do MPL (Movimento Passe Livre). Normalmente as reuniões aconteciam no DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFPR, posto que o movimento era composto por estudantes da UFPR, pelo grêmio do instituto e por um grupo anarquista.

⁶ Carta de Princípios do Movimento Passe Livre. Disponível em: <<http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/carta-de-princ--pios-do-movimento-passe-livre.pdf>> Acesso em 12/08/2018

⁷ Movimento passe livre. Disponível em < <https://www.mpl.org.br/> > Acesso em 01/10/2018

Segundo a Carta de Princípios do Movimento Passe Livre, o Fórum Social Mundial (2005), foi um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra. (Carta de Princípios do Movimento Passe Livre, p. 2).

A iniciativa para a formação de um movimento articulado nacionalmente partiu da Campanha pelo Passe Livre de Florianópolis, existente desde 2000. O Movimento foi batizado naquela citada Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, na cidade de Porto Alegre. Porém, seis anos antes, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis.

Alguns fatos históricos foram importantes na origem e na atuação do Movimento Passe Livre, como a Revolta do Buzú, ocorrida em Salvador, no ano de 2003, e as Revoltas da Catraca, na cidade de Florianópolis em 2004 e 2005.

A Revolta do Buzú consistiu em uma mobilização popular, protagonizada por estudantes, sem a liderança de partidos ou entidades estudantis tradicionais, que por cerca de 3 semanas, em agosto de 2003, tomou as ruas de Salvador, paralisando a cidade contra o aumento das passagens de ônibus. Apesar da intensidade das manifestações o aumento não foi revogado.

Em 2004, inspirada pela Revolta do Buzú⁸, a Campanha pelo Passe Livre de Florianópolis convocou mobilizações contra o aumento da tarifa de ônibus, desencadeando o que ficou conhecido como Revolta da Catraca. Ao fim de dez dias de intensos protestos na cidade, o aumento foi revogado. Em 2005, houve novo aumento de tarifa em Florianópolis, e após três semanas de manifestações, o aumento foi mais uma vez revogado.

Em 2006, o III Encontro Nacional do MPL é realizado em Guararema, São Paulo⁹. Nesses Encontros são afirmados os princípios constitutivos do MPL: autonomia, independência e apartidarismo (mas não antipartidarismo) e horizontalidade, sendo que os princípios só podem ser alterados por consenso.

⁸Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Passe_Livre > Acessado em 15 de ago 2018.

⁹Disponível: <https://web.archive.org/web/20140226233040/http://brasil.indymedia.org/media/2013/06//520894.pdf> > Acesso em 21/08/2018

Em relação a esses princípios constitutivos e a forma de organização do Movimento Passe Livre, autonomia e independência significam que as pessoas diretamente envolvidas na luta são responsáveis pelas escolhas e criação das regras do movimento, sem depender de organizações externas como partidos e/ou entidades estudantis e financiamentos que exijam contrapartidas.

O Apartidarismo não significa ser “antipartidário”, permitindo, assim, a participação de militantes de partidos políticos. E, a *Horizontalidade* significa que não existe hierarquia e direção centralizada, quando poucos decidem por muitos. Todos têm igual poder de participação e algumas das decisões eram tomadas por consenso.

O Movimento Passe livre foi aos poucos se ampliando. Inicialmente, tinha como foco, exclusivamente, estudantes e desempregados, mas, com o tempo, passou a reivindicar outros aspectos do transporte público, como: os efeitos da privatização do transporte coletivo, a mobilidade urbana, etc. Em resumo, ele criticava o exercício de garantias constitucionais por intermédio da iniciativa privada, o que poderia ser traduzido e num comércio de direitos que deveriam ser assegurados pelo Estado.

Este movimento e, tinha a finalidade de continuar possibilitando a organização das dinâmicas contestatórias, que buscavam garantir um transporte 100% público e gratuito com qualidade aos passageiros, com base no anseio do que consta disposto no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, **o transporte**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Brasil , CRFB, 1988) (Grifo Nosso)

Por conta disso, acreditavam que, o transporte, como direito de todos os cidadãos, ele não poderia ser alvo de comercialização. O Estado tem o dever de assegurar a mobilidade urbana, sendo este o objetivo primordial do Movimento Passe Livre.

No entanto, em 2013, às vésperas da Copa do Mundo de 2014, sediada no Brasil, uma série de atividades sociais foram deflagrados pela Internet, com uma pauta extensa e confusa. O motivo inicial desses movimentos foi o transporte coletivo urbano, em virtude do alto preço das passagens.

Nesse contexto, cabe ressaltar que o aumento das passagens de ônibus foi fruto de políticas especulativas de empresários da construção civil e de transportes, em detrimento da qualidade de vida dos usuários. Estes últimos, são os maiores interessados e prejudicados, posto que pagam caro por um meio de deslocamento de péssima qualidade, que lhes absorve várias horas diárias.

Os atos iniciais pela redução das tarifas do transporte, em 2013, ganharam grande apoio popular na esfera nacional, sobretudo, após a forte repressão policial contra os manifestantes. Com o tempo, estes eventos, que chegaram a levar milhões de brasileiros às ruas, começaram a protestar por uma variedade de temas, ampliando e diversificando a pauta inicial, não se limitando mais à luta pela redução do valor do transporte público.

Ainda hoje não existe consenso acerca do que exatamente teria gerado essas multitudinárias manifestações. Os primeiros atos, que ocorreram contra o aumento, divulgado pelas prefeituras, das tarifas de ônibus e do metrô. Porém logo em seguida, o evento adquiriu proporções não esperadas pelo próprio Movimento Passe Livre – primeiro movimento a convocar a população para atos iniciais.

No decorrer dos protestos, novos temas, como: corrupção, desperdício de verbas públicas na construção de estádios para a Copa do Mundo, e outros foram se agregando ao tema inicial.

Acerca do ato ocorrido no dia 17 de junho, Locatelli (2013) afirma que os manifestantes, na cidade de São Paulo, já não eram os mesmos dos atos anteriores. Na opinião do intelectual, esteve presente, neste dia, um nacionalismo que não havia sido percebido nos outros atos. Isso pode ser identificado na entonação de músicas do tipo “eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”.

O mesmo autor descreve uma forte hostilidade aos partidos políticos. Mencionando, a expulsão de militantes com bandeiras do Partido Socialismo e Liberdade (PSol) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). (LOCATELLI, 2013).

Também se observou a presença de faixas contra o PT – Partido dos Trabalhadores, contra a corrupção e pela redução da maioria penal. Locatelli (2013) considerou a existência de demandas muito confusas na manifestação do dia 17, com a presença de uma classe média pouco simpática aos movimentos sociais, afirmando que “[...] os protestos viraram um depósito de diversas questões de direita e esquerda.” (Locatelli, 2013, p. 58).

Essa ampliação de pauta, segundo apontaram pesquisas relacionadas ao movimento, também pode ter sido gerada, por outros grupos de manifestantes, que durante os protestos de 2013, planejaram e estimularam a população. Especialmente, através da rede social do *Facebook*, pelo perfil “*AnonymousBrasil*” (informação verbal)¹⁰.

Em verdade, o grupo chamado “*Anonymous*” é um grupo internacional de ciberativistas, que participaram ativamente dos movimentos da Praça Tahir egípcia, na Occupy of Wall Street, em Nova Iorque, e no Acampamento do Sol Espanhol.

Segundo os professores Fábio Malini e Henrique Antoun, o *Anonymous* surgiu da reação contra o monitoramento de “mensagens suspeitas”, por parte do governo americano, do presidente George W. Bush, após os ataques às torres gêmeas em 11 de Setembro de 2001. Esse acompanhamento estatal não respeitava a liberdade de expressão e a privacidade dos usuários, dando origem ao sítio do “4chan”, que possibilitava a comunicação anônima e rápida (MALINI; ANTOUN: 2013).

Inicialmente, esse “4chan”¹¹ era utilizado basicamente para mensagens e fotos pornográficas. Com o passar do tempo, começaram a surgir conversas de todo tipo, nesse espaço, sempre permeado por perfis que não se identificam, e preferem permanecer anônimos.

A partir dessas circunstâncias, nasce um grupo que se autodenomina “*Anonymous*”, usando como símbolo a máscara do anarquista do século XVII, Guy Fawkes¹², transformado em herói da história em quadrinho “V de Vingança”, em manifestações de rua. O fato é que este canal se tornou um poderoso instrumento de defesa anônima da liberdade na Internet e de contrapoder ao discurso da mídia corporativa.

De acordo com a entrevista concedida ao site Techmundo, em 09 de dezembro de 2015, esse grupo considera-se uma Legião, originária de 2003. Constituem-se horizontalmente: sem lideranças, pois se organizam simultaneamente por meio de

¹⁰ Entrevista concedida à Folha de São Paulo, em 15 de julho de 2013, disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/07/14/15/> acessado em 10 de agosto de 2018.

¹¹ Wikipedia - 4chan – significado. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/4chan> Acesso em 17/12/2018

¹² Também conhecido como Guido Fawkes, nome adotado enquanto lutava na Espanha, foi um soldado, inglês católico que teve participação na “Conspiração da Pólvora” (Gunpowder Plot) na qual se pretendia assassinar o rei protestante Jaime I da Inglaterra e os membros do Parlamento inglês durante uma sessão em 1605, para assim dar início a um levante católico. Guy Fawkes era o responsável por guardar os barris de pólvora que seriam utilizados para explodir o Parlamento durante a sessão. Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/guy-fawkes/>

comunidades online e funcionam como um cérebro global. Correspondem a uma unidade e atuam em diversas frentes: lutas contra a censura na internet, combate a todas as formas de centralização de poder e verticalização, exposição de dados de empresas ou pessoas que causaram algum malefício a sociedade. (informação verbal)¹³

Perguntados, pelo site Techmundo, em como eles pensam que a população enxerga o trabalho do *Anonymous*? Responderam:

Hoje, a percepção da ideia é completamente distorcida no Brasil. Mas isso se deve à forma como algumas grandes células à "venderam". Não podemos responsabilizar as pessoas quando muitos dos nossos fizeram um trabalho bastante ruim. A falta de formação política aliada à arrogância de alguns indivíduos os fez estar mais preocupados com alcance e visibilidade do que com conteúdo, de modo que levantaram grandes mídias Anonymous com grandes comunidades virtuais interagindo com elas, mas uma qualidade de informação e formação muito baixa. O resultado é que Anonymous passou a ser associado a uma "liderança oculta". Como se fôssemos mais sábios que a maioria e estivéssemos escondidos apontando diretrizes. (informação verbal)¹⁴

O curioso, nessa entrevista, é o fato de que, para os seus próprios membros, a página AnonymousBrasil, com quase 1,5 milhões de seguidores, não representa o ideal do grupo e não tem qualquer relação com as ideias do Anonymous. Esse contingente de seguidores não tem a mínima noção disso.

OAnonymousBrasil é uma página aliada a movimentos políticos verticalizados, com alvos e intenções bem definidas. Diferentemente do Anonymous, cuja ideologia de uma democracia participativa ao extremo, assemelha-se a uma anarquia.

Os integrantes deste grupo internacional enfatizam a questão de o Anonymous Brasil ser aliado a movimentos políticos verticalizados e com a presença de uma liderança- que já denota uma diferença em relação ao conceito do Anonymous. Eles

¹³ Site Techmundo. Entrevista com Anonymous. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/polemica/91540-anonymous-brasil-ops-eles-querem-o-que-eles.htm>
Acesso em 12/09/2018

¹⁴ Site Techmundo. Entrevista com Anonymous. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/polemica/91540-anonymous-brasil-ops-eles-querem-o-que-eles.htm>
Acesso em 12/09/2018

exemplificam a adesão do primeiro com o Movimento Brasil Livre, que teve como líder Kim Patroca Kataguri, com 19 anos, na época e hoje eleito Deputado Federal.

O Movimento Brasil Livre, apesar do nome parecido, não possui nenhuma relação com o Movimento Passe livre, já mencionado acima. O Movimento Brasil Livre surgiu ao final de 2014 com a organização de duas manifestações nos estados brasileiros de São Paulo e Rio Grande do Sul, em apoio às investigações da Operação Lava Jato, por mais liberdade de imprensa, defesa do liberalismo econômico e do republicanismo. Em seu manifesto, cita cinco objetivos: "imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação de poderes, eleições livres e idôneas e fim de subsídios diretos e indiretos para ditaduras"¹⁵.

Neste sentido, resta o questionamento, será que oportunistas aproveitaram o nome e a fama internacional do Anonymous, para criar um perfil como se fosse exclusivamente brasileiro? Será que se tratava de um perfil completamente adverso as ideologias originais e que até hoje consegue enganar milhões de seguidores?

1.9.2 O movimento dos Caminhoneiros ou a chamada crise do Diesel de maio de 2018.

Outro Movimento Social Brasileiro, também analisado neste trabalho, que , da mesma forma que o Movimento de Junho de 2013, eclodiu com base em redes sociais, foi o Movimento dos Caminhoneiros em 2018, também denominado de Crise do Diesel. Tratou -se de uma paralisação de caminhoneiros autônomos, com extensão nacional, iniciada no dia 21 de maio, no Brasil, durante o governo de Michel Temer.¹⁶

Os membros desse protesto tinham uma pauta, que apesar de extensa, iniciou-se bem definida, em contraposição as manifestações de junho de 2013. Manifestavam-se:

- 1) contra os reajustes frequentes e sem previsibilidade mínima nos preços

¹⁵ MBL. PROPOSTAS APROVADAS NO PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE EM NOVEMBRO DE 2015. Disponível em <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf> Acesso em 04/08/2018

¹⁶ Site da BBC. A cronologia da crise do diesel, do controle de preços de Dilma à greve dos caminhoneiros. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44239437>. Acessado em 12 agosto 2018.

<https://veja.abril.com.br/tveja/giro-veja/crise-do-diesel-governo-pede-tregua-a-caminhoneiros/>
<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/05/24/greve-caminhoneiros-quando-deve-acabar.htm>.
 Acessado em 12 agosto 2018.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/greve-de-caminhoneiros-autonomos-e-reforcada-com-adesao-de-transportadoras.shtml>. Acessado em 12 agosto 2018.

<https://g1.globo.com/economia/ao-vivo/greve-de-caminhoneiros-maio-de-2018.ghtml>. Acessado em 12 agosto 2018.

dos combustíveis, em especial o preço do óleo diesel, onde esses reajuste eram realizados pela estatal Petrobras S.A., com uma frequência diária atrelado à variação do câmbio; 2) Pelo fim da cobrança de pedágio por eixo suspenso; 3) pelo fim do PIS/Cofins sobre o óleo diesel. O preço dos combustíveis vinha aumentando desde 2017 e sua tributação representa 45% do preço final, sendo 16% referente ao PIS/COFINS, que se trata de um tributo de competência da União¹⁷.

Na semana em que foi iniciada o movimento grevista, o valor da gasolina, ao consumidor final brasileiro, estava dentro da média mundial. Contudo, o valor do diesel restava abaixo dessa média, sendo o segundo mais barato do G8+5¹⁸, apesar de ser o segundo mais caro na América Latina.

A paralisação ocasionou o bloqueio de rodovias, em quase todos os estados brasileiros. No total, foram registrados ocorrências em 24 estados e no Distrito Federal. Esses bloqueios causaram uma série de contratempos, tais como: a indisponibilidade de alimentos e remédios ao redor do país, escassez e alta de preços da gasolina, longas filas para abastecimento nos postos de gasolina e outros.

Além disso, várias aulas, provas, inclusive de concursos, foram suspensas, pelo fato de que, a frota de ônibus foi reduzida, devido à falta de combustível. Nos aeroportos, diversos voos foram cancelados em várias cidades, diversas toneladas de alimentos estragaram, devido a impossibilidade de chegar ao seu destino em tempo, acrescentando-se a isso a decretação de suspensão de expediente tanto em repartições públicas quanto em empresas privadas em decorrência da ausência de meios de locomoção para o local de trabalho.¹⁹

Alguns dias após o início da paralisação, em 24 de maio de 2018, pelo menos cinco cidades no Rio Grande do Sul haviam decretado situação de calamidade

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/representante-de-caminhoneiros-em-mt-diz-que-greve-nao-se-resume-a-reducao-do-diesel-e-cita-outras-reivindicacoes.ghtml>.
<https://oglobo.globo.com/economia/lider-dos-caminhoneiros-diz-que-greve-so-sera-suspensa-com-fim-do-pis-cofins-sobre-diesel-22711191>. Acessado em 13 agosto 2018.
<https://g1.globo.com/economia/noticia/6-perguntas-para-entender-a-alta-nos-precos-da-gasolina-e-do-diesel.ghtml>. Acessado em 13 agosto 2018.

<https://www.infomoney.com.br/onde-investir/acoes/noticia/7438393/nao-culpa-nao-petrobras-diz-consultor-financeiro-entenda-como-preco>. Acessado em 13 agosto 2018.

¹⁸ A expressão G8+5 é composta pelos países do G-8 (EUA, Canadá, Japão, França, Itália, Alemanha, Reino Unido e Rússia) que são as principais potências econômicas, políticas e industriais do planeta, são eles os responsáveis pelas discussões sobre mercado, ajudas aos países pobres, meio ambiente etc. Acrescentado as cinco principais economias emergentes (Brasil, México, Índia, África do Sul e China).

¹⁹ Revista Veja. Greve dos Caminhoneiros contra preço do combustível. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/ao-vivo-5o-dia-da-greve-dos-caminhoneiros-contraprecos-dos-combustiveis> Acesso em 11 de agosto de 2018
<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/aulas-de-escolas-municipais-sao-suspensas-por-cao-da-greve-dos-caminhoneiros.ghtml>. Acesso em 14 agosto 2018.

pública, devido aos desabastecimentos de alimentos e combustíveis. Paralelamente, outras cidades de quatro estados brasileiros decretaram Estado de Emergência, destacando-se dentre elas, São Paulo, a maior cidade do Brasil, e Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul²⁰.

As ações da Petrobras S.A. caíram, chegando a reduzir em 34% o seu valor²¹, naquele período. Ainda, acerca dos efeitos da greve de caminhoneiros é possível mencionar os bloqueios nas rodovias de todo o país, que começaram a receber uma enorme cobertura pela imprensa, inclusive internacional, além de sua divulgação, através de comentários e Memes, em diversas redes sociais da Internet, tais como Facebook, Instagram e Whastapp.

No dia 25 de maio de 2018, o governo, presidido por Michel Temer, afirmou que uma minoria de ativistas estava impedindo muitos caminhoneiros de levarem adiante o seu desejo de atender a população e realizar seu trabalho. Na mesma oportunidade, anunciou o uso das Forças Armadas, para a liberação da passagem nas estradas bloqueadas.

Imediatamente, a Anistia Internacional (2018) classificou o uso das forças armadas para desbloquear as rodovias como "extremamente preocupante", pois, segundo a mesma, o papel delas não é atuar em protestos, manifestações ou greves. Isso porque a liberdade de expressão e manifestação correspondem a um Direito Humano (informação verbal)²².

O ministro da segurança pública, Raul Jungmann, afirmou que o governo investiga a prática de *lockout*²³ negada pelos grevistas: “Eu diria que nós temos indícios de que existe uma, digamos assim, uma aliança, um acordo entre os caminhoneiros autônomos e as distribuidoras e transportadoras.” (informação verbal).²⁴

No Brasil, a greve é um direito assegurado pela Constituição, previsto no artigo 9º da Constituição da República Federativa do Brasil “Art. 9º É assegurado o direito de

²⁰ Portal UOL. Cidades de quatro estados declaram emergência por falta de combustíveis. Disponível em < <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/05/25/cidades-de-quatro-estados-declaram-emergencia-por-falta-de-combustiveis.htm> > Acesso em 14/08/2018

²¹ O Globo-G1. Gasolina chega a R\$ 9,99 em Brasília; motoristas fazem fila em postos. Disponível em <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/combustivel-mais-carro-faz-motoristas-do-df-criarem-fila-em-postos-gasolina-chegou-a-r-10.ghtml>. Acesso em 14 agosto 2018.

²² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/anistia-internacional-condena-uso-de-forca-contra-protestos-de-caminhoneiros.shtml>>, acessado em 29 de Julho de 2018.

²³ O lockout ocorre quando o empregador impede que os seus empregados, total ou parcialmente, adentrem nos recintos do estabelecimento empresarial para laborar.

²⁴Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/jungmann-diz-que-governo-apura-se-houve-locaute-de-empresas-na-paralisacao-de-caminhoneiros.ghtml>> Acesso em 26 de julho de 2018.

greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.”.

A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e a lei nº 7.783/89, conhecida como a Lei da Greve, dispõem sobre os direitos e deveres dos grevistas. Essas mesmas leis proíbem o *lockout*, argumento utilizado pelo ministro da segurança pública no período atinente ao ocorrido.

Assim, dispõe o art. 17 da Lei nº 7.783/89, versando que:

Fica vedada a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados (lockout)

Em relação à liderança do Movimento dos Caminhoneiros de 2018, a ABCAM- Associação Brasileira dos Caminhoneiros, apontada como uma das organizações responsável pela liderança do Movimento dos Caminhoneiros de 2018, uma semana antes de iniciar a greve, solicitou uma reunião com a Presidência da República para debater as reivindicações da categoria, sob risco de ocorrer uma paralisação nacional. A entidade foi solenemente ignorada. O governo só acordou, de fato, para o problema quando a crise de desabastecimento passou a ocupar as manchetes dos jornais. Porém, era tarde demais para negociações que não comprometessem a rotina dos cidadãos.²⁵

A ABCAM²⁶ foi fundada em julho de 1983, na cidade de São Paulo, fruto da idealização de um grupo de caminhoneiros, liderados por José da Fonseca Lopes. A respectiva associação tem pautado toda sua existência, na defesa constante, árdua e muitas vezes incompreendida dos direitos dos caminhoneiros autônomos.

Em 2003, teve sua liderança reconhecida nacionalmente, passando a fazer parte integrante da 3ª Seção do Transporte de Cargas da CNT e dos Grupos Paritários de Trabalho (GPTs) que passaram a deliberar sobre o transporte de cargas e a situação logística do país.

Quanto à sua Missão, a ABCAM representa os interesses da categoria em nível nacional, buscando melhores condições de trabalho por meio de negociações com todas

²⁵ Site da BBC. A cronologia da crise do diesel, do controle de preços de Dilma à greve dos caminhoneiros. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44239437>. Acessado em 12 agosto 2018 .

²⁶ Site ABCAM . Disponível em <http://www.abcam.org.br/index.php/pt/abcam> Acesso em 12/08/2018.

as esferas de governo. Ela possui assento em diversas Comissões Especiais no Congresso Nacional e Comissões Setoriais no Governo do Estado de São Paulo.

Essa Associação afirma representar cerca de 700 mil caminhoneiros autônomos, e conta com o suporte de 600 sindicatos distribuídos pelo país, além de sete federações. O uso do *WhatsApp* e do radiocomunicador para informar sobre o direcionamento das ações do movimento foi crucial para que a paralisação se espalhasse rapidamente pelo país. “Tenho vários grupos espalhados pelo país que estão se conversando”, disse José da Fonseca Lopes, presidente da associação e apontado como a principal liderança do movimento grevista²⁷. (informação verbal).

Além da liderança exercida pela Associação Brasileira de Caminhoneiros, noticiou-se, paralelamente, na mídia²⁸, que a greve começou como um movimento incentivado pela CNTA-Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos que foi fundada em 5 de junho de 2012, através da união entre a FENACAM – Federação Interestadual dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens, junto com a FETRABENS – Federação dos Caminhoneiros Autônomos e Cargas em Geral do Estado de São Paulo e a, também, a FECONE – Federação Interestadual dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Cargas e Bens da Região Nordeste.

O princípio fundamental da CNTA – Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos, é aquele que fixa a entidade como a representação específica e exclusiva dos interesses dos caminhoneiros autônomos. Ela está totalmente desvinculada da representação de qualquer um dos demais segmentos do setor, tais como os das empresas de transporte e do transporte de passageiros. E por fim, possui como missão ampliar as condições de trabalho e remuneração dos seus representados, por meio do aprimoramento da atividade de transportador autônomo.

Da mesma forma que a Associação Brasileira dos Caminhoneiros, a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos encaminhou ofício ao governo federal em 16 de maio, mas, diferentemente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros, a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos solicitou,

²⁷ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/apoio-popular-e-governo-fragilizado-por-que-a-greve-dos-caminhoneiros-deu-certo-8pizppvrymeutd7boq1fx1xrz> Acesso em 25 de julho de 2018.

²⁸ G1. Quem são e o que querem os caminhoneiros? Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/quem-sao-e-o-que-querem-os-caminhoneiros-que-estao-parando-o-pais.ghtml> . Acesso em 26/07/2018.
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/whatsapp-organiza-e-desinforma-manifestantes-pelas-rodovias-do-pais.shtml> Acesso em 25 de julho de 2018.

nesse ofício, o atendimento de demandas urgentes, antes da instalação de uma mesa de negociação.

As urgências da pauta, apontadas pela Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos, eram: o congelamento do preço do Diesel pelo prazo necessário para a discussão sobre benefício fiscal que reduzisse o custo do combustível para os transportadores (empresas e caminhoneiros); e fim da cobrança dos pedágios sobre eixos suspensos, conforme compromisso assumido pela lei 13.103/2015, conhecida também como Lei do Motorista, logo, até esse momento era, basicamente, a mesma pauta instrumentalizada pela Associação Brasileira dos Caminhoneiros.

Tal como aconteceu com a Associação Brasileira dos Caminhoneiros, o ofício e as solicitações da pauta da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos foram ignoradas, pelo Governo Federal. Nesse sentido, no dia 18 de maio de 2018, a organização lançou um comunicado, em que mencionava a possibilidade de paralisação a partir 21/05/2018, o que de fato ocorreu.

Segundo a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos²⁹, a paralisação já estava sendo discutida "pelos caminhoneiros e sindicatos da categoria, nas redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas". Conforme sinalizado pelo movimento, a Paralisação prevista para 21 de maio de fato aconteceu, dado que o governo se recusou a negociar, com: a ABCAM-Associação Brasileira dos Caminhoneiros, a CNTA - Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos, e demais entidades que compartilhavam a liderança desse movimento.

A União Nacional dos Caminhoneiros do Brasil (Unicam)³⁰, que também foi considerada como uma das lideranças do movimento dos caminhoneiros de 2018, é uma entidade de classe de âmbito nacional fundada em 1998, cujo objetivo é defender os direitos e interesses referentes à atividade dos caminhoneiros autônomos e microempresários, visando o desenvolvimento e aprimoramento do transporte rodoviário de cargas no país.

Segundo o site da entidade, o trabalho da UNICAM parte das necessidades e anseios de seus associados e do ramo como um todo, buscando tornar concretas as ações na defesa dos interesses do setor. Para cumprir o seu objetivo, a UNICAM procura sempre dialogar com o poder público em geral, promovendo troca de informações e

²⁹ CNTA . Disponível em <https://www.cntabr.org.br/QuemSomos> . Acesso em 13/07/2018

³⁰ UNICAM. Disponível em <http://www.unicam.org.br/sample-page/> Acesso em 25 de julho de 2018

estudos destinados ao aperfeiçoamento do transporte rodoviário de carga, bem como sua legislação pertinente.

A greve contou também com o trabalho de mobilização de pessoas como Selma Regina Santos³¹ (informação verbal), de 48 anos, caminhoneira há 25 anos, em uma profissão dominada por homens. Selma Regina que é casada com um colega de profissão, e criou três grupos no WhatsApp: Para Frente Brasil, Siga Bem Caminhoneiro e Rainha dos Caminhoneiros – este em homenagem a ela própria. Nesses espaços, convocou apoiadores ao protesto, gerando uma espécie de articulação e coesão, que foram fundamentais para o tamanho e envergadura da manifestação de maio de 2018.

Em verdade, como visto acima e diferentemente de outros movimentos sociais de sucesso deflagrados através de redes sociais pela internet ao redor do mundo, nesse movimento dos caminhoneiros de 2018 não houve ausência de uma organização, que pudesse ser apontada como líder da paralisação.

Em linhas gerais, conforme exposto acima, apesar da proposta de greve ter começado a circular de forma espontânea em redes sociais e grupos de *WhatsApp* de caminhoneiros, diversas organizações e personalidades foram apontadas como os líderes ou, até mesmo, pseudo-líderes, que se colocaram como deflagradores e articuladores, desses movimentos. No entanto, é importante destacar que as redes sociais possibilitaram a permanência e continuidade desses atos.

Um dos efeitos gerados por essa pluri-liderança é o fato que, conforme matéria da folha de São Paulo em 27 de maio de 2018³², os manifestantes que ocuparam as rodovias não sabiam muito bem, quem eram seus representantes. Todavia, as mensagens brindavam o entendimento que havia alguém para defendê-los.

Por conta disso, durante três dias, findando em 24 de maio de 2018, ministros do Governo do Brasil e representantes da categoria, que se auto declaravam líderes do movimento, reuniram-se e chegaram a um suposto acordo. Entre os pontos deliberados, estava uma redução no valor do diesel, pelo prazo de 30 dias, além de redução de impostos, e outras dezenas de quesitos. O acordo acabou não sendo cumprido pela

³¹ Portal UOL. Whatsapp organiza e desinforma manifestantes. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/whatsapp-organiza-e-desinforma-manifestantes-pelas-rodovias-do-pais.shtml> Acesso em 10 de agosto 2018

³² Portal UOL. Whatsapp organiza e desinforma manifestantes. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/whatsapp-organiza-e-desinforma-manifestantes-pelas-rodovias-do-pais.shtml> Acesso em 23/08/2018

categoria e os caminhoneiros continuaram paralisados. O País, então, entrou em uma forte crise de abastecimento, superior àquela noticiada nos dias iniciais do movimento.

Isso porque, não havia uma linha direta entre os caminhoneiros autônomos e seus supostos "representantes" e, ao mesmo tempo, o governo Temer estava ciente que estava fazendo negociações com entidades que não representavam a totalidade da categoria e não eram, exatamente, as responsáveis pela deflagração do movimento.

Exemplo disso, foi o que o caminhoneiro autônomo William Batista, 32 anos, disse à Folha de São Paulo, pois segundo ele, as instituições que conversaram com o presidente Michel Temer não retratavam quem estava na estrada. E acrescentou: "Mas sei que tem seis pessoas lá [em Brasília] negociando para a gente. Os nomes certinhos eu não sei. Tem um vídeo no WhatsApp, eles estão lá." (informação verbal)³³

Esse primeiro acordo, feito na quinta-feira (24), foi assinado por diversas entidades, tais como: pela Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Confederação Nacional do Transporte (CNT), Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas em Geral do Estado de São Paulo (Fetrabens) e outros sindicatos.

Nessa esteira, José da Fonseca Lopes, Presidente da ABCAM, ao abandonar a reunião do primeiro acordo com integrantes do governo para discutir a pauta de reivindicações e o fim da greve, utilizou o Whatsapp para comunicar, em vídeo, que não concordava com a proposta apresentada. Na mesma ocasião, defendeu a manutenção da paralisação e convocou a categoria a manter o movimento. E tal situação foi confirmada.

Com isso, é realizado um novo acordo e em 27 de maio, ao fim do dia, o Presidente Michel Temer anuncia os termos da nova negociação para dar fim à paralisação dos caminhoneiros. Algumas entidades elogiaram o acordo, e prometeram desmobilizar o movimento.

No entanto, o presidente da ABCAM, José da Fonseca Lopes, que abandonou a primeira reunião de 24 de maio, disse, após o anúncio do presidente no domingo (27 de maio), que: "o protesto não é mais de caminhoneiro, mas de quem quer derrubar o governo"³⁴.

³³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/whatsapp-organiza-e-desinforma-manifestantes-pelas-rodovias-do-pais.shtml> Acesso em 10 de agosto 2018.

³⁴ Portal UOL. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/por-que-os-protestos-continuam-entenda-a-paralisacao-dos-caminhoneiros.shtml> Acesso em 10 de agosto 2018.

Por conta dessa pluralidade de lideranças, houve, a circulação de informações de conteúdo duvidoso, tais como a iminência da chegada do Exército para retirá-los da rodovia, e até que militares teriam orientado os caminhoneiros a colocar faixas em apoio a uma intervenção das Forças Armadas, para evitar essa retirada.

Logo denota-se que essa pluri-liderança, acabou gerando uma ausência de pauta definida e falsas informações, conforme mencionado outrora. Não é custoso recordar, que segundo Castells (2017), a presença de uma programação definida, mesmo que ampla, é um dos fatores característicos dos movimentos sociais de sucesso que foram deflagrados pelas redes sociais através da internet. Dessa forma, nesse movimento dos caminhoneiros de 2018 a pluralidade de comandos ocasionou uma ampliação tamanha da pauta inicial de reivindicações. Ao final, temas completamente diferentes do catálogo inicial acabaram por surgir e de certa forma desarticular o próprio movimento dos Caminhoneiros.

Nesse movimento que surgiu, inicialmente: 1) contra os reajustes frequentes e sem previsibilidade mínima nos preços dos combustíveis, em especial o preço do óleo diesel, fixados pela estatal Petrobras S.A., com uma frequência diária atrelado à variação do câmbio; 2) Pelo fim da cobrança de pedágio por eixo suspenso; 3) pelo fim do PIS/Cofins sobre o óleo diesel, etc. Porém, outras pautas passaram a ser exigidas: A) Frete mínimo nacional; B) Corte total do Imposto PIS/CONFINS, agora, também sobre Gasolina; C) redução dos pedágios para caminhoneiros; D) Fim da CIDE-Combustíveis; E) Renegociação das dívidas dos caminhoneiros; F) Estradas em melhor estado.³⁵

Com o desenrolar do Movimento dos Caminhoneiros, novas exigências foram sendo atribuídas ao movimento, mesmo que completamente diferente das discriminadas inicialmente, tais como: a renúncia do Presidente da República; a renúncia dos Presidentes do Senado e da Câmara; Realização de Eleições antecipadas, inclusive a própria Intervenção militar.

Não houve uma lista de reivindicações unificada claramente definida, principalmente, porque o movimento não foi hegemônico, nem do ponto de vista social, nem do ponto de vista ideológico. Além disso, existiu um grupo de

³⁵ <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/apoio-popular-e-governo-fragilizado-por-que-a-greve-dos-caminhoneiros-deu-certo-8pizppvrymeutd7boqlfxlrxz> Acesso em 10 de agosto de 2018.

caminhoneiros favoráveis a esse ou aquele candidato à Presidência da República, e outros que foram partidários de uma Intervenção Militar, de Diretas Já e Lula Livre.

Com a inclusão desses temas a lista de pedidos foi enfraquecida, ocasionando uma debilidade no movimento e possibilitando, que determinadas entidades assumissem as negociações. Contudo, vale mencionar que o movimento, inicialmente, foi canalizado, principalmente, pela insatisfação em relação ao preço do Diesel.

Enquanto isso, os sindicatos patronais, se aproveitaram e acabaram por exercer maior influência, determinando os caminhos da negociação e o teor das reivindicações. Porém, o correto teria sido a assunção do protagonismo pela própria categoria envolvida, pois com isso, esperava-se uma consciência maior enquanto classe, que impossibilitasse pautas de ficarem tão heterogêneas e voláteis.

No entanto, parte desses trabalhadores expressavam reações conservadoras e, alguns grupos, visões extremistas sobre a política e suas estratégias de luta, muito além da consciência em lutar pela categoria. Assim, um movimento de transportadores que não tenha bem definido o seu real interesse de classe, e ao mesmo tempo, tenha grande força mobilizadora, pode ser apropriado como um movimento de massa para abranger uma insatisfação generalizada, contra o aumento de preços, a majoração de impostos, uma rejeição ao governo e aos políticos.

No lastro dessa disputa de narrativa é que, em um país historicamente refratário às lutas dos trabalhadores, contrário à ascensão da classe trabalhadora, à declaração e à efetivação dos direitos dos trabalhadores, resistente às políticas de redução da pobreza, a greve dos caminhoneiros recebeu um enorme apoio da classe média e até mesmo de parte da classe dominante. Visto que veem no movimento a chance para emplacarem seus projetos específicos, apresentados como interesse da Nação, aproveitando-se da perda completa de legitimidade do governo.

É por isso que se tentou apropriar-se do movimento dos caminhoneiros, para torná-lo legitimador de pautas genéricas que, concretamente, não explicavam nada e nem propunham mudanças, a não ser a quebra total da institucionalidade para a instauração do caos e, com isso, alcançar a negatificação plena do Estado Democrático de Direito.

Como revelador desse cenário, foi possível ver inúmeras pessoas e movimentos se manifestando em favor da greve dos caminhoneiros, mas que, em alguns casos, concretamente, são estranhos aos direitos dos trabalhadores.

Nessa esteira, vários cidadãos começaram a compartilhar mensagens a favor do movimento, colocaram como foto do perfil, a imagem com o slogan “somos todos caminhoneiros”, tanto na rede social do *Instagram*, como no perfil do *Whatsapp*.

A atual política de preços da Petrobras, que provoca reajustes quase que diários nos preços dos combustíveis acompanhando a cotação internacional do barril de petróleo, desagrada boa parte dos brasileiros – e não é de hoje. Ou seja, muita gente se viu representada por uma categoria de trabalho que exerce o direito legítimo de se manifestar. E com um detalhe: com alto poder de exercer grande pressão sobre o governo.

O movimento dos caminhoneiros acabou contando com grande apoio nacional, porque a alta do preço dos combustíveis afeta não só a prestação de serviços, mas a vida de grande parte dos brasileiros. Outras categorias, como motoboys, motoristas de aplicativos e donos de vans, interessados também na redução dos preços dos combustíveis, manifestaram apoio à mobilização dos caminhoneiros. Em São Paulo, motoboys realizaram manifestação na Avenida Paulista na terça-feira (22) e, por 15 minutos, interditaram todas as pistas da Marginal Pinheiros.

Inclusive, durante a paralisação, houve adesão das transportadoras que prometeram não onerar os funcionários e nem realizar cortes salariais ou demissões por causa da greve. Afinal de contas, a redução do preço do Diesel também é do interesse da classe patronal.

Mesmo havendo filas em postos de gasolina, falta de alimentos em supermercados, frotas de ônibus reduzidas em diversas cidades e aeroportos com voos cancelados por falta de combustível para os aviões, o movimento dos caminhoneiros recebia apoio daqueles que eram mais impactados pelo caos, instaurado no país pelo desabastecimento.

A hashtag #euapoioagrevedoscaminhoneiros ficou em primeiro lugar dos “trendingtopics”³⁶ do *Twitter* Brasil durante praticamente toda a quinta-feira, 24 de maio de 2018. Foi nesse dia, quando o movimento dos motoristas de carga completou quatro

³⁶Trending Topics ou TT's são uma lista em tempo real das palavras mais postadas no Twitter em todo o mundo. São válidos para essa lista as tagtemas e nomes próprios. A lista é exclusiva para usuários do Twitter, ou seja, você deve estar logado para ter acesso aos Trending Topics. O Trending Topics, funciona de forma semelhante ao Google Trends, mas por ter o nome diferenciado, a terminologia acabou, sendo associada diretamente ao Twitter. Os Trending Topics ganham tanta força que são comentados frequentemente pelos usuários como TT, ganhando assim, mais força, e permanecendo mais tempo no topo dos assuntos mais comentados no Twitter. *Twitter Brasil . O que são Trending Topics?*. Disponível em < <http://twitter-brasil.hleranafesta.com.br/o-que-sao-trending-topics.htm> > Acesso em 26/07/2018.

dias, que a população brasileira começou a sentir mais fortemente os efeitos da paralisação.

O movimento dos caminhoneiros teve muito apoio da população, especialmente pelo fato de que o preço dos combustíveis afeta a sociedade civil em geral. Estudos como os da Torabit (uma plataforma de monitoramento digital), durante o movimento, detectaram apoio da maioria dos internautas. Nos dias 24 e 25 de maio de 2018, 52,2% das menções sobre a greve dos caminhoneiros foram positivas em relação ao movimento, sendo 37,8% neutras e apenas 10% negativas.

A questão é que quando trabalhadores se mobilizam para formular pretensões restritas à redução dos custos de produção, sem interferir nas condições de trabalho, atendendo, por conseguinte, a interesses que seriam próprios dos empregadores, com isso, abre-se espaço à formação de um movimento de massa que destrói a política e que põe em risco as instituições democráticas, e, na prática, não se teria, propriamente, uma greve. Seria um movimento de massa, que ganha apoio generalizado, para servir a interesses que pouco, ou quase nada, dizem respeito àqueles dos protagonistas iniciais do movimento.

A par disso, no caso dos movimentos dos Caminhoneiros de 2018, no Brasil, aliado a outros fatores correlatos, houve uma complexidade no movimento, sobre a sua própria natureza, se era uma greve, locaute ou um misto de ambos, e isso embaralhou e confundiu as diversas vertentes ideológicas que participavam do movimento e, possivelmente, também, foi um dos motivos para que o resultado ao final não fosse mais do que prejuízos de bilhões de reais.

CAPÍTULO 2

2. Normas Constitucionais envolvidas nos Movimentos Sociais

No Brasil, em 5 de outubro de 1988, é promulgada a Constituição Cidadã, uma carta magna que nas palavras de Ulysses Guimarães: “pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo a mudança”.³⁷

Nas palavras de Caio Tácito (2012), algumas ideias base dessa Constituição seriam: i) a consolidação do Estado de Direito, através da supremacia da Lei, ii) direitos públicos subjetivos, que podem ser oponíveis ao Estado e iii) a valorização do cidadão e da soberania popular, com destaque aos direitos difusos.

A nossa Constituição Cidadã traz em seu bojo, mecanismos de participação política, os direitos ativos e passivos, possibilidade de participar de referendo, plebiscitos, iniciativa de projetos de lei e participação em audiências públicas, dentre outros.

A partir da análise desses instrumentos de participação, que decorrem do direito de liberdade civil, da concepção de que o homem é livre e que é dever do Estado garantir essa liberdade, que se desdobra em diversos direitos fundamentais.

Esses direitos de liberdade aplicados aos movimentos sociais estão expressos na forma de regras e princípios constitucionais, protegidos por cláusulas pétreas. A própria Lei Maior fornece mecanismos para a sua utilização, em especial a técnica de ponderação entre princípios e outras no caso, de conflito entre princípios e regras.

2.1 Distinção entre regras e princípios constitucionais

Para seguir na abordagem da presente pesquisa, passa-se a compreender melhor, as particularidades dos princípios e das regras. O Direito se manifesta por meio de normas, que se exprimem como regras ou princípios. Ou ainda, as normas podem ser classificadas em: Normas Regras ou Normas Princípios. Logo, o termo norma remonta a um gênero, enquanto as regras e os princípios são espécies.

³⁷ Jornal Nacional – Rede Globo. Discurso de Ulysses Guimarães por ocasião da Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ssaOG6Dj0iw>>. Acesso em 12/03/2018

O professor Manoel Jorge e Silva Neto (2018), exemplifica a norma-regra, como sendo toda e qualquer previsão constitucional que fixa competências jurisdicionais de natureza material. Assim, ela pode ser aplicada à questão ou é simplesmente afastada. Já as normas-princípio são a liberdade de informação (artigo 5º, inciso IX), por exemplo, entre outras; as quais estão invariavelmente submetidas a exame particular de aplicação em especial a ponderação em face de outras previsões constitucionais (SILVA NETO, 2018, p. 164-165).

Nessa esteira, quando o legislador estiver diante de um conflito entre dois princípios será necessário fazer a análise do caso em concreto, realizando concessões recíprocas entre os princípios em coalizão porque um princípio poderá ser mais aplicável do que o outro. Admitindo-se, dessa forma, a ponderação entre ambos.

Ainda sobre essa questão, Robert Alexy (2011) postula, que tanto as regras quanto os princípios são normas, porque ambos encerram um dever ser e podem ser formulados por meio de expressões deônticas materializadas em um: dever, permissão e proibição.

No entanto, Alexy (2015), na obra *Constitucionalismo Discursivo*, acrescenta que os princípios são normas que ordenam algo, porém dependentes das possibilidades fáticas e jurídicas ofertadas para o seu cumprimento. Princípios são, segundo essa noção, mandamentos de otimização, caracterizados pelo fato de a medida ordenada para o seu cumprimento, depender não só das possibilidades fáticas, mas também das jurídicas.

Um outro estudioso, que abordou a problemática da contenda entre princípios e regras foi Ronald Dworkin (2007). Este enfatiza que no caso de colisão entre regras, uma delas deve ser considerada inválida. Os princípios, ao contrário, não determinam absolutamente a decisão, fundamentam-na, devendo ser conjugados com outras justificativas provenientes de outros princípios. Daí a afirmação de que os princípios, ao contrário das regras, possuem uma dimensão de peso, demonstrável na hipótese de colisão entre princípios, caso em que o princípio com peso relativo maior se sobrepõe ao outro, sem que este perca sua validade.

Neste sentido, assevera Alexy (2011, p. 93), que “se dois princípios colidem [...], um dos princípios terá que ceder. Isso não significa, contudo, nem que o princípio cedente deva ser declarado inválido, nem que nele deverá ser introduzida uma cláusula de exceção”.

Por fim, Manoel Jorge e Silva Neto (2018), salienta que os princípios tanto podem ser norma jurídica, quanto podem possuir valor normativo. Neste caso, eles são usados na interpretação constitucional, como vetores interpretativos em relação a dúvida sobre alguma norma-constitucional, tais como o princípio da proporcionalidade e o princípio da interpretação conforme a constituição.

2.1.1 Aplicabilidade das normas constitucionais: eficácia, aplicabilidade, validade, vigência, vigor e existência

Devem ser feitas, *ab initio*, algumas considerações sobre o significado dos termos: eficácia, aplicabilidade, validade e efetividade. Em virtude da pretensão de avaliar a importância dos novos movimentos sociais, surgidos através de redes sociais. Como também, em função do intento em verificar em que grau a Constituição se tornou, efetivamente, uma arma em defesa do direito da população brasileira.

Segundo o professor Manoel Jorge e Silva Neto (2018), a Eficácia constitucional é um dos temas mais tormentosos do direito, pois a Constituição está no ápice do ordenamento jurídico. Logo, os efeitos jurídicos terão consequências em todas as normas do sistema.

Em poucos termos, a eficácia de uma norma é a aptidão, a possibilidade de produzir efeitos jurídicos. Registra-se, no entanto, neste primeiro momento, a necessidade de se traçar um paralelo entre os conceitos de eficácia jurídica, social e aplicabilidade.

O que importa estabelecer, para o presente estudo, são os usos desses termos, quando empregados com referência aos fatos e às normas. Portanto à Constituição, em relação à eficácia jurídica dos Movimentos sociais, deflagrados pelas redes sociais da Internet.

Acerca da diferença, entre eficácia social e eficácia jurídica, Silva Neto (2018) informa:

Norma eficaz é aquela que se encontra apta ao desencadeamento dos efeitos que lhe são ínsitos, próprios. Tais efeitos podem estar relacionados com efetiva conduta praticada no meio social de acordo com o comando imposto pelo enunciado normativo, quando então, estaremos diante da *eficácia social*, ou, diversamente, podem

traduzir-se na aptidão da norma para gerar, de forma mais ou menos intensa, consequências de natureza jurídica, regulando as condutas nela prescritas, quando, então cogitaremos da *eficácia jurídica*. (SILVA NETO, 2018, p. 186).

Em outras palavras, o mesmo autor, conclui que:

A eficácia é a possibilidade de a norma produzir, efetiva (eficácia social) ou potencialmente (eficácia jurídica, os efeitos peculiares adscritos pelo político e, portanto, sustentando-nos na ilação Kelseniana concernente ao mínimo de eficácia, temos, por certo que todas as normas constitucionais são eficazes. (SILVA NETO, 2018, p. 193).

Para a Sociologia Jurídica, a eficácia de uma lei é observada na medida em que é obedecida por uma comunidade, tal como enfatiza o Professor Manoel Jorge e Silva Neto.

A produção de efeitos pelo enunciado normativo (eficácia) está na razão direta de ser respeitado ou desrespeitado, obedecido ou desobedecido, o que se apresenta viável apenas se o objeto da regulação for conduta possível. (SILVA NETO, 2018, p. 185).

Em relação à validade da norma, Manoel Jorge e Silva Neto (2018), subdivide no requisito de ordem objetiva, quanto à observância do correto processo legislativo. No requisito de ordem subjetiva, quanto à autoridade competente para emissão da espécie normativa. E por último, no requisito de ordem material, pertinente ao conteúdo adequado da norma em relação à Lei Maior. Enquanto a vigência exprime a validade temporal da norma.

Referente à aplicabilidade, o mesmo estudioso, seguindo as lições de José Afonso da Silva, identifica a aplicabilidade como uma espécie de eficácia jurídica. Visto que, norma aplicável é toda aquela que tem a capacidade de produzir efeitos jurídicos, pouco importando à delimitação conceitual de aplicabilidade esteja ou não o dispositivo, efetivamente, desencadeando os efeitos próprios no meio social.

Aplicabilidade é a qualidade do que é aplicável, potencialidade para a produção de resultados, identificando-se, assim, com a eficácia jurídica. (SILVA NETO, 2018, p.193).

Sendo assim, para o citado professor, não há diferença entre norma aplicável e norma juridicamente eficaz. Assim as normas Constitucionais, tratando-se de fenômenos conexos, devem ser visualizadas sobre o prisma da potencialidade em relação à eficácia e sobre o prisma da realizabilidade em relação à aplicabilidade. (p 186). Desse modo, a norma que não possui todo o aparato legal para sua aplicação ao caso concreto, não gozará de eficácia e aplicabilidade.

Com efeito, no que concerne às classificações das normas quanto à sua aplicabilidade, alguns doutrinadores se dividem, trazendo diversos entendimentos e diferentes classificações. De forma sucinta, serão apontadas as classificações de: Maria Helena Diniz, José Afonso da Silva. A primeira, em sua obra *Norma Constitucional e seus efeitos*, propõe uma classificação quadripartite das normas constitucionais, como: normas de eficácia absoluta ou supereficazes; normas com eficácia plena; normas com eficácia relativa ou restringível e normas com eficácia relativa complementável ou dependentes de complementação (DINIZ, 2009). Na ordem apresentada, as iniciais, equivalem à normas inalteráveis pelo constituinte derivado, impossibilitando a diminuição do seu alcance. Estas dispõem de eficácia positiva quanto a incidência imediata e não são emendáveis, além de uma eficácia negativa que impede deliberações de qualquer ato normativo que seja conflitante com o seu conteúdo. Essas normas de eficácia absoluta ou supereficazes são conhecidas como cláusulas pétreas e estão previstas no artigo 60, parágrafo 4º da CRFB.

As normas de eficácia plena apresentadas por Maria Helena Diniz, se assemelham à classificação de mesmo nome, realizada por José Afonso da Silva (2012), e, por conta dessa semelhança, será exposta na sequência, quando apresentarmos a classificação desse renomado Professor.

Quanto às normas de eficácia relativa ou restringível, estas possuem eficácia direta e imediata. Por consequência, podem ser restringidas pelo constituinte derivado, por ato normativo ou por sentença judicial, que delimite sua incidência. (SILVA NETO, 2018, p.216-217).

Em relação a esse tipo de norma, Manoel Jorge e Silva Neto (2018) adverte, com fundamento no princípio da proporcionalidade, quanto aos limites dessa possibilidade de restrição, cujo excesso, pode chegar ao ponto de aniquilar o exercício de determinado direito:

Em suma, o que se pretende deixar registrado é o seguinte: a plausibilidade de encurtamento do direito materializado em norma constitucional, com eficácia relativa restringível, não deve legitimar a sua excessiva contenção até chegar ao limite de inviabilizar, na prática, o exercício do direito nela consagrado, para o que concorre também, como fundamento contrário a tal proceder, o princípio da proporcionalidade.(SILVA NETO, 2018, p.216-217).

Já as normas de eficácia relativa complementável ou dependentes de complementação são divididas em normas de princípio institutivo e normas de princípio programático. Essa subdivisão é adotada por José Afonso da Silva (2012), e será abordada mais à frente. Em seu livro *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*, é apresentada uma classificação, onde as normas constitucionais se dividem em: normas Constitucionais de eficácia plena ou imediata, de eficácia contida e de eficácia limitada ou reduzida. Nesta última, tem-se as normas identificadas como programáticas.

A norma de eficácia plena é aquela em que a Constituição Federal prevê um direito, que de imediato já pode ser exercido ou aplicado. Não carece de nenhum complemento legal, sendo suficiente a previsão da garantia na própria Constituição Federal. Em função disso, afirma-se que as normas de eficácia plena possuem uma aplicabilidade direta e imediata.

Registre-se, porém, que ser de eficácia plena, não quer dizer que o direito nela previsto, seja absoluto ou que não possa ser modificado ou reduzido por previsão da própria Constituição.

As normas de eficácia contida preveem um direito que pode ser, desde logo, exercido – assim como as normas de eficácia plena. No entanto, nas normas de eficácia contida, ao mesmo tempo em que o legislador constituinte anuncia o direito que pode ser aplicado, também prevê, expressamente, a possibilidade de subtração de parte desse direito, através de lei, diminuindo o alcance dessa garantia constitucional.

Diferentemente das normas anteriores, a norma de eficácia limitada possui aplicabilidade indireta e mediata. Em outras palavras, o legislador constituinte previu um direito na Constituição, porém esse direito não pode ser exercido enquanto não surgir uma legislação regulamentadora. O direito constitucional só terá aplicabilidade quando a lei, prevista na própria Constituição Federal, surgir. Logo, a aplicabilidade da norma está limitada ao aparecimento de uma norma infraconstitucional posterior. Aqui o legislador constituinte não normatizou a matéria a ponto de ensejar a necessidade de complemento e explicação do direito constitucional através de uma lei. Com isso, José

Afonso da Silva (2012), divide a norma de eficácia limitada, da seguinte forma: normas definidoras de princípio institutivo ou organizativo e normas definidoras de princípio programático. Ao abordar a primeira, o autor comenta:

Normas constitucionais de princípio institutivo aquelas através das quais o legislador constituinte traça esquemas gerais de estruturação e atribuições de órgãos, entidades ou institutos, para que o legislador ordinário os estruture em definitivo, mediante lei. (SILVA, 2012, p. 126)

A Constituição estrutura e atribui as regras e competências gerais, deixando os detalhes para lei posterior. Há uma previsão geral, que não pode ser aplicada, enquanto uma norma complementar não surgir detalhando-a. Esse tipo de norma não precisa ser necessariamente uma lei, podendo ser também uma medida provisória, decreto legislativo ou uma resolução, quando couberem. Em síntese, a Carta Magna prevê um direito que só pode ser aplicado com o advento de uma norma regulamentadora.

Nesse ínterim, cabe pontuar que as normas de eficácia limitada, definidoras de princípios programáticos, por apresentarem essa condição, possuem aplicabilidade indireta e mediata. Desse modo, a aplicação fica condicionada ao advento de norma regulamentadora posterior (lei *latu sensu*). No entanto, ao contrário das normas de eficácia limitadas definidoras de princípio institutivo, as definidoras de princípios programáticos não se preocupam com a estrutura da administração pública ou dos poderes, mas sim com os programas de cunho social a serem aplicados pelo Estado. Para essas situações, cabe observar, que nesse tipo de norma o constituinte previu um direito, mas deixou para o legislador ordinário a tarefa de alcançar esse direito, o dever de materializá-lo.

Registre-se que as normas programáticas, apesar de necessitarem de complementação, desde já possuem força normativa (eficácia jurídica). Uma vez que, traçado o direito pela Constituição, não pode o legislador ordinário criar norma dizendo que o mesmo não pode ser aplicado.

Segundo José Afonso da Silva (2012, p. 82-83): “[...]tais normas estabelecem apenas uma finalidade, um princípio, mas não impõe propriamente ao legislador a tarefa de atuá-la, mas requer uma política pertinente à satisfação dos fins positivos nela indicados”.

Dessa forma, muitas dessas normas estão inseridas em princípios, sintetizando programas e linhas de pensamento político. Elas aguardam que o legislador ordinário se encarregue de prover meios para que possa se tornar uma realidade. A satisfação dos fins positivos nela indicados, deve atender às finalidades expressamente previstas no texto constitucional, pelo constituinte originário.

Nessa linha, Manoel Jorge e Silva Neto, salienta o dever do Estado, em alcançar os objetivos e a vontade do Constituinte originário, conforme segue:

As normas programáticas constituem a elevada reserva de propósito do estado, sendo proibido aos órgãos constituídos reduzir o plexo de metas inserto na constituição e afastar as cláusulas que consagram o programa estatal, tornando-se indiferentes a tais dispositivos mediante a adoção de tese de não vigência de preceitos programáticos por força de sua dependência de fatores de compostura econômica política, social ou até cultural, como sói ser divulgado, aqui e ali. (SILVA NETO, 2018, p. 219-220).

Com base no exposto, autores como Vezio Crisafulli, citado por Manoel Jorge e Silva Neto (2018), advoga a tese de que a eficácia das normas programáticas é idêntica a qualquer norma jurídica, distinguindo-se apenas quanto ao direcionamento aos órgãos estatais.

Esta celeuma alimenta à indignação e esperança, nos termos utilizados por Castells (2017). Pois, este leciona que a indignação pode ser sentida a partir da deflagração de movimentos sociais, por conta da ausência de dispositivos que consagrem o programa estatal ou por conta de dispositivo que com ele seja incompatível. Em suma, esses movimentos representam a esperança em tornar essas normas programáticas, plena em eficácia e concretização.

2.2 Direito de Liberdade (O princípio Liberdade-Matriz)

Na obra *Curso de Direito Constitucional*, Silva Neto (2018, p. 834) enfatiza que “A pessoa humana traz como atavismo a condição de ser livre. Livre para fazer. Livre

para pensar.” Isso implica, na faculdade que cada indivíduo dispõe para decidir ou agir segundo a própria determinação.

Trata-se, pois, de um caráter ou condição, na qual as pessoas podem expressar algum aspecto de natureza política, por exemplo. Deste modo, o tema aproxima-se da liberdade, que pode ser visualizada em vários setores da vida social do indivíduo, referindo-se tanto ao seu direito de ir e vir, quanto na legalidade dos atos que pratica. Em suma, enquanto direito humano de primeira geração, constitui algo essencial ao homem e aos Estados Democráticos.

Esses direitos de primeira geração/dimensão, estão ligados ao valor de liberdade, trata-se de direitos civis e políticos que tiveram grande repercussão mundial e emergiram com as revoluções liberais na França e nos Estados Unidos da América. Nelas, a burguesia reivindicava o respeito às liberdades dos homens e, por conseguinte, a limitação dos poderes públicos. Pautaram-se em direitos individuais de caráter negativo que exigem uma abstenção do Estado.

De um modo geral, os direitos de liberdade estão previstos no ordenamento jurídico brasileiro na forma de direitos especiais de liberdade, sendo eles: liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de locomoção, liberdade de pensamento, liberdade religiosa, entre outros. Como também, no dispositivo do art. 5º da CRFB/88. Essa característica do direito de liberdade reforça a importância que esta espécie tem para o Direito Constitucional Brasileiro, estando ao lado dos direitos à vida, igualdade, propriedade e segurança, alcançando o patamar de direito fundamental.

Alexy (2008) explicita que a liberdade constitui um dos conceitos mais fundamentais com âmbito de aplicação quase ilimitado. Apresenta um conteúdo vasto, dotado de certa carga de generalidade. Esse direito geral de liberdade auxilia a conferir amparo jurídico para a identificação de outros direitos jurídicos. Por exemplo, quando não existir previsão específica, no texto constitucional, de um direito de liberdade, mas existindo conexão com a cláusula geral do artigo 5º da CRFB/88, o intérprete poderá utilizá-la como parâmetro para o reconhecimento de novos direitos.

O direito de liberdade é definido na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) como a possibilidade de fazer, limitada pela impossibilidade de prejudicar outros. Essa ideia original do direito de liberdade aproxima-se do pensamento de autores liberais, no sentido de que o homem possui uma área de liberdade pessoal resguardada, na qual pode exercer suas atividades livre de interferências externas.

Nessa linha, ressalte-se que o direito geral de liberdade se pauta em um direito fundamental autônomo. Alexy (2008, p.43) afirma que, “a cada um é dado *prima facie* sendo permitido fazer ou deixar de fazer’ - o que ele denomina de normas permissivas; e ainda, “cada um tem direito *prima facie*- direito em face ao Estado, de que ele não intervenha normas de direito.”

Contudo, convém salientar que, no Brasil, não é tratado como um direito fundamental autônomo, pois está atrelado ao conceito de “liberdades públicas”, como prefere tratar a doutrina, a exemplo do Ministro Alexandre de Moraes, ao afirmar que, “os direitos fundamentais de primeira geração são os direitos e garantias individuais e políticos clássicos (liberdades públicas), surgindo institucionalmente a partir da Carta Magna (MORAES, 2013, p.27).

Observa-se que a noção de liberdade está intrinsecamente ligada à noção de legalidade. Basta atentar-se a disposição do art. 5º, II, da CF: “que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão quando previsto em lei.” (CRFB, BRASIL, 2017). Deste modo, é pela Constituição e pela Lei que o Estado garante e regula a liberdade. Em meio à vasta abrangência do conceito de liberdade, associam-se a ele, outros como: o direito à liberdade religiosa, à liberdade de locomoção e, especialmente para o presente estudo, a liberdade de expressão, a liberdade de manifestação do pensamento e a liberdade de reunião.

2.2.1 Liberdade de manifestação do pensamento (Direito de opinião)

A manifestação do pensamento é livre e assegurada constitucionalmente, consoante preconizado no art. 5º, IV e no artigo 220 da Constituição Federal de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

IV- é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Segundo Manoel Jorge e Silva Neto (2018), a livre manifestação do pensamento, dá existência jurídica ao chamado direito de opinião.

O legítimo exercício dessa Liberdade, sem que haja consequências jurídicas para o emissor da opinião, é base do próprio regime democrático. Pois, o direito de opinião deve ser compreendido como um instrumento à democracia. No entanto, os excessos serão passíveis de responsabilização penal, salvo: as afirmações dos parlamentares em razão do cargo. Além dos efeitos penais, é possível mencionar a responsabilização civil do autor, quando a pessoa a quem é dirigida a opinião experimentar algum prejuízo, de ordem moral e/ou material, conforme será discutido em capítulo próprio.

2.2.2 Liberdade de Expressão

Ao longo do texto constitucional, verifica-se que o legislador constituinte garantiu também a liberdade de expressão como corolário da liberdade de pensamento e opinião. Desse modo, se detém o ser humano a liberdade de pensamento, não se pode olvidar que também detém o direito de expressar esse pensamento. Assim, o indivíduo pode manifestar sua opinião, através de juízos de valor.

A liberdade de expressão consiste no direito à livre comunicação espiritual, no direito de fazer conhecer aos outros o próprio pensamento [...]. Não se trata de proteger o homem isolado, mas as relações interindividuais [...]. Abrangem-se todas as expressões que influenciam a formação de opiniões: não só a própria opinião, de caráter ou menos crítico, referida ou não a aspectos de verdade, mas também a comunicação de fatos (informações). (NUNO e SOUSA, 1984, p.137).

Desta feita, estão sob os auspícios da liberdade de expressão “toda opinião, convicção, comentário, avaliação ou julgamento sobre qualquer assunto ou sobre qualquer pessoa, envolvendo tema de interesse público, ou não, de importância de valor, ou não” (MENDES, 2009, p.297).

Ressalte-se, que encontra guarida no conteúdo da liberdade de expressão, a propagação por todos os meios possíveis. Não apenas na escrita ou na fala, mas também

por gestos, desenhos, gravuras, pinturas, inclusive o silêncio, dentro de uma determinada perspectiva. Nessa linha, pode-se claramente observar que a liberdade de expressão contém uma dupla dimensão, conforme preleciona Jonatas Machado:

Nesse sentido, deve-se sublimar a *dupla dimensão* deste direito. A *dimensão substantiva* compreende a atividade de pensar, formar a própria opinião e exterioriza-la. A *dimensão instrumental* traduz a possibilidade de utilizar os mais diversos meios adequados à divulgação do pensamento. (MACHADO, 2002, p.417).

Por fim, deve-se reconhecer, dentro da liberdade de expressão, o seu aspecto negativo, ou seja, a liberdade de não se expressar. Acerca do tema Nuno e Souza (1984) expõe:

[...] garantida não aparece apenas a liberdade de expressão e informação, mas também a liberdade de não exprimir qualquer pensamento, de não se informar, de não fundar uma empresa de imprensa, de não dar informações; garante-se o exercício e o não exercício. (NUNO e SOUSA, 1984, p.141).

No momento em que são propagadas as ideias, ou ainda, quando se exteriorizam os pensamentos, resta constituído o direito de manifestar opiniões, sob a forma de valores, concepções, crenças, etc. Por conseguinte, o amparo normativo na Declaração de Direitos do Homem (1979) atesta, que a liberdade de expressão não é propriamente uma novidade, posto que tal postulado já assegurava:

Art. 11 A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do Homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade, nos termos previstos na Lei.

Seguindo tais preceitos, a Constituição brasileira de 1988 assegurou a liberdade de expressão como corolário da liberdade de pensamento e opinião, em seu art. 220, §1º:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa contribuir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

Nesse sentido, a liberdade de expressão é formada por duas dimensões, uma substantiva que se refere ao conteúdo exteriorizado, ou seja, os valores, conceitos e crenças. E a dimensão instrumental que diz respeito à forma e aos instrumentos utilizados para essa exteriorização. Observa Carvalho que, em seu sentido lato, a liberdade de expressão abarca a liberdade de informação, contudo, existem diferenças entre os dois institutos, impossibilitando uma confusão:

[...] é importante sistematizar, de um lado o direito de informação e, de outro, a liberdade de expressão. No primeiro está apenas a divulgação de fatos, dados, qualidades, objetivamente apuradas. No segundo, está a livre expressão do pensamento por qualquer meio, seja a criação artística ou literária, que inclui o cinema, o teatro, a novela, a ficção literária, as artes plásticas, a música, até mesmo a opinião publicada em jornal ou qualquer veículo.

A discussão do tema está intimamente conexa à matéria dos direitos humanos. Estes se referem a princípios universais que possuem como eixo fundamental a dignidade da pessoa humana – princípio esse que embasa diversos outros nessa mesma esfera. Ingo Sarlet (2012, p.73) leciona a dignidade da pessoa humana como:

[...] a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação

ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida. (SARLET, 2012, p 73)

O Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), versa que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Assim, ao conceder primazia à dignidade, preconiza que os homens devem ser tratados igualmente, sem distinção entre os seus semelhantes, que possa decorrer de fatores como etnia, gênero, ideias ou ideais.

Immanuel Kant (1781), filósofo prussiano, nos pensamentos acerca da dignidade da pessoa humana, legou à doutrina jurídica conceitos oriundos da sua metafísica dos costumes. Isso possibilitou a formulação de raciocínios no campo da filosofia moral. O primeiro deles reconhece que ao homem não se pode atribuir valor (preço), devendo ser considerado como um fim em si mesmo e em função da sua autonomia enquanto ser racional, e não como meio. Nas palavras de Maria Garcia:

Dignidade, refere Nicola Abbagnano: como "princípio da dignidade humana", entende-se a exigência enunciada por Kant como segunda fórmula do imperativo categórico: "Age de tal forma que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre também como um fim e nunca unicamente como um meio". Esse imperativo estabelece que todo homem, aliás, todo ser racional, como fim em si mesmo, possui um valor não relativo (como é, por exemplo, um preço), mas intrínseco, ou seja, a dignidade: "substancialmente, registra Abbagnano, a dignidade de um ser racional consiste no fato de ele não obedecer a nenhuma lei que não seja também instituída por ele mesmo. (GARCIA, 2004 , p.196)

Portanto, no pensamento kantiano, o ser humano não é uma coisa dotada de preço, mas sim de um valor absoluto, qual seja, sua dignidade. Tal conceito, surge no período pós Segunda Guerra Mundial, que se findou em 1945. Nessa fase histórica, em decorrência dos acontecidos, havia uma preocupação com o resgate dos valores humanos.

A ONU (Organização das Nações Unidas) editou, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento no qual delineia os direitos humanos básicos. Sob o auspício da universalidade – os direitos ali regidos são para todos e para qualquer cultura. Pela primeira vez falou-se em direitos universais, globais. Desse modo, todas as garantias elencadas em seu corpo são, direitos reconhecidos internacionalmente, que devem ser protegidos pelo Estado. O Brasil, na Constituição Federal de 1988, considerou a democracia e o respeito aos direitos humanos, como algo essencial para a garantia da dignidade da pessoa humana.

A liberdade de expressão, como já exaustivamente abordado é um direito fundamental do indivíduo, caracterizado por ser um atributo da natureza racional do indivíduo, sendo o direito de qualquer um manifestar-se livremente. É um conceito fundamental nas democracias modernas, dado que se baseia em pressupostos de ordem moral e racional. O eixo fundamental da liberdade de expressão é o princípio da dignidade da pessoa humana – princípio este que fundamenta diversos outros. Segundo o artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

O direito à liberdade de expressão é caracterizado como direito da personalidade, integrante do estatuto do ser humano, fundamental para a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana. O mesmo determina, para quem o incorpora, específicas funções. Ele é garantia individual e protege a sociedade contra o arbítrio e as soluções de força.

Vale ressaltar que, quando se restringe a liberdade de um indivíduo, não somente o direito deste é atingido, mas também o de toda a comunidade em receber e debater as informações. Logo, a violação à liberdade de expressão atinge o indivíduo e a interação deste com a sociedade. O mesmo tem respaldo na Constituição Federal de 1988, no capítulo que trata dos Direitos e Garantias fundamentais.

Com base nessas informações, é possível inferir que uma democracia, caracteriza-se pelas diversas vozes, podendo estas verbalizarem ideias contraditórias ou semelhantes ao sistema vigente. Dessa maneira, a liberdade de expressão, sobretudo

acerca de questões públicas e políticas, é vital para regimes democráticos, por isso o controle, ou restrição, da maior parte dos discursos verbais ou escritos não deve ser praticado pelos Estados.

É imperioso destacar, que essas noções não podem ser lidas como privilégios individuais ou a grupos específicos. A liberdade de expressão funciona com uma espécie de termômetro no Estado Democrático. Quando há o cerceamento da liberdade de expressão, caminha-se para o autoritarismo, sendo o inverso verdadeiro: o caminho à manutenção da democracia. A censura, aqui, representa a supressão do Estado Democrático.

A par disso, o constituinte originário, previu no artigo 5º, inciso IX, que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Nas palavras do Professor Silva Neto (2018), o legislador constituinte originário optou em adotar, por regra, a impossibilidade de contenções, via censura ou licença, ao direito individual.

Isso, no entanto, não significa que a liberdade de expressão passou a ser um direito que possa ser utilizado indiscriminadamente, admite-se o seu controle, como bem enfatiza Silva Neto:

Não se deve imaginar, contudo, que o direito de expressão, aqui mencionado se encontra liberto de todo o controle. Quando a Constituição proíbe a censura ou licença, atém-se, de modo exclusivo, à proibição de limitações de caráter administrativo, ou seja, aquela promanada dos órgãos do Poder Executivo (SILVA NETO, 2018, p. 859).

A censura administrativa, após a promulgação da constituição de 1988, não se compatibiliza ao texto constitucional, não obstante, possa advir do Poder Judiciário, com base, por exemplo, no Interesse Público. Nestes casos, trata-se de exercício regular da atividade jurisdicional, destinado a salvaguardar os direitos de intimidade, honra, vida privada e imagem das pessoas (SILVA NETO, 2018).

2.2.3 Liberdade de Reunião

Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente (BRASIL, artigo 5, XVI, da Constituição Federal, 1988).

Essa previsão constitucional está conexa ao direito de liberdade de expressão e ao direito de associação, posto que representa a concretização da liberdade de manifestação do pensamento. Estão incluídos neste último, o direito de protestar, criticar e discordar. Isso decorre do Estado Democrático de Direito, implementado pela Carta Magna de 1988, que impõe ao Estado o dever de respeitá-lo, inclusive em suas formas mais expressivas, tal como expõe o Ministro Gilmar Ferreira Mendes:

O direito de associação e o direito de reunião ligam-se intimamente à liberdade de expressão e ao sistema democrático de governo. A livre opinião pública é fundamental para o controle do exercício do poder e é tributária da garantia da liberdade de expressão e também do direito de reunião, pelo qual se assegura às pessoas a possibilidade de ingressarem na vida pública e interferirem ativamente nas deliberações políticas, pressionando por uma variante de ação estatal. (MENDES, 2009, p. 437).

Presente na maioria das Constituições Brasileiras, o direito de reunião apresenta elementos, que quando presentes legitimam o exercício desse direito. O primeiro desses elementos é o caráter pacífico dessa reunião. O segundo elemento é a questão de que o direito à reunião é lícito, desde que exercitado sem armas.

Reunião pacífica é aquela que não se devota à conflagração física. A reunião não pacífica é "aquela na qual todos os participantes ou a grande maioria deles põem, com os seus atos, em perigo pessoas e bens alheios". Isso pressupõe condutas dolosas, voltadas a romper a paz social. Não é violenta a reunião que atraia reação violenta de outrem. O direito de reunião não se descaracteriza se a violência que vem a ocorrer lhe é externa, sendo deflagrada por pessoas estranhas ao agrupamento. (MENDES, 2009, p. 439).

E acrescenta, que a perda do caráter pacífico ocorre com a presença de armas, de qualquer tipo:

Subtrai à reunião o seu caráter pacífico o fato de os seus integrantes portarem armas. O termo armas, aqui, tem significado amplo. Não apenas se refere àquelas de fogo, como também alude às armas brancas e aos instrumentos que, desvirtuados da sua finalidade, estejam sendo usados como meios de agressão (bastões de baseball, produtos químicos etc.). (MENDES, 2009, p. 439).

Em relação a esses dois elementos, observa Mello Filho (1978), que a reunião armada, por não poder ser considerada pacífica, pode ser impedida ou suspensa, caso a totalidade dos seus membros portem armas. No entanto, no caso de apenas um ou alguns integrantes, caberá intervenção policial para o desarme desse(s) indivíduo(s). Após essa medida de prevenção da violência, terá prosseguimento a reunião, agora sem a presença de utensílios que ponham em ameaça a passividade dos movimentos políticos. (MELLO FILHO, 1978).

Sobre esse entendimento, o Ministro Gilmar Mendes (2009) esclarece que esse desarme por intervenção policial, não permite que os agentes policiais submetam os participantes da reunião ao constrangimento de revistas. Contudo, existindo indícios da presença de pessoa armada, será possível, não apenas revistá-la, mas também retirá-la da reunião. Posto que, a presença avulsa de pessoas armadas que concorrem à reunião não deve ser causa necessária de dissolução da reunião. Entretanto, com base no princípio da proporcionalidade, as medidas de intervenção para o desarmamento ou a exclusão desses indivíduos da reunião, apresentam-se como medidas imprescindíveis para assegurar a ordem pacífica da reunião.

Por fim, em relação à intervenção policial Silva Neto (2018) adverte que intervenção policial prévia à própria realização da reunião, ofende o núcleo essencial do exercício do direito de reunião.

Ainda sobre o tema, é importante destacar o elemento da precedência em relação a outras reuniões anteriormente convocadas para o mesmo local, ou seja, uma reunião não pode frustrar outra anteriormente convocada.

Outro elemento previsto no dispositivo que legitima o exercício do direito de reunião, e discutido por Silva Neto (2018), é o aviso prévio. Porém, esse aviso prévio não se confunde com autorização. Seu propósito é possibilitar a adoção de providências administrativas, necessárias a garantir o regular exercício desse direito, tais como

medidas de segurança ou trânsito, por exemplo. Desse modo, pode-se concluir que, em relação ao aviso prévio, tem-se uma norma de eficácia auto-executável.

Outro elemento indispensável é a pluralidade de participantes, e essa pluralidade é o elemento que diferencia a liberdade de reunião da liberdade de manifestação do pensamento. Este é um direito fundamental praticado de forma isolada, enquanto a Liberdade de Reunião, é direito individual de exercício coletivo (SILVA NETO, 2018)

Na mesma linha, o Ministro Gilmar Ferreira Mendes, em sua obra *Curso de Direito Constitucional*, informa que o direito de reunião é um instrumento para a liberdade de manifestação de pensamento. Desta maneira, trata-se de uma liberdade de expressão exercida de forma coletiva, ou ainda, a liberdade de reunião é um direito individual de exercício coletivo, vejamos:

A liberdade de reunião pode ser vista como "instrumento da livre manifestação de pensamento, aí incluído o direito de protestar". Trata-se de "um direito à liberdade de expressão exercido de forma coletiva". Junto com a liberdade de expressão e o direito de voto, forma o conjunto das bases estruturantes da democracia... Trata-se, bem se vê, de um direito individual, mas de exercício coletivo. (MENDES, 2009, p. 437).

Por conta disso, nem todo aglomerado de indivíduos pode ser denominado de reunião, a Lei Maior exige a presença de outros elementos para a sua caracterização, para que sobre ela repouse a proteção constitucional, tal como adverte Gilmar Ferreira Mendes:

Não será, porém, todo agrupamento de pessoas que dará lugar a uma reunião, protegida constitucionalmente. O ajuntamento espontâneo em torno de um acontecimento inesperado na rua não espelha a figura protegida constitucionalmente. (MENDES, 2009, p. 438).

Dentre esses outros elementos comentados linhas acima encontram-se o propósito certo, que é a própria finalidade da reunião. Ele permite diferenciar o exercício legítimo do direito de reunião, daqueles aglomerados de indivíduos, que se organizam em determinado lugar sem um objetivo comum. Como também, possibilita

distinguir das assembleias, cujo aspecto caracterizador é a presença de alguma deliberação.

Entretanto, convém observar que esse propósito certo não pode contrariar os próprios direitos fundamentais e valores constitucionalmente protegidos, tais como reuniões com objetivos racistas, surgindo daí uma restrição à própria liberdade de reunião, segundo aponta Silva Neto(2018), citando Miguel Calmon Dantas, em sua obra *Entre a Liberdade e as Liberdades: Contornos Constitucionais das Manifestações Públicas*.

Há, também o elemento temporal, no qual a duração da reunião deve ser necessariamente transitória. Casos de reuniões duradouras, como lembra Gilmar Mendes (2009), citando Manoel Gonçalves Ferreira Filho, passa da reunião para o campo da associação.

Por derradeiro, há o elemento local, onde a constituição expressamente, legitima o exercício da liberdade de reunião em locais abertos ao público. Em relação a definição de locais privados ou públicos, abertos ou fechados ao público, resgata-se passagem elucidativa sobre essa questão,

Compreendendo-se a disposição constitucional é possível estabelecer as seguintes distinções: a) Locais privados fechados ao público (sedes de empresas, residências, escolas, etc); b) Locais privados abertos ao público (shoppings, estádios); c) Locais públicos fechados ao público(hospitais, universidades, repartições e as cercanias desses locais); e, d)loais públicos abertos aos público(praças ruas e avenidas, etc). (SILVA NETO, 2018 p. 824).

Dessas distinções, não pode ser extraído que o texto constitucional, impõe o exercício à liberdade de reunião, apenas, locais privados abertos ao público ou locais públicos. Com base, exclusivamente, na interpretação literal do texto constitucional. Pelo contrário, locais privados fechados ao público e locais públicos fechados ao público, também são acobertados pelo manto da proteção constitucional da liberdade de reunião. No entanto, por conta da afetação dada ao local, deve-se sopesar o direito de reunião com outros princípios constitucionais, tais como o direito de propriedade, inviolabilidade de domicílio, o direito de intimidade e a vida privada, como bem esclarece Gilmar Ferreira Mendes:

O fato, afinal, de a Constituição aludir a encontros em lugares abertos não deve ser visto como restrição aos encontros em ambientes privados. Estes últimos são livres dos condicionantes previstos na norma constitucional sobre direito de reunião e estão protegidos por outras cláusulas, como a da liberdade geral (art. 5º, II, da CF), a da inviolabilidade do domicílio, a da privacidade e a da liberdade de associação. (MENDES, 2009, p. 440).

Nesse sentido, o legislador infraconstitucional regulamentou o Direito de Reunião na Lei 1.207/50, com a seguinte redação:

Art. 1º Sob nenhum pretexto poderá qualquer agente do Poder Executivo intervir em reunião pacífica e sem armas, convocada para casa particular ou recinto fechado de associação, salvo no caso do § 15 do artigo 141 da Constituição Federal, ou quando a convocação se fizer para prática de ato proibido por lei.

CRFB/1946

Artigo 141 § 15 A casa é o asilo inviolável do indivíduo. Ninguém, poderá nela penetrar à noite, sem consentimento do morador, a não ser para acudir a vítimas de crime ou desastre, nem durante o dia, fora dos casos e pela forma que a lei estabelecer.

Dessa forma, todos podem reunir-se, sem armas, sem intervenção da polícia, vedando qualquer constrangimento do Poder Executivo em reunião pacífica, mesmo que convocada em casa particular ou recinto fechado de associação. Exceto quando a convocação se fizer para prática de ato proibido legalmente ou conforme o referido artigo da Constituição de 1946, que versava sobre a inviolabilidade de domicílio.

O Ministro Gilmar Mendes, subdivide os elementos da liberdade de reunião, citados acima, em: a) elemento subjetivo, em relação à pluralidade de participantes b) elemento formal: coordenação mínima para uma convocação prévia; c) elemento teleológico: as pessoas reunidas devem ter objetivos comuns d) elemento temporal: a reunião deve ter sua duração limitada e episódica, com previsão de início e término; e) elemento objetivo: a reunião deve ser pacífica e sem armas, ainda que possa eventualmente suscitar reação violenta de terceiros não participantes da reunião; f) elemento espacial: estáticas ou em movimentos há necessidade de uma área especificada do local da realização da reunião. (MENDES, 2009).

Conduzindo a discussão para o plano dos Direitos Humanos, pode-se observar que, de maneira muito semelhante à previsão do ordenamento brasileiro, o direito de reunião é previsto, também, em diversos tratados internacionais, destacando-se aqueles em que o Brasil é signatário. Nesse sentido, tem-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu artigo XX, §1º, preconiza que “[...] todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica”, e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos- o Pacto de São José da Costa Rica³⁸- que em seu artigo 15 afirma:

É reconhecido o direito de reunião pacífica e sem armas. O exercício de tal direito só pode estar sujeito às restrições previstas pela lei e que sejam necessárias, uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem públicas, ou para proteger a saúde mental ou moral públicas ou os direitos e liberdades dos demais presos (PACTO SAN JOSE DA COSTA RICA, artigo 15, 1969).

Portanto, pode-se afirmar, que a liberdade de reunião é assegurada pela Constituição de 1988 e, também, pelos pactos internacionais de Direitos Humanos em que o Brasil é signatário. Em todas as previsões, nacionais ou internacionais, é imprescindível para essa proteção, o caráter pacífico e sem armas. As demais restrições ao usufruto dessa garantia, abordados neste item, são informados pelo texto constitucional, que objetiva assegurar tanto a liberdade de reunião como uma série de outros direitos positivados.

Dessa maneira, conclui-se que os movimentos sociais partem da premissa que assegura aos cidadãos o pleno gozo dos direitos, inclusive as liberdades. Constitucionais. Nesse toar, Peter Häberle, em sua teoria da *sociedade aberta dos intérpretes*, identifica que todo aquele que vive no contexto regulado por uma norma e que vive com este contexto é, indireta ou até mesmo diretamente, intérprete dessa norma. Posto que, para ele, o destinatário desta norma é participante ativo do processo hermenêutico, ou seja, desse processo de interpretação (HÄBERLE, 1997, p.15).

Assim, o autor preconiza que os intérpretes jurídicos não são detentores do monopólio da interpretação da constituição. Supõe uma ruptura na interpretação constitucional em sentido estrito, anteriormente, monopolizada pelos agentes estatais.

³⁸ PACTO SAN JOSE DA COSTA RICA Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acesso em 15/06/2018

Agora, admite-se atuação dos que ele chama de cointérpretes, exemplificados pela imprensa, associações, cidadãos e etc. Estes efetuam a interpretação em sentido amplo, mas cabe ao judiciário, a decisão final sobre tal interpretação.

Em sentido idêntico, Lucas Gonçalves da Silva e Gilton Batista Brito, em artigo publicado no XXIV Congresso Nacional do CONPEDI³⁹, afirmam que as manifestações coletivas reivindicatórias atuam não apenas no processo de concretização dos direitos fundamentais, como também na função de intérpretes autorizados dos textos normativos. Segundo os mesmos, esses movimentos influem decisivamente no significado social e no conceito de direitos constitucionais ao definir limites e possibilidades, conferindo força normativa na superação do cariz meramente simbólico. (DA SILVA; BRITO, 2015). E acrescentam:

Daí as manifestações reivindicatórias, como mobilização social, se apresentarem, em verdade, como um instrumento poderoso para reduzir a ambivalência da constitucionalização simbólica na direção de uma efetiva realização do modelo normativo, afastando a subintegração e subcidadania dos destinatários das normas e tornando os direitos declarados um bandeira legítima de luta, que, aliás, é própria da instância jurídica. (DA SILVA; BRITO, 2015, p.160)

É nesse contexto que estão inseridos os movimentos sociais que aconteceram no Brasil, exemplificados pelos movimentos de 2013 e pelo Movimento dos Caminhoneiros de 2018. Em uma sociedade conectada em rede, na qual a esfera pública não mais se restringe à espaços oficiais e na qual os cidadãos são sujeitos e não objetos das normas estatais, a Carta Magna deve ser interpretada em paralelo com as reais condições de vida.

Assim, a discrepância entre o que é direito do cidadão e o que realmente lhe é assegurado, provocaram os protestos nos últimos anos no Brasil. Isso permitiu que milhares de pessoas fossem às ruas reivindicar melhores condições de saúde, transporte, educação e diversos outros direitos. Todos amplamente declarados na Constituição Federal e em tratados supranacionais, mas que não estavam sendo assegurados de maneira satisfatória, segundo os manifestantes. A maior parte da composição destes

³⁹ Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito.

movimentos é feita por jovens urbanos, interligados por tecnologias de informação e comunicação, compondo a sociedade em rede (CASTELLS, 2017).

Esses, ao reclamarem direitos e defende-los, atuam como verdadeiros intérpretes de uma sociedade livre e aberta. Por isso, essas movimentações configuram-se em um verdadeiro instrumento de realização do modelo normativo, reduzindo a disparidade entre o Direito posto na Constituição e o Direito efetivamente assegurado. E todo esse processo, parte como premissa do direito à Liberdade de Reunião.

2.3 Relatividade dos Direitos Fundamentais

Uma das principais características dos direitos fundamentais, é a sua relatividade, ou seja, os direitos fundamentais não se revestem de caráter absoluto. Neste sentido, não obstante valor sobrepujante para a proteção da pessoa humana, os direitos fundamentais não são ilimitados, podendo ser restringidos para salvaguardar outros direitos e/ou bens coletivos também garantidos pelo ordenamento jurídico.

A Revolução Francesa (1789) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) estabeleciam como parâmetro para o gozo de direitos o exercício dos direitos de outros membros da sociedade, limites estes, que, registre-se, só poderiam ser determinados por lei:

Art.4º. A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados por lei.”⁴⁰ (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, artigo 4, 1789).

Na Constituição Federal de 1988, a limitação decorre da própria sistemática jurídica na qual tais direitos estão inseridos: a diversidade de direitos e princípios consagrados no texto constitucional. Mesmo não estando expressa. Assim, aliados a

⁴⁰ DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em 20/11/2018

ideia de sistema, impõe que sejam harmonizados entre si, sob pena de acarretar a sua ineficácia.

2.3.1 Limites à Liberdade de Manifestação do Pensamento

O direito à livre manifestação, está previsto no art. 5º, IV da CF/88, que firma ser “[...] livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato”. Essa primeira parte da disposição legal, carece de atualização, tendo em vista evolução tecnológica suportada pelas comunicações na atualidade. Visto que, a internet promove a virtualização das inter-relações pessoais, possibilitando a conexão de pessoas do mundo inteiro quase que em tempo real.

Essas novas formas de comunicação tornam mais ampla a possibilidade de manifestação do pensamento. Com isso, surge a necessidade de preservar os direitos de personalidade, nessas relações sociais decorrentes do mundo digital. Com efeito, observa Eduardo Bittar:

Os avanços da tecnologia são surpreendentes, e são capazes de criar um novo universo de relações, especialmente as consideradas a partir do referencial da sociedade digital ou da informação. Acentuadamente, cada dia mais, a pessoa humana se encontra na dependência dos meios de eletrônicos, onde o trânsito de suas informações pessoais (autorizadas e não autorizadas) a expõe em constante risco (BITTAR, 2015, p. 279).

2.3.1.1 Direito ao esquecimento

Nessa esteira, surge a necessidade de, com base na dignidade da pessoa humana, proteger a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem dos indivíduos, através do direito ao esquecimento, em relação a informações passadas, que expostas ocasionam constrangimento à vítima. O direito ao esquecimento compreende a possibilidade do indivíduo retirar esses dados negativos à sua personalidade de circulação. O Professor Lucas Gonçalves da Silva e a mestrandia Mariana Amaral Carvalho, conceituam esse como:

O direito ao esquecimento pode ser conceituado como a faculdade que o indivíduo tem de pleitear a retirada de informações pretéritas da exposição atual nos meios de comunicação, de maneira que possa regular seu uso. Objetiva o prosseguimento de uma vida digna sem as sombras do passado. Trata-se do direito de ser deixado em paz, de ser esquecido, de estar só. (DA SILVA; CARVALHO, 2017, p. 67)

Um dos casos emblemáticos desse direito ao esquecimento foi o caso de Lebach, julgado pelo Tribunal Constitucional Alemão, no final da década de 60. Na oportunidade, o Tribunal Alemão entendeu que o direito ao esquecimento dos fatos pessoais pretéritos, deveria prevalecer sobre a liberdade de imprensa. Dessa maneira, contribuiu para a preservação da personalidade de um dos condenados pelo assassinato de quatro soldados alemães, pois a imprensa pretendia realizar transmissão da história do crime em um programa televisivo, antes do término do cumprimento da pena. O tribunal argumentou que a imprensa não poderia utilizar-se por tempo ilimitado de fatos pessoais passados, cujo interesse público à informação já havia se esgotado.⁴¹

O direito ao esquecimento é de inegável importância e atualidade, em razão das informações divulgadas através da internet. porque a internet, praticamente, eterniza notícias e informações ou permite que fatos antigos sejam retransmitidas a um clique, inclusive fotos e vídeos. No Brasil, em março de 2013, na VI Jornada de Direito Civil do CJF/STJ, o direito ao esquecimento, foi discutido em razão da aprovação de um enunciado nesse sentido além de dois julgados do STJ, com matéria semelhante. O enunciado aprovado sobre o direito ao esquecimento (Enunciado 531), informa que, apesar de não possuir força cogente, trata-se de uma importante fonte de pesquisa e referência de argumentação, recomendando-se que seja utilizada por diversos profissionais do Direito. Os termos do enunciado são “A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento.” (<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/142>).

O Superior Tribunal de Justiça, especificamente, na sua 4ª turma, defendeu a posição de que o sistema jurídico brasileiro protege o direito ao esquecimento, nos

⁴¹<https://www.conjur.com.br/2015-jun-05/direitos-fundamentais-lebach-google-vs-agencia-espanhola-protacao-dados-mario-gonzalez>

REsp 1.335.153-RJ⁴² e REsp 1.334.097-RJ⁴³, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgados em 28/5/2013. Nesse sentido, foi aprovada a Lei 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet, que estabelece ditames para o uso da internet no Brasil. Nessa legislação a proteção à privacidade e aos dados pessoais está, expressamente, elencada, tal como a inviolabilidade da vida privada e da intimidade, sob pena de indenização.

Lei 12.965/2014⁴⁴:

Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios: II - proteção da privacidade; III proteção dos dados pessoais, na forma da lei;

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao - exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos: I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Registre-se, com isso, que a liberdade de manifestação do pensamento e a questão do conflito aparente entre essa liberdade e os direitos da personalidade, devem ser pautados pela dignidade da pessoa humana, nas informações divulgadas na atual sociedade de informação, seja pela imprensa ou por particulares.

2.3.2 Limites à Liberdade de Expressão

Como mencionado em outra oportunidade, da mesma forma que os demais direitos fundamentais, a liberdade de expressão não possui caráter absoluto. Logo, seu caráter relativo se manifesta mediante a aplicação mais adequada ao direito fundamental em jogo.

A liberdade de expressão se manifesta em quatro formas: liberdade de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação. Nesse diapasão, será abordado a questão do discurso do ódio na internet, intrinsecamente ligado à forma de comunicação.

2.3.2.1 Discurso do ódio

⁴²<https://www.conjur.com.br/dl/direito-esquecimento-acordao-stj-aida.pdf>

⁴³<https://www.conjur.com.br/dl/direito-esquecimento-acordao-stj.pdf>

⁴⁴http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm

Em função do inegável e rápido avanço da tecnologia, a informação está disponível a todos, ao menos nos países em que existe razoável nível de liberdade de expressão. Neste contexto, as redes sociais ganham destaque. Pois, garantem a troca de informações entre cidadãos. Por meio delas, eles expõem seus pensamentos sobre tudo e todos, às vezes sem uso do bom senso.

Na rede mundial de computadores, a intolerância proveniente dos chamados “*haters*”⁴⁵ adquire visibilidade, através dos vários comentários postados nas redes sociais. Em resumo, eles materializam sentimentos de ódio, por meio de várias discriminações, como a racial, homofóbica, religiosa, rivalidade desportivas, xenofobia, entre outros.

Malgrado seja considerada como direito fundamental, a liberdade de expressão não é absoluta. Dado que, encontra óbice quando conflita com a esfera de direitos de terceiro. Nestes casos, o vetor interpretativo que deve ser empregue para a solução dos eventuais conflitos é o princípio da dignidade da pessoa humana. Logo, o abuso do direito da liberdade de expressão, deve ser limitado e punido, sendo esta uma forma de censura permitida pelo nosso ordenamento jurídico.

Em um ambiente democrático, ainda que não se deva afirmar a primazia absoluta e definitiva de algum direito fundamental, é preciso pontuar que existem aqueles que têm um destaque relativo. Visto que, gozam de preferências iniciais e cobram razões especialmente fortes para justificar a sua restrição. Essa é a situação experimentada pela liberdade de expressão que, tanto em sua perspectiva individual, como na coletiva, comporta-se como fundamento para o exercício de outros direitos fundamentais e para a própria democracia, enquanto regime que requer a formação de uma opinião pública livre.

Impende salientar que a liberdade de se expressar pode ser coagida por diferentes motivos. Porém, apenas o pensamento manifestado se submete às normas estatais de controle. Nesse sentido, José Cretella Júnior, em sua obra *Elementos do Direito Constitucional*, define: “Pensamento manifestado é o declarado, o que se projeta para o mundo, tornando-se conhecido e, pois, gerando consequências jurídicas e sociais.” (CRETELLA JUNIOR, 1998, p.190). Na mesma publicação, o autor explica

⁴⁵ Portal dos Significados. Significado de Hater. Haters é uma palavra de origem inglesa e que significa "os que odeiam" ou "odiadores" na tradução literal para a língua portuguesa. O termo hater é bastante utilizado na internet para classificar algumas pessoas que praticam "bullying virtual" ou "cyber bullying" Disponível em <https://www.significados.com.br/haters/> . Acesso em 20/07/2018

que os pensamentos individuais que não foram exteriorizados, não estão sujeitos às normas jurídicas, ou mesmo, às morais e sociais. Haja vista que a mente humana é absolutamente livre, sem nenhuma restrição de pensamento.

Hodiernamente, por meio do exercício do direito fundamental à liberdade de expressão, verifica-se um grande abuso na proliferação de conteúdos na internet. Muitos deles com teor discriminatório. São esses discursos enraizados no preconceito que merecem ser avaliados, pois é preciso responder até que ponto as informações propagadas nas redes sociais se materializam em liberdade de expressão ou não. É necessário identificar, se as mesmas, ultrapassam a manifestação de opinião, atingindo, invariavelmente, o discurso do ódio.

No entanto, destaca-se que o conflito de ideias e de posicionamento é inevitável em uma sociedade plural. Contudo, a questão que se coloca com particular relevo para o presente estudo, consiste em saber se os conteúdos envolvendo as manifestações de opinião, se materializam em discurso de ódio (*hate speech*) ou, se são apenas manifestação da liberdade de expressão. Essa expressão é adotada em alguns países e informa acerca do aspecto ilimitado que a liberdade de expressão pode adquirir. No Direito Brasileiro, o *hate speech*, pode implicar na violação da personalidade e gerar indenização. Assim, os limites à liberdade de expressão são impostos pelos direitos da personalidade.

Neste ínterim, o discurso do ódio é caracterizado como qualquer discurso, gesto ou conduta, escrita ou representada, que seja proibida. Essa vedação decorre da capacidade de incitar violência ou ação discriminatória contra um grupo de pessoas. Pois, esses enunciados tem o condão de ofender ou intimidar um grupo de cidadãos.

Em que pese possa ser direcionado a um determinado indivíduo, a ofensa é difusa. Nesse cenário, se um negro ou homossexual é discriminado, o ódio exalado repercute na esfera íntima de todos aqueles que pertencem ou se identificam com o grupo. Dessa forma, tem a prerrogativa de abalar a dignidade do coletivo, cabendo ao Estado reprimir tal atitude.

Assim, o debate acerca do discurso do ódio ultrapassa o sentimento emocional e estado psicológico de suas vítimas. Trata-se da privação de direitos dos membros de minorias historicamente excluídas, o que pode gerar o silêncio e acuamento de seus titulares ou uma reação violenta, em uma cadeia circular. O discurso do ódio autoriza,

portanto, restrições constitucionalmente legítimas à liberdade de expressão. (SILVA; CARVALHO, 2017, p.9)

Ressalte-se que o tema discurso do ódio, não é um assunto novo na internet, nem no debate sobre direitos humanos. Apesar de ter ganhado impulso com a universalização do acesso às redes sociais, trata-se de um pensamento antigo, vigente no convívio interpessoal há séculos.

O que contribuiu para a dimensão da sua proliferação na atualidade, é a falsa sensação de impunidade permitida pela internet. Posto que, o agente se sente “protegido” pela tela do computador, *tablet* ou *smartphone*. O usuário crê que manifestará seu pensamento discriminatório, sem incorrer em nenhuma pena.

Em que pese a liberdade de expressão ter sido prevista, originariamente, na Declaração de Direitos de Virgínia (1776), a qual marca a gênese dos direitos fundamentais constitucionais (SILVA, 2015), bem como na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e em diversos tratados internacionais firmados após a Segunda Guerra Mundial, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), diversas organizações internacionais de direitos humanos têm combatido o *hate speech*, lastreando-se em instrumentos internacionais mais específicos para o assunto. Nesse sentido, destacam-se o Pacto Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, adotada pela Resolução n.º 2.106-A da Assembleia das Nações Unidas, em 21 de dezembro de 1965. Esta última Convenção estabelece o compromisso dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos com a erradicação completa e incondicional de todas as modalidades de discriminação e intolerância. Contudo, a mesma ainda não foi ratificada pelo Brasil. Ela oferece parâmetros para uma definição jurídica de discurso do ódio, a proteção da igualdade material, da dignidade humana e do princípio da não discriminação. A importância dessa legislação internacional para o âmbito interno deriva do controle de convencionalidade e da necessidade do diálogo entre as jurisdições (PIOVESAN, 2013).

Neste sentir, diversos tratados internacionais, como a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, a Declaração Universal de Direitos Humanos, a Resolução 59 da Assembleia Geral das Nações Unidas e a Resolução 104, adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (UNESCO), consagraram o direito à liberdade de expressão como fundamental, mas que deve ser limitado a fim de evitar a chamada Cultura do Ódio.

O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), à título de exemplo, em seu art. 19 determina responsabilidades no exercício da liberdade de expressão e impõe restrições em casos que afetem a reputação de terceiros, a segurança nacional de países, a ordem, a saúde e a moral pública.

Já o Pacto de San José da Costa Rica diz em seu art. 13, diz que não haverá censura prévia (com exceção daquela com o objetivo de proteção moral de crianças e adolescentes no acesso a espetáculos públicos), mas impõe a responsabilização posterior do autor no exercício da liberdade de expressão.

Ambos os tratados trazem também a obrigação de a lei proibir a propaganda em favor da guerra e a apologia do ódio nacional, radical, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência. Indubitavelmente, compreende-se que os discursos de ódio devem ser reprimidos para o bem social, assim buscando promover a pacificação ao invés dos discursos violentos e agressores, que são disseminados constantemente na sociedade atual. Desta forma, incumbe à sociedade a contribuição da proteção dos Direitos Humanos e o combate a tais discursos e incitações. Em sentido próximo, Potiguar (2012) explica o discurso do ódio como uma prática discursiva do desrespeito:

A existência de um procedimento democrático que propicie o debate entre diferentes visões acerca do mundo e a obtenção de um determinado entendimento, que se sabe precário, contingente e passível de futura modificação, que ocasione uma ação voltada ao entendimento mútuo, é o que permite que diferentes coassociados sob o direito sejam, ao mesmo tempo, seus atores e destinatários. São esses procedimentos e não seus conteúdos que asseguram a legitimidade, por garantirem a participação no jogo democrático e possibilitam a transformação desse poder comunicativo, oriundo da esfera pública e civil, em um poder administrativo por meio da passagem por filtros legislativos institucionalizados. (POTIGUAR, 2012, p. 160).

É também nesse sentido que o próprio resultado do discurso do ódio não se coaduna com o ideal democrático de proporcionar a todos a possibilidade de exprimir

suas opiniões. Pois, ele resulta em um efeito sancionador tanto para a vítima, que se vê física e psicologicamente abalada, quanto para o agente que reverbera um preconceito por meio de uma falsa compreensão do termo liberdade de expressão, dado que esta conduta é considerada criminosa.

Como já foi dito, a proteção da liberdade de expressão está diretamente associada à garantia da dignidade da pessoa humana e da democracia. Ocorre que as relações sociais, o ambiente democrático e o contexto multicultural impõem contornos ao direito de expressão que, da mesma forma que os demais, conhece restrições. Nesse escopo, não é permitido se valer do manto da liberdade de expressão para assim, exteriorizar conteúdos discriminatórios ou discursos do ódio, sob a pretensa afirmação de que se trata de liberdade de expressão.

O exercício abusivo da liberdade de expressão é potencializado com a generalização do acesso à internet que permite às pessoas assumirem uma posição ativa na relação comunicacional ao saírem da posição de receptores da informação e passarem à posição de criadores de conteúdo, o qual pode ser divulgado de maneira instantânea, sobretudo nas mídias sociais como facebook, twitter e instagram, com acentuada velocidade de propagação e uma aparente possibilidade de anonimato. Com isso, os discursos discriminatórios (hate speech) ganharam sua versão cibernética e, nesse contexto, a reflexão prática a respeito dos limites da liberdade de expressão em razão da veiculação de mensagens preconceituosas que atingem as pessoas e os grupos vulneráveis também precisa ser feita. (STROPPIA; ROTHENBURG, 2015, p. 23).

No Brasil, a proibição explícita do discurso de ódio é encontrada no bojo da Lei 7.716/89 e no art. 5º, inciso XLII da CF/88, os quais criminalizam o racismo, sendo crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão. Para situações semelhantes, o Código Penal brasileiro pode ser aplicado, visto que essas ocorrências podem ser tipificadas e como crimes contra a honra (injúria, difamação e calúnia), artigos 138, 139 e 140, respectivamente.

Outro grande marco para a jurisprudência nacional no que concerne o discurso de ódio foi o caso Ellwanger, discutido no habeas corpus 82.424/RS, neste exemplo houve propagação de discurso de ódio antissemita, racista e discriminatório., Na medida

em que o escritor Siegfried Ellwanger Castan procurou incitar e induzir à discriminação racial, semeando em seus leitores os sentimentos de ódio, desprezo e preconceito contra o povo de origem judaica.

Ainda sobre o tema, o ministro Celso de Mello, durante uma entrevista ao Jornal UOL, pontuou alguns limites à a liberdade de expressão e ao discurso do ódio:

O repúdio ao ‘*hate speech*’ traduz, na realidade, decorrência de nosso sistema constitucional, que reflete a repulsa ao ódio étnico estabelecida no próprio Pacto de São José da Costa Rica. (...) Evidente, desse modo, que a liberdade de expressão não assume caráter absoluto em nosso sistema jurídico, consideradas, sob tal perspectiva, as cláusulas inscritas tanto em nossa própria Constituição quanto na Convenção Americana de Direitos Humanos. [...] Há limites que conformam o exercício do direito livre à manifestação do pensamento, eis que a nossa Carta Política, ao contemplar determinados valores, quis protegê-los de modo amplo, em ordem a impedir, por exemplo, discriminações atentatórias aos direitos e liberdades fundamentais (CF, art.5º, XLI), a prática do racismo (CF, art. 5º, XLII) e a ação de grupos armados (civis ou militares) contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (CF, art. 5º, XLIV). (informação verbal)⁴⁶,

Ademais, no caso da homofobia, o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados (PLC) 122/2006, atualmente arquivado no Congresso, propunha a criminalização dos preconceitos motivados pela orientação sexual e pela identidade de gênero, equiparando-os aos demais preconceitos que já são objeto da Lei 7.716/89.

Todavia, ao passo que o Direito caminha no sentido de salvaguardar a dignidade do ser humano, cresce, a cultura do ódio, sobretudo nas plataformas digitais. Levantamento inédito realizado pelo projeto *Comunica que Muda*, iniciativa da Agência Nova/SB⁴⁷, mostra em números, a intolerância do internauta brasileiro. Entre abril e junho de 2017, um algoritmo vasculhou plataformas como Facebook, Twitter e

⁴⁶ Jornal UOL. Entrevista com o Ministro Celso de Mello. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/opniao/coluna/2015/04/23/discurso-de-odio-e-o-limite-da-liberdade-de-expressao.htm?mobile>, acesso em: 20 de julho de 2018.

⁴⁷ Projeto Comunica que Muda. Disponível <https://www.novasb.com.br/inovacao/cqm/> Acesso em 26/07/2018

Instagram, atrás de mensagens e textos sobre temas sensíveis, como racismo, posicionamento político e homofobia. Foram identificadas 393.284 menções, sendo 84% delas com abordagem negativa, de exposição do preconceito e da discriminação.

Um dado que chama a atenção na pesquisa em conteúdo, foi o número de mensagens de ódio direcionadas às mulheres. Ao todo, foram coletadas 49.544 citações que abordavam as desigualdades de gênero, sendo 88% delas com viés intolerante. Assédio, pornografia de vingança, incitação ao estupro e outras violências são, por vezes, travestidos de “piadas” que são curtidas e compartilhadas, reforçando no ambiente virtual o machismo presente na sociedade.

Foi nesse cenário, que o crime de feminicídio foi editado, modificando o antigo rol de crimes contra a pessoa, no art. 121, § 2º, inciso VI do Código Penal. Ele é caracterizado como crime praticado contra a mulher por razões que envolvam essa condição, como a misoginia.

É assustador o número de internautas imbuídos da falsa crença de que todos os seus atos serão protegidos por uma tela de computador, sem efeitos legais. Essa espécie de pensamento fomenta a emanção de comentários odiosos nas redes sociais, sob a premissa de exercício regular do direito de liberdade de expressão.

Com base nesses argumentos, infere-se que a Internet potencializa os efeitos nefastos do discurso do ódio sobre suas vítimas, haja vista ser corrente a exposição desinibida de suas opiniões pelos usuários. Nestes espaços virtuais, existe uma tendência em menoscar a dignidade do outro, a tolerância e o respeito à alteridade. Com isso, “eventuais lesões a direitos fundamentais na internet tendem a ser mais graves, diante do amplo leque de destinatários da informação e do prolongado tempo de exposição no ambiente cibernético” (SILVA; DETONI, 2016, p. 612).

Nesse sentir, Manuel Castells (1999, p. 221) pontua que “as comunidades virtuais são mais fortes do que os observadores em geral acreditam. [...] De fato, a comunicação online incentiva discussões desinibidas, permitindo assim a sinceridade [...]”.

No entanto, vigora no ordenamento jurídico pátrio o entendimento de que as práticas odiosas serão igualmente punidas pela legislação, semelhante ao que ocorre com aquelas praticadas fora da rede de computadores. Para tanto, o Direito busca evoluir, no sentido de poder identificar todo aquele que infringir o direito de terceiros, dando fim ao anonimato, que anteriormente reinava nas redes sociais.

Pertinente ao assunto, há aqueles que defendem a liberdade de expressão absoluta, pois acreditam que isso levaria à evolução gradual do pensamento. Contudo, essas posições não parecem sensíveis às agressões e ofensas, que estimulam o preconceito, a discriminação e o aniquilamento do outro. Isto porque, o debate franco e democrático somente é possível no contexto social, quando verificado o respeito aos grupos, inclusive os politicamente minoritários.

Nesse sentido, não se desconhece as posições de ilustres filósofos, como Ronald Dworkin (1996 apud SILVA; 2015, p. 55), para quem a não admissão das manifestações de ódio levariam à volta da censura, de modo que qualquer controle do governo sobre a expressão de ódio seria paternalista. Para Dworkin, a liberdade de expressão deve ser estendida a todos sem distinção, cabendo aos indivíduos, como agentes morais responsáveis, formar suas opiniões. Porém, em uma sociedade em que o discurso do ódio possa ser admitido, minorias podem sentir-se constrangidas de ir à escola, caso não se trate de uma escola segregada, de falar em público ou até mesmo andar nas ruas. Por conseguinte, ao invés de assegurar espaços públicos e democráticos de discussão, o discurso do ódio obsta às suas vítimas o acesso a tais espaços, inclusive os cibernéticos.

A par dessas informações, embora a liberdade de expressão seja assegurada constitucionalmente, é preciso estar atento aos desvios e abusos de sua finalidade. Pois, o que se tem visto nas redes sociais é um aumento deliberado de manifestações preconceituosas e discriminatórias, superandos os limites da liberdade de expressão e se materializando, comprovadamente, no discurso do ódio. Com isso, constata-se nas manifestações odiosas a colisão de direitos fundamentais, devendo a liberdade de expressão perder espaço para os direitos fundamentais relacionados à dignidade da pessoa humana. (SILVA; CARVALHO, 2017)

A manifestação de discursos de ódio e intolerância a uma pessoa ou a um determinado grupo de pessoas, apresenta-se incompatível com o respeito à dignidade da pessoa humana. Expressões de ódio tendem a diminuir a dignidade da pessoa, impossibilitando-a, inclusive, de participar de determinadas atividades e do debate público (MEYER-PFLUG, 2009, p. 98)

Isto posto, conclui-se que, em tempos de intolerância, o Discurso do Ódio - disseminado sobre o manto da liberdade de expressão - necessita ser ferrenhamente combatido pelo crescente arcabouço legal. Além das ferramentas legais a educação é um importante parceiro nessa luta.

2.3.3 Limites à Liberdade de Reunião

Na Constituição de 1967/1969, no parágrafo 27 do artigo 153, era permitido que o legislador atribuísse ao Poder Executivo a faculdade de designar lugares em que o direito de reunião seria admitido. No entanto, atualmente, a Constituição de 1988 não repete tal possibilidade de restrição, tendo em vista que o Estado Democrático, fundamento da Constituição de 1988 previsto no artigo 1º da CRFB, assegura a ideia, do Direito de Reunião no artigo 5º inciso XVI agregado ao princípio da democracia participativa previsto nos artigos 1º, parágrafo único e artigo 14 da CRFB. Assim, todo logradouro público pode ser, em princípio, um lugar não somente de trânsito, mas também de participação, de protesto e de manifestação.

A já citada lei 1207/1950, em seu art. 3º atribuía à autoridade do Distrito Federal e das cidades, "[...] ao começo de cada ano, fixar as praças destinadas a comícios". No entanto, Gilmar Ferreira Mendes entende que esse artigo está revogado, conforme trecho colacionado, abaixo:

Está revogado, assim, o art. 3º da Lei n. 1.207/50, que atribuía à autoridade de maior categoria do Distrito Federal e das cidades, "ao começo de cada ano, fixar as praças destinadas a comícios". (MENDES, 2009, p 441).

Por conta disso, aborda-se-á no item 2.3.3.1 o julgamento da ADI 1969 no Supremo Tribunal Federal. Em seguida, será tratada a questão da restrição do Direito de Reunião com o uso de Máscaras pelos participantes, no item 2.3.3.2. Adiante será discutida a questão da suspensão da Liberdade de Reunião com a decretação de Estado de Sítio ou a decretação do Estado de Defesa, no item 2.3.3.3 e, por fim, será efetuado um debate pertinente a concorrência e colisão de direitos fundamentais e o exercício da Liberdade de Reunião, no item 2.3.3.4

2.3.3.1 A ADI 1969 e a Liberdade de Reunião (limitação espacial)

No Supremo Tribunal Federal existe duas decisões sobre à limitação espacial de protestos, marchas e comícios, a decisão cautelar e a de mérito na ADI 1969⁴⁸.

Em junho de 2007, o Supremo Tribunal Federal analisou o decreto do Poder Executivo do Distrito Federal que proibiu a realização de manifestações públicas com a utilização de meios sonoros (carros, aparelhos de som, etc.) na Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios, Praça do Buriti e adjacências.

Na ocasião do enfrentamento da cautelar, em 24/03/1999, o Supremo, por unanimidade votou pela inconstitucionalidade do fustigado Decreto. Nesta oportunidade, o Relator Marco Aurélio reconheceu o art. 5º, XVI da Carta Magna, como auto- aplicável, não cabendo mitigações, sem prejuízo do poder de polícia limitado ao recebimento de prévia comunicação.

Destaque-se que esse prévio comunicado em nada significa autorização para a sua ocorrência, mas apenas um modo das autoridades competentes organizarem o exercício de tal direito. Essa pontualidade da legislação tem a intenção de assegurar outros direitos igualmente protegidos pela Constituição Federal. Um exemplo da sua aplicabilidade é o direcionamento do fluxo de pessoas e das vias públicas, para que se mantenha incólume o direito de ir e vir dos demais cidadãos que não são adeptos à reunião.

Em seu voto, o relator considerou que a liberdade de manifestação está intimamente ligada à liberdade de reunião, sendo uma faculdade constitucional assegurada a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país. Por conseguinte, vedado aos agentes estatais, sob pena de responsabilização criminal, intervir, restringir, cercear ou dissolver reunião pacífica, sem armas, convocadas para fins lícitos.

Na fundamentação, pontou que é dever do Estado assegurar o livre exercício desse direito, protegendo, os indivíduos participantes daqueles que são contrários à reunião. Também destacou, que o direito de reunião dispensa licença, permitindo o protesto, a crítica e a manifestação de ideias e pensamento, posto que instrumento do direito de liberdade dentro de um Estado Moderno. Por fim, mencionou, que o poder de polícia nunca pode atuar de forma preventiva, mas sim para conter possíveis excessos na concretização desse direito de reunião, poder que deve ser guiado pela proporcionalidade.

⁴⁸ STF. ADI 1969 Disponível em <
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=484308>> Acesso em 23/10/2018

Em 2007, o Supremo voltou a discutir o tema, enfrentando o mérito da mencionada ADI. Nesta ocasião, a composição do STF estava alterada, contava com um novo relator o ministro Ricardo Lewandowski. Este, em seu voto, reconheceu a liberdade de reunião como fundamento da democracia, com origem na luta contra o absolutismo do séc. XVIII, presente na Declaração de Direitos do Estado da Virgínia (1776), na Constituição Francesa (1791), na Declaração de Direitos do Homem (1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1996).

No novo julgado, o caráter instrumental da liberdade de reunião ganhou destaque. Pois, segundo a Corte, esse direito assegura uma das mais importantes liberdades individuais. Em seu voto, tomando por base Konrad Hesse, o relator mencionou a íntima relação entre o direito de reunião e a liberdade de expressão. Negou o caráter absoluto do direito de reunião e apoiou-se em Canotilho, para estabelecer que existem restrições constitucionais diretas e imediatas, traçadas pela própria Magna Carta. Além daquelas estabelecidas em lei, mediante autorização constitucional expressa, e as decorrentes da resolução de conflitos entre direitos contrapostos.

Referente ao último ponto, resgatou o voto do Ministro Nelson Jobim, quando este analisou a cautelar, exemplificando como razoável a limitação do uso de carros e aparelhos sonoros nas imediações de um hospital, pois o choque entre o direito de reunião e o direito dos pacientes resultaria na predominância do segundo.

Mencione-se por fim, que a decisão mais recente da Suprema Corte, a que apreciou o mérito, foi, de maneira unânime pela inconstitucionalidade da restrição veiculada no decreto emanado pelo Poder Executivo do Distrito Federal. Nesse sentido, o STF buscou assegurar o direito de reunião, mas pontuando que não há direito absoluto, quando se fala em direitos fundamentais.

2.3.3.2 Restrição do Direito de Reunião por conta do uso de Máscaras pelos participantes e a Tática Black Bloc

O artigo 5º, inciso XVI da CRFB é considerado uma norma de eficácia contida, ou seja, norma constitucional que mesmo sendo de aplicação imediata, o constituinte prevê, expressamente, a possibilidade de subtração de parte desse direito, através de lei, que diminua o seu alcance constitucional. Com base nisso, é legítimo a proibição ao uso

de máscaras no exercício da liberdade de reunião? Vedação nesse sentido, está em sintonia com os aspectos do artigo 5º da Constituição Federal ou extrapola a vontade do constituinte originário?

Esses questionamentos remetem o leitor, às manifestações ocorridas no Brasil em 2013. Em que pese o sensacionalismo, presente nas notícias vinculadas aos movimentos sociais que se sucederam no Brasil em 2013. A tática *blackbloc* ganhou popularidade em terras nacionais. Ela surge na Alemanha, nos anos 80, quando jovens militantes ocuparam imóveis vazios, transformando-os em moradia coletiva ou em centros autônomos de protestos em oposição à ordem capitalista, através da resistência e proteção a tais locais.

Assim, *blackbloc* refere-se a um método adotado por grupos não-verticalizados, potencializados pela comunicação em rede sem fio. Caracterizam-se por ativistas mascarados e vestidos de preto (dificultando a identificação), dispostos a resistir e enfrentar a polícia.

Segundo Dupuis-Déri, é uma “forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato, graças, em parte, às máscaras e roupas pretas.” (DUPUIS- DÉRI, 2014, p. 10). Os adeptos de tal método, formados por grupos de afinidade, agem em base igualitária e sem posições de autoridade, onde essa estratégia se fortalece em movimentos mais amplos, que, por conseguinte, englobam várias táticas. Nestes casos, os movimentos possuem objetivos comuns, porém sem um fim em si mesmo.

A possibilidade de participação de qualquer cidadão nessas mobilizações políticas, sem qualquer vínculo prévio, faz com que isso possa ser visualizado como uma potencial porta aberta para política. Atraindo jovens, alerta o escritor que, em que pese, ter a característica de resistir contra a violência ao invés de promovê-la, não se pode esperar desses ativistas, estratégias ou ações ordenadas, isto porque, o seu principal objetivo é chamar atenção para um desconforto social de acirramento das desigualdades sociais em todo o mundo. (DUPUIS-DÉRI, 2014)

Muito embora o *blackbloc* utilize, eventualmente, força em suas manifestações, é muito comum que esses grupos sejam taxados como amantes da violência, ou ainda, de antagonistas dos pleitos dos trabalhadores e de antidemocráticos. Percebe-se que, a presença do *blackbloc* nesses movimentos, fortalecem a construção de identidades anarquistas para estas aglomerações. Dado que, na opinião de Dupuis-Déri (2014) eles

buscam enfatizara violência em detrimento das demandas dos movimentos sociais pacíficos.

Dito isso, deve-se compreender que o uso de máscaras por participantes, no exercício do direito de reunião, pode se tratar de uma forma de manifestação artística, religiosa, cultural, política ou de outra natureza, inerente ao próprio tema dessas reuniões. Nestas situações é preciso que não seja identificado, ofensa a outros direitos fundamentais, quaisquer restrições, seja por lei ou por ato administrativo ou judicial serão compreendidas como inconstitucionais.

Por outro lado, participantes de reuniões que utilizem máscaras para manter o seu anonimato e se sentirem livres à prática de atos ilícitos, devem sofrer intervenção policial para serem contidos e retirados dos movimentos sociais. Essas medidas policiais preventivas, não devem ser capazes de encerrar as manifestações. Nesse sentido, salienta o trecho do livro *Curso de Direito Constitucional*, do Professor Manoel Jorge e Silva Neto, conforme segue:

Indivíduos que praticam atos ilícitos, escondendo-se atrás de máscaras, devem ser contidos por força policial, não por lei editada a pretexto de disciplinar o exercício do direito de reunião, cujas restrições são exclusivamente as firmadas no art.5º, XIV/CF. (SILVA NETO,2018, p. 827).

Nessa esteira, a edição de lei prévia e genérica, com o intuito de regulamentar o exercício da Liberdade de Reunião, que impeça a utilização de máscaras no exercício da liberdade de reunião, deve ser tida como inconstitucional e obstada desde sua deliberação, uma vez que a norma do artigo 5º inciso XVI da CRFB de 1988, é uma norma de eficácia plena e não admite nenhuma lei que restrinja ou crie mais alguma restrição, além das presentes no próprio texto constitucional, somente no caso concreto, por conta do conflito de direitos fundamentais, poderá ser obstado tal direito de Reunião.

2.3.3.3 Suspensão ou Restrição da Liberdade de Reunião com a decretação de Estado de Sítio ou a decretação do Estado de Defesa

Os artigos 136, parágrafo 1º, inciso I da CRFB e 137, I combinado com o artigo 139, inciso IV, ambos da CRFB preveem, respectivamente, o estado de defesa e o estado de sítio. Nesses dispositivos admite-se, em casos excepcionais, a restrição ao direito de reunião - nos casos de decretação de estado de defesa, e a suspensão do direito de reunião - nos casos de decretação de estado de sítio.

Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

§ 1º O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

I - Restrições aos direitos de:

a) reunião, ainda que exercida no seio das associações;

Art. 137. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:

I - Comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;

Art. 139. Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas:

IV - Suspensão da liberdade de reunião;

2.3.3.4 Concorrência e colisão de direitos fundamentais e o exercício da Liberdade de Reunião

Semelhante ao que ocorre nos demais direitos fundamentais, a colisão e concorrência entre os direitos discutidos nos tópicos anteriores, leva à restrições desses

direitos um pelo outro, de forma a serem compatibilizados. Não obstante o caráter relativo do direito de reunião, deve-se atentar, como preconiza Gilmar Ferreira Mendes (2009, p. 442), que no Direito de Reunião, a manifestação do pensamento ocorre de forma coletiva e necessita de comportamentos materiais dos participantes, tais como posturas corporais.

Dessa forma, nem toda restrição feita à Liberdade de Reunião pode ser considerada como uma restrição à Liberdade de Expressão, por conta disso, a proteção à segunda seria mais ampla que a proteção à primeira. Pois, a conduta que está presente no comportamento que instrumentaliza o direito de reunião tem mais chances de colisão com outros bens jurídicos protegidos. Em sentido semelhante, exemplifica Gilmar Ferreira Mendes, citando a Jurisprudência Estadunidense, na colação que segue:

Nos Estados Unidos, essa realidade levou a Suprema Corte a distinguir restrições inadmissíveis — as que recaem sobre o conteúdo da mensagem que se pretende divulgar e, portanto, sobre a liberdade de expressão — de restrições que podem ser admitidas — incidentes sobre o modo de expressão, ao tempo e ao lugar.(MENDES, 2009, p 443).

A questão da concorrência de direitos é identificada no direito de reunião, dado que seu gozo está atrelado a outros direitos fundamentais, como a liberdade de manifestação do pensamento, à inviolabilidade de domicílio, à liberdade de locomoção, entre outros. Pertinente a esse aspecto, salienta Manoel Jorge e Silva Neto (2018) que a inevitável concorrência de direitos, decorrente das reuniões, conduz à colisão de direitos fundamentais. Sendo assim, Gilmar Mendes, citando Gavara de Cara, enfatiza a possibilidade de restrição do Direito de Reunião com base na concorrência, que:

[...]para efeito de segurança pública, não é indiferente o número de participantes, de tal modo que nem sempre e nem em qualquer lugar se tem o direito a realizar reunido com outros aquilo que se pode realizar de forma solitária. (MENDES, 2009, p. 443).

Nessa mesma linha, em relação à restrição da liberdade de reunião por conta da ofensa direta a outras liberdades correlatas, Manoel Jorge e Silva entende pela dessa

liberdade, usando como exemplo a proibição do exercício do direito de reunião em vias públicas essenciais à circulação das pessoas.

Logo, a cidade inteira não deve e nem pode sofrer os efeitos de manifestação consumada por categoria profissional que defenda a proteção de interesses meramente corporativos. (Silva Neto, 2018, p. 827).

O citado autor, considera que esses locais não integram o núcleo essencial da liberdade de reunião, devendo, nesses casos, o direito ser compatibilizado com outros interesses. Pois, o nível de incomodo causado à coletividade em geral, deve ser balizado pela natureza do interesse que originou a reunião.

CAPÍTULO 3

3. A Eficácia dos Movimentos Sociais Brasileiros, deflagrados em Rede

Como dito em outra ocasião, Castells (2017) identifica que para se conseguir estimular multidões é preciso uma motivação poderosa, de uma força mobilizadora. Nessa esteira, ele identifica, como já denuncia o título da obra a necessidade de Indignação e da Esperança, que devem estar presentes para conseguir movimentar multidões.

A Indignação, segundo o autor, estimula que se assumam riscos sem temor em relação a fatores como o abuso policial, a fome e o desemprego. Ao passo que a Esperança, outra emoção poderosa, se materializa na crença por mudança e na possibilidade, apesar dos riscos, de se obtê-la. Exemplos que materializam esses dois elementos são os movimentos sociais, ainda que não deflagrados pela internet. (CASTELLS, 2017).

No entanto, com base nas ideias do estudioso, é possível inferir, que os protestos convocados por meio das redes sociais e de comunicação por indivíduos, na maioria das vezes, sem filiação partidária têm uma característica em comum. Todos apresentam como motivação a indignação com a situação política, econômica ou social que afligiam os manifestantes. As mobilizações iniciadas nas redes sociais em forma de protestos sociais de cunho político foram, na sua essência e em geral, motivadas por vontade de mudanças. Alinhado a esse entendimento, Carneiro enfatiza que a vontade de mudanças tem como motivação a paixão e a esperança:

Surge um novo momento da política global em que a voz das ruas passou a ocupar o cenário, deslocando velhos aparatos políticos e questionando a ordem do capitalismo financeiro, em textos escritos no calor dos acontecimentos e imbuídos não só da lucidez da crítica, mas também da paixão do engajamento e da esperança. (CARNEIRO, 2012, p. 10).

As demandas surgem a partir de necessidades fundamentais, porque a partir delas busca-se oferecer respostas. Quando um grupo de pessoas, convencidas de que nem o Estado, nem os partidos políticos ou grupos oligárquicos estão abordando satisfatoriamente suas reivindicações, organizam uma ação coletiva e suscitam a adesão de um grupo numeroso de ativistas, com a finalidade de atrair a atenção dos poderes públicos. Esses grupos, normalmente, são denominados de movimento social.

Pode-se entender movimento social como uma rede interativa de indivíduos, grupos e organizações, que direcionando suas demandas à sociedade civil e às autoridades, intervêm com relativa continuidade no processo de mudanças sociais, mediante o uso prevalecente de formas não convencionais de participação. Dito de outra maneira, trata-se de um conjunto de redes de interação informais, entre uma pluralidade

de indivíduos, grupos e organizações comprometidas com conflitos de natureza política, cultural ou social, sobre a base de uma específica identidade coletiva.

Os movimentos sociais são redes mobilizadas de indivíduos, grupos e organizações, com uma identidade coletiva desenvolvida, que perseguem objetivos cujo êxito tem consequências para toda a sociedade e não somente para o grupo portador da reivindicação ou o conjunto de reivindicações. Essas características podem ser sentidas em algumas manifestações sociais que se sucederam em terras nacionais, tais como: o caso do aumento das passagens de transporte público, que gerou o Movimento e 2013 e o caso do aumento do Diesel no movimento de 2018, este último afetava não só caminhoneiros mas a população, de uma forma em geral. Percebe-se, nos dois contextos apresentados, que de alguma maneira o debate político versava sobre transporte público e meios necessários para as demais formas de locomoção, como a gasolina ou diesel. O deslocamento de qualidade e a custo reduzido, corolário do direito de ir e vir, foi o grande plano de fundo das manifestações experimentadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas.

As organizações e grupos, incluídos aqueles criados em redes sociais na internet, configuram formas emergentes de movimentos sociais. Elas atuam no âmbito da solidariedade, com os setores menos favorecidos ou excluídos da sociedade. Dessa maneira, são grupos que buscam a melhoria das condições econômicas ou de segurança pública, que tem perturbado a sociedade como um todo, especialmente os mais pobres.

Essas redes mobilizadas de indivíduos, através da internet, que obtiveram relativo sucesso em suas mobilizações, apresentam uma característica singular, segundo Castells (2017), o fato de não possuírem uma liderança, em geral, de forma que cada um representa a si mesmo, tal como um modelo implícito de democracia direta, porque são baseadas em redes horizontais de comunicação multidirecional e interativa.

A ausência de uma liderança formal origina um ambiente de auto-organização, que pode explicar o sucesso desses movimentos sociais alavancados pela Internet. A experiência brasileira, demonstrou que a presença de uma liderança cria protagonismos e possibilita a dissipação do movimento.

Um problema identificado com a presença de líderes em movimentos sociais deflagrados através dos meios digitais, é a sua impossibilidade, pois a internet é um ambiente onde muitas vezes não se consegue definir uma localidade específica e nem uma temporalidade conhecida. Porém, essa indeterminação, pode ocasionar o surgimento de pseudo-líderes, muitas vezes direcionando a pauta para seus interesses ou

até mesmo desvirtuando e acrescentando itens as reivindicações originais do movimento.

Isso, pode favorecer o comportamento de manada, no qual esquerda e direita acabam reivindicando a autoria do movimento. A partir disso, o movimento se enfraquece, muitas vezes alimentado pelo discurso do ódio e, ao final, acaba não obtendo nenhum ou quase nenhum resultado prático.

Segundo Castells (2017), com a ausência de líderes nos movimentos sociais da internet, ou com a horizontalidade das redes, ocorre, cooperação e solidariedade entre os participantes. A ausência de porta-vozes e de líderes, por sua vez, dificulta a paralização desses movimentos por parte do Estado, seja através da perseguição, seja através da captura dos agentes.

Da mesma forma, o sucesso desses movimentos sociais deflagrados pelas redes sociais da internet, está atrelado, a temática do movimento. Castells (2017), identifica que raramente esses movimentos, em especial os de sucesso, são programáticos e dedicam-se a um único tema, salvo quando se concentram num ponto único.

Em função dos elementos descritos, o tema de movimentos sociais sociais aproxima-se da desobediência civil. Na opinião de Costa Matos (2016, p.49), o pensamento político-jurídico tradicional irá descrevê-la como “[...] uma política individual ou coletiva que, mediante *ação organizada, consciente e não violenta*, contesta a validade de aspectos específicos do direito vigente.” Logo, a mesma não diz respeito a uma simples revolta ou feroz negativa para o cumprimento das normas jurídicas. Em suma, a desobediência civil busca transformar a sociedade e o direito, sem fazer uso dos meios jurídico institucionais (voto, referendo, plebiscito, etc).

Antes de prosseguir na análise, é necessário pontuar que a desobediência civil não deve ser confundida com a anarquia, que foi abordada durante a exposição sobre os *blackblocs*. Pois, a primeira não prega ausência de ordem jurídica e não objetiva a transformação total do Direito e do Estado (COSTA MATOS, 2016). Como discutido, as mobilizações brasileiras buscaram exigir direitos já consagrados no texto constitucional e não a supressão do sistema jurídico ou sua completa alteração. Tratou-se de movimentos reivindicatórios,

A questão da desobediência civil, para alguns autores, poderia ter sido identificada a partir da tragédia grega de Sófocles (Antígona), ou ainda, no suicídio de Sócrates. O esboço desse direito é identificado no artigo 2º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) ao afirmar, que o fim de toda associação é assegurar os

direitos naturais e imprescindíveis do homem. Compõe o rol desses direitos, a liberdade, a propriedade, segurança e a *resistência à opressão* (COSTA MATOS, 2016). Assim, a resiliência enfrentada pela sociedade durante as mobilizações assemelha-se as tentativas de resistências as opressões sociais no Brasil.

Segundo Costa Matos (2016), nos idos das décadas de 50 e 60, em detrimento do movimento negro nos EUA, edifica-se uma tradição liberal na interpretação da desobediência civil, com expoentes como: Walzer e Rawls. Estes entendiam a matéria como

[...] uma forma de protesto individual ou coletiva, de tendência não violenta, mas ilegal, que busca fazer pressão política para que sejam modificadas as decisões ou normas tidas por injustas, seja, porque são contrárias aos princípios superiores do ordenamento jurídico que integram, seja porque são atentatórias à consciência social de justiça.(COSTA MATOS, 2016, p. 51).

Como se percebe, apesar da importância dessa vertente interpretativa, ela auxilia no esvaziamento do sentido constitucional da desobediência civil, pois a confunde com um protesto ou medida de fazer pressão política. Essa corrente crê na negociação das reivindicações com o Estado.

Existe também, aqueles pensadores que se alinham a uma tradição constitucionalista, seus principais adeptos são: Arendt, Habermas e Dworkin. Estes compreendem a desobediência civil “[...] como um mecanismo jurídico-constitucional de proteção das garantias e direitos fundamentais, estando inscrita no corpo principiológico e valorativo dos Estados verdadeiramente republicanos. (COSTA MATOS, 2016, p. 52). Para fins informativos, vale recordar que as Constituições de alguns Estados, como a Alemanha e Portugal, informam expressamente em seus textos, ferramentas de resistência, que podem ser compreendidas como modalidades de desobediência civil.

Nesse horizonte de entendimento, os movimentos sociais atuam atualizando o conteúdo dos Estados Democráticos e buscando eliminar a inércia institucional. Ou seja, diante das situações de abusos legislativos, que podem ser visualizados na frenética alteração legislativa ou nos excessos de emendas à Constituição, as mobilizações sociais atuam tentando desobstruir as transformações constitucionais almejadas pelo constituinte originário. São agitações sociais questionadoras, que negam algumas interpretações jurídicas, normas específicas e decisões políticas-administrativas.

Logo, essas práticas configuram uma postura legítima frente ao constitucionalismo brasileiro. São verdadeiros canais de comunicação, dispostos a promover a integração da sociedade ao Estado. Desse modo, são atitudes políticas que sucedem dentro do marco regulatório dos Estados Democráticos de Direito.

No entanto, ela só pode ser admitida enquanto ação coletiva dos cidadãos e não se confunde com uma desobediência criminal, pois seus fins são legítimos e apresenta como traço, a não-violência. Sua finalidade é a autocorreção do sistema. (COSTA MATOS, 2016).

Apesar dessa digressão sobre o assunto, há autores que se filiam a uma noção mais radical do tema. A abordagem dessa posição, no presente trabalho, cumpre a tarefa de oferecer ao leitor uma antítese. Estes estudiosos compreendem, que a sociedade brasileira vive episódios contínuos de exceção. Enfatizam que o sistema jurídico-político não funciona na maioria dos casos. Dessa maneira, o manifestante não assume a prerrogativa de auxiliar na correção do sistema, mas é expressão de um poder constituinte. Vale destacar, que a desobediência civil não é a única forma de manifestação desse poder, talvez a mais importante. Ao lado dela, figuram as modalidades passivas (greve geral) e as ativas (insurgência, resistência armada e revolução) (COSTA MATOS, 2016).

Nas lições de Costa Matos (2016, p.73), as manifestações sociais, diga-se, a desobediência civil, estão relacionadas a um poder desinstituinte, que compreende uma “[...] fuga ou êxodo das formas institucionais pelas quais se expressa o poder político-econômico contemporâneo, traduzido em instituições como o Estado, os bancos e os mercados globais”. Ele pode ser definido sempre com conteúdo negativo, rejeitando o projeto político vigente. Para o seu sucesso é imprescindível, o caráter não violento, não hierárquico e não apropriante. (COSTA MATOS, 2016).

Pois bem, a eficácia desses movimentos sociais, do ponto de vista jurídico, inicialmente, é alimentada, pela indignação e esperança, identificadas por Castells. A indignação, nesses casos, surge da existência de normas programáticas, que não são observadas pelos poderes executivo e legislativo, em especial. Já a esperança surge da própria sistemática constitucional, que cria mecanismos para a deflagração desses movimentos sociais, tais como, o fundamento de que todo poder emana do povo, a liberdade de manifestação do pensamento, a liberdade de expressão, liberdade de reunião.

Essa eficácia está ligada diretamente às liberdades constitucionais, que, como dito nos capítulos precedentes, possuem eficácia imediata e plena. Com isso, os cidadãos, alimentados pela indignação, constroem a esperança de lutar, amparados pelo permissivo constitucional. No entanto, os efeitos jurídicos dessas mobilizações coletivas dependem da forma com que elas são arquitetadas e executadas. Pois, devem observar os limites e as restrições constitucionais desde o seu nascedouro.

Os diversos direitos fundamentais envolvidos nos movimentos sociais devem se compatibilizar e estarem alinhados ao sistema constitucional. Esse requisito é imprescindível para alcançarem a sua legitimidade e, portanto, sua eficácia.

Amparados na relatividade das liberdades de manifestação de pensamento, liberdade de expressão e liberdade de reunião, verifica-se que os movimentos sociais iniciados pelas redes, por um lado possuem eficácia jurídica limitada, dado que apresentam características que relativizam suas consequências jurídicas. No tocante aos fatores que lhes concedem eficácia jurídica, pode-se apontar: o Estado Democrático de Direito, previsto logo no artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Do ponto de vista das liberdades, o que constitucionalmente garante a eficácia das manifestações são os direitos gerais de liberdade. A faculdade do indivíduo expressar, decidir ou agir de acordo com a sua própria determinação, a partir de sua vontade, livre de interferências externas; observado os limites das normas definidoras de conduta e da própria sistemática constitucional.

Esses Direitos Gerais de Liberdade, no Brasil, estão ligados aos direitos fundamentais de primeira geração, direitos individuais e políticos, que surgem institucionalmente a partir Carta Magna. Próximo aos direitos gerais de liberdade está a liberdade de manifestação de pensamento, também conhecido como direito de opinião, que possui eficácia plena e imediata. Trata-se de um direito fundamental exercido de forma individual e, que contribui para fomentar os movimentos sociais, pela exposição de ideias dos indivíduos participantes.

Impende salientar, que em um Estado democrático de Direito, a opinião manifestada que tem consequências negativas ao expositor, frustra a própria democracia, salvo os limites discutidos no capítulo precedente. Desse modo, o direito de opinião é um instrumento à própria democracia. De acordo com Silva Neto (2018 p. 836), “onde não houver viabilidade de opiniões em confronto não há reverência ao regime democrático”.

Em seguida tem-se a liberdade de expressão, diretamente associada ao surgimento e ao desenrolar dos movimentos sociais. O constituinte alçou essa liberdade como uma extensão da liberdade de pensamento. Em função disso, ela configura a forma e os instrumentos utilizados para a manifestação da opinião.

A liberdade de expressão é necessária para a própria democracia e se manifesta através da possibilidade de debate sobre a coisa pública. Um eventual controle desses debates por parte do Estado, obstaria, de certa forma, a livre construção dos movimentos sociais e da participação política do cidadão.

Ainda acerca da eficácia jurídica dos movimentos sociais, tem-se a liberdade de reunião, como um instrumento para a Liberdade de manifestação do pensamento. A liberdade de reunião é prevista constitucionalmente como um direito fundamental de eficácia imediata e plena, e observados os elementos que a legitimam e, quaisquer movimentos sociais estarão protegidos constitucionalmente

O movimento social que respeite o caráter pacífico da reunião, sem armas, a precedência em relação à outras reuniões anteriormente convocadas, o aviso prévio, a pluralidade de participantes, o objetivo comum entre os participantes, a transitoriedade e , também, o elemento espacial do local onde é realizada a reunião, terão respaldo constitucional para alcançar a sua eficácia jurídica.

No caso brasileiro, no entanto, em relação aos movimentos de 2013 e 2018, a questão dos excessos foi observada em diversas manifestações, em especial, o excesso na liberdade de expressão e a não observância dos elementos da liberdade de reunião. Quanto ao excesso no uso da primeira liberdade, percebeu-se, por vezes, a propagação de informações discriminatórias que incitavam a violência. Isso restou demonstrado no movimento do passe livre de 2013, por meio de inúmeros discursos e comunicações, que circulavam pela internet e orquestravam a destruição de agências bancárias e patrimônios públicos. Nesse sentido, a não violência foi comprometida. Igualmente, no movimento dos caminhoneiros de 2018, percebeu-se o abuso no direito de liberdade de expressão, pela disseminação de determinados discursos, como aqueles que sugeriam atear fogo em carros e caminhões que ultrapassassem os bloqueios das estradas. Ou ainda, os que versavam sobre o fim da democracia e a volta da ditadura. Neste último caso, opõe-se ao próprio Estado Democrático de Direito que ampara o direito de reunião.

Com base nessas informações, infere-se que os elementos legitimadores da liberdade de reunião, no contexto dos s movimentos sociais deflagrados, no Brasil, pela

Internet em 2013 em 2018, foram, em alguns momentos, olvidados em determinadas manifestações. No desenrolar de ambos os movimentos, eles tornaram-se muitas vezes dispersos e sem conexão com a finalidade inicial da reunião. Além da presença de mascarados, que infiltrados nas mobilizações, comprometeram a continuidade legítima de reuniões convocadas previamente. Particularmente quanto a presença de manifestantes que se escondiam sob disfarces, é imperioso pontuar o conflito com o direito de propriedade, dado que entre as técnicas de resistência estavam o ataque a agências bancárias ou aos símbolos do capitalismo financeiro.

Os movimentos sociais convocados pela rede mundial de computadores, algumas vezes, estiveram acompanhados de violações aos direitos da personalidade. Não foi raro, durante as mesmas, figuras caricaturais, que beiravam ofensas à dignidade da pessoa humana. Eram investigados por crimes de corrupção vestidos de presidiários e figuras políticas femininas representadas em formato/posições, que atentavam a honra. Neste último exemplo, a liberdade de manifestação associava-se ao machismo. Também, houve casos de obstrução de vias públicas e perturbação de atividades essenciais, como: hospitais, universidades e outros.

Estas situações personificam violações à liberdade de manifestação, porque empregam o anonimato, buscando esquivar-se de eventuais consequências legais, como os *blackblocs*. Ou ainda, pela invocação de convicção ideológica, anarquismo, para eximir-se de obrigação legal, como: a não violência e o respeito à propriedade privada alheia. Entretanto, essas restrições ao direito de opinião não podem incutir nos indivíduos o temor pela manifestação, Silva Neto (2017) informa que esse direito possui dois valores: o da indiferença e o da exigência. Aquele, protege o participante pela garantia de neutralidade, assegurando-lhe que não receberá tratamento desfavorável pelo fato de reclamar direitos. Este, impõe ao Estado o respeito pelas opiniões manifestadas, impossibilitando que sejam direcionadas medidas incompatíveis com suas convicções.

Em detrimento do baixo grau de desenvolvimento do sentimento constitucional, característico do constitucionalismo tardio, o Brasil enfrenta uma crescente judicialização de questões afetas a liberdade de reunião. Sucede, dessa maneira, porque existe uma pobre experiência democrática, resultado de inúmeros fatores, especialmente os históricos, como o processo colonizatório (SILVA NETO, 2016).

O surgimento dos mascarados e a infiltração de representantes de partidos políticos frustraram reunião anteriormente convocada, cujo objetivos primordiais eram a

não violência e a insatisfação com o modelo representativo. Ressalta-se que nada impede o exercício desse direito por pessoas que se identifiquem com algum partido político, por exemplo. Entretanto, nos grandes centros urbanos, adverte Silva Neto (2018), o gozo do direito de reunião tem sido desproporcional, ocasionando efeitos negativos sobre toda a coletividade. É preciso passar pelo crivo da proporcionalidade.

CONCLUSÃO

O direito positivado, por decorrer de um lento processo, muitas vezes não consegue acompanhar o desenvolvimento, as ramificações das relações entre os sujeitos sociais. Desse modo, em vários países, a positivação das garantias fundamentais só se tornou possível a partir das reivindicações populares de determinados grupos. Esses eram, quase sempre, subjugados pelo poder estatal ou por setores opressores. Eles buscaram na luta social, a proteção da sua dignidade e a efetivação dos seus direitos

Nesse sentido, ao elucidar a função dos direitos humanos na defesa ostensiva dos grupos oprimidos, Flávia Piovesan (2013, p. 57) delimita algumas características desses direitos, os descrevendo como “o direito de proteção dos mais fracos e vulneráveis, cujos avanços em sua evolução histórica se têm devido em grande parte à mobilização da sociedade civil contra todos os tipos de dominação, exclusão e repressão”.

Os movimentos sociais e os direitos humanos, nutrem intrínseca relação. A efetivação dos direitos humanos é promovida quase sempre a partir das pressões dos movimentos sociais, dedicados ao combate às diferentes e as formas de discriminação e desigualdade social.

Dito isto, tem-se que os movimentos sociais têm um importante papel a ser exercido, tomando como base um novo conceito de planejamento público marcado pela participação popular, que vem desempenhando um papel fundamental para consolidação do Estado Democrático de Direito e, paralelamente, vem autorizados por ele.

O atual ambiente da internet, pode diminuir o distanciamento que existe entre os representantes e os representados, bem como a situação que se encontra a relação entre os partidos políticos e os eleitores, como também motivar o cidadão a posicionar-se acerca do debate, da gestão da coisa pública, superando a crise democrática decorrente do colapso da confiança na política.

Neste trabalho, restou identificado alguns dos elementos das teorias dos movimentos sociais, enquanto espaços de construção democrática e de cidadania, a partir dos referenciais teórico-metodológicos dos movimentos sociais deflagrados em redes sociais

Além disso, foi problematizado o conceito dos novos movimentos sociais para as organizações que surgem principalmente a partir de meados do século XX, no contexto de crise do chamado socialismo real. Buscou-se complementar os movimentos sociais clássicos, com o surgimento de novos processos identitários e de novas configurações.

No entanto, a experiência brasileira, por conta de fatores como a presença de pseudo-líderes nesses movimentos e a ampliação de pauta, sem vínculos com a ideia original desses movimentos, fez com que surgissem, no decorrer dos movimentos, agentes políticos que tendenciosamente buscam mais seus interesses, do que da própria rede mobilizada, do grupo ou da classe. Fatalmente, isso diferenciou os movimentos sociais brasileiros dos movimentos sociais de sucesso, que surgiram no mundo através de redes sociais da internet, como salienta Castells:

Assim, a principal lição da experiência brasileira é a dificuldade de se avaliar o efeito direto dos movimentos sociais sobre o sistema político segundo os valores e propostas por eles defendidos. Isso porque o processo de traduzir a indicação expressa pela sociedade na esperança de uma nova política é mediado por máquinas políticas que não estão preparadas para (nem dispostas a) articular essa esperança. Elas tendem a reproduzir seus próprios interesses burocráticos, econômicos e pessoais. Essa é exatamente a crítica dos movimentos à política formal. O isolamento do sistema político em relação a novos objetivos, valores e procedimentos que surgem na sociedade parece validar essa crítica, que suscita a questão da crescente divisão entre instituições e mudança políticas, fator que ameaça a estabilidade social (CASTELLS, 2017 p. 226)

Discorreu-se, efetuando um corte no estudo, sobre os movimentos sociais de junho de 2013 e de 2018, no Brasil. Essa pesquisa entende, que de certa forma, e independente do resultado prático, esses movimentos sociais no Brasil, deflagrados pelas redes sociais da Internet, representaram um marco no movimento social brasileiro contemporâneo, que vivia uma suposta tranquilidade na vida política.

É perceptível a forte correlação entre os movimentos sociais e os instrumentos de busca de melhorias na qualidade de vida da população e na efetivação dos direitos humanos.

Sendo assim, a vontade democrática, precisa que as opiniões que a constituem, sejam criadas em uma esfera política não desvirtuada pelo poder. E esse ambiente, a Internet, acaba por auxiliar na inibição da seletividade e do apoderamento, típico dos meios de comunicação convencionais, transformando o ambiente em rede, em um espaço deliberativo a serviço da democratização. No entanto, não se deve considerar, que a esfera pública em rede exclua dos debates os que, ainda não tenham acesso à internet, e sim deve ser visualizado como mais uma das múltiplas esferas públicas

Restou demonstrado nesta dissertação a necessidade imperiosa de se compatibilizar e alinhar a todo o sistema constitucional os diversos direitos

fundamentais envolvidos, para que os movimentos sociais possam atingir sua legitimidade legal e, conseqüentemente, a sua eficácia, onde esta, por estar ligada às liberdades constitucionais, possui eficácia imediata e plena, não podendo esses direitos e liberdades serem restringidos aprioristicamente, sob pena de frustrar o exercício.

Especificamente, em relação à manifestação de opinião, vimos que em um Estado de Direito a opinião manifestada não pode ser alvo de consequências negativas e sanções ao expositor da opinião, de modo contrário frustraria a própria democracia. A única forma de limitação da opinião é a questão do conflito entre essas liberdades e outros direitos de personalidade, estes, pautados pela dignidade da pessoa humana, tais como pode-se depreender da análise casuística em relação ao direito do esquecimento.

Sobre a eficácia da liberdade de expressão, que funciona como forma para a manifestação de opinião, esta liberdade, também, está associada, diretamente, à dignidade da pessoa humana e à democracia, em especial aos movimentos sociais. E, da mesma forma que o direito de manifestação do pensamento, a liberdade de expressão sofre restrições, impedindo que indivíduos se valham da liberdade de expressão para deflagrar discursos discriminatórios ou ligados ao discurso do ódio, que, inclusive, podem impedir esses indivíduos, atingidos por esses discursos do ódio, de participar de determinadas atividades e do próprio debate público.

Na liberdade de reunião, prevista constitucionalmente como um direito fundamental de eficácia imediata e plena, sendo observados os elementos que a legitimam, quaisquer movimentos sociais que façam uso da liberdade de reunião estarão protegidos constitucionalmente, e, portanto, garantida a sua eficácia constitucional. Dessa forma, o movimento social que observe o caráter pacífico da reunião, sem armas, a precedência em relação às outras reuniões anteriormente convocadas, o aviso prévio, a pluralidade de participantes, o objetivo comum entre os participantes, a transitoriedade e terão respaldo constitucional para alcançar a sua eficácia jurídica.

Quanto ao aspecto espacial do direito de Reunião, o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou, pontuando que não há direito absoluto, que, salvo concorrência entre direitos fundamentais, o direito de reunião não pode ser restringido, previamente, seja por lei ou ato normativo ou judicial.

Da mesma forma, deve-se compreender que no caso de uso de máscaras por participantes, no exercício do direito de reunião, este uso de máscaras pode corresponder a uma forma de manifestação artística, religiosa, cultural, política ou de outra natureza, inerente ao próprio tema dessas reuniões e, salvo no caso em que seja

identificado ofensa a outros direitos fundamentais, quaisquer restrições, seja por lei ou por ato administrativo ou judicial, serão compreendidas como inconstitucionais e passíveis de tornar ineficaz o exercício da liberdade de Reunião. Tão e somente, no caso de participantes de movimentos sociais, no exercício do direito de reunião que utilizem máscaras para manter o seu anonimato e se sentirem livres à prática de atos ilícitos, devem sofrer intervenção policial para serem contidos e retirados dos movimentos sociais e, jamais, encerrar a reunião.

Outra forma de se obstara a liberdade de reunião seria a sua suspensão com a decretação do estado de sítio ou a sua restrição com a decretação do estado de defesa. Essas decretações previstas constitucionalmente nos artigos 136, parágrafo 1º, inciso I da CRFB e 137, I combinado com o artigo 139, não devem servir de arma para políticos que tentem frustrar a eficácia do direito de reunião, sob o manto da decretação dessas situações em casos em que elas, definitivamente, não estejam ocorrendo.

De uma forma geral, a concorrência de direitos, decorrente das reuniões, conduz, inevitavelmente, à colisão de direitos fundamentais, seja obstando o direito de ir e vir, seja com barulho excessivo, no entanto, deve-se, nesses casos somente, restringir a o Direito de Reunião com base na concorrência entre os direitos fundamentais envolvidos, de forma que, o nível de incomodo causado à coletividade em geral, deve ser balizado pela natureza do interesse que originou a reunião.

Nos movimentos sociais deflagrados em rede no Brasil, citados neste trabalho, a questão dos excessos foi observada em diversas manifestações, em especial, o excesso na liberdade de expressão e a não observância dos elementos da liberdade de reunião. Os excessos foram observados tanto pelos participantes quanto pelos uso da força policial e na tentativa de frustrar essas manifestações com a deflagração de estado de sítio e/ou estado de defesa por algumas cidades, estas situações personificam violações à liberdade de manifestação e sua própria eficácia.

Cabe agora seguir em uma reflexão profunda sobre o tema, em especial naqueles movimentos deflagrados pelas redes sociais da internet, para que a luta social despreendida pelas mobilizações mencionadas não seja enfraquecida e silenciada.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar A. *A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 37, p. 143-166, jan./jun. 2006.*

ALEX, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2ª Ed.: São Paulo, Editora Malheiros, 2011.

_____. *Constitucionalismo Discursivo*. Tradução/Organização de Luís Afonso Heck. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

AVRITZER, Leonardo. *Modelos de Deliberação Democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e participação no Brasil democrático*. In: _____. (Org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 27-54..

BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da personalidade*. 8. ed. rev. e atual. por Eduardo C. B. Bittar. São Paulo: Saraiva, 2015

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

BAUMAN, ZYGMUNT. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 2001.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, L.G. Grandinetti Castanho de. *Direito de Informação e liberdade de expressão*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança : Movimentos Sociais na Era da Internet.*, 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017.

_____. *A sociedade em rede*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. 1.

CARNEIRO, Henrique Soares .*Occupy: Movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Bontempo, 2012.

COSTA MATOS, Andityas Soares de Moura. *Estado de Exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte*. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, vol.07, n.4, 2016, p.43-95.

Cretella Júnior, José . *Elementos do Direito Constitucional*. São Paulo, *Revista dos Tribunais* , 1998

DAHL, Robert A. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

_____. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997

_____. *Sobre a democracia. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora UNB, 2001.*

_____. *La igualdad política. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.*

_____. *A democracia e seus críticos. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.*

DALTON, Russel; KUECHLER, M. (orgs.). *Challenging the political order: new social and political movements in western democracies. Oxford: Polity Press, 1990.*

DI FELICE, M. *Do público para as redes. A comunicação digital e as novas formas de participação social. São Paulo: Difusão, 2008.*

Diniz, Maria Helena. *Norma Constitucional e seus Efeitos - 8ª Ed. Editora Saraiva. 2009*

DUPUIS- DÉRI, Francis. *Black Blocs. São Paulo: Editora Veneta, 2014.*

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério. Tradução de Nelson Boeira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Título original: Taking rights seriously*

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. *Dez teses acerca dos movimentos sociais. Lua Nova, São Paulo, nº 17, junho 1989.*

GARCIA, M., *Limites da ciência: a dignidade da pessoa humana: a ética da responsabilidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 196/197.*

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e gestão pública. Revista Ciências Sociais Unisinos, Rio Grande do Sul, v. 42, n. 1, p. 5-11, jan/abr. 2006.*

_____. *Sociologia dos Movimentos Sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.*

_____. *Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, v.16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011.*

_____. *Movimento sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.*

GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Culturas brasileiras de participação democrática. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009.*

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional: A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris. 1997.*

Habermas, J. *(Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade (Vol. I). Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003a.*

_____. *Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade (Vol. II). Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003b*

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LARANJEIRA, Sônia (Org.). *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1990.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. *O que é Virtual?* Trad. Paulo Neves. São Paulo, Editora 34. 1996.

LEMO, Andre. LÉVY, Pierre. *O futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

LOCATELLI, Piero. *#VemPraRua: as revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento*. Companhia das Letras. São Paulo: 2013.

MACHADO, Jónatas E. M.. *Liberdade de Expressão. Dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social*. Coimbra: Coimbra, 2002

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. *Os Artigos Federalistas*. Apresentação: Isaac Kramnick; tradução de Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MALINI, Fábio e ANTOUN, Henrique. *@ Internet e # rua – ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Editora Sulina. Porto Alegre: 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MELLO Filho, José Celso de. *O direito constitucional de reunião*. Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. São Paulo, vol. 54, set/out. 1978, p.19-23.

MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. El Colégio de México, 1999.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocência Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. *Liberdade de expressão e discurso do ódio: racismo, discriminação, preconceito, pornografia, financiamento das atividades artísticas e das campanhas eleitorais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 14. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

POTIGUAR, Alex. *Liberdade de expressão e discurso do ódio: a luta pelo reconhecimento da igualdade como direito à diferença*. Brasília: Consulex, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 11. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012

SILVA – José Afonso; *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*; Ed. Malheiros; 8ª edição; 2012

SILVA, Lucas Gonçalves da. *Teoria da democracia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015

SILVA, Lucas Gonçalves da; BRITO, G.B. *Do texto às ruas: Constituição Simbólica, força normativa e Direito de Reunião numa Sociedade Aberta de Intérpretes*. Anais do XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, Belo Horizonte: 2015, p. 151-166.

SILVA, Lucas Gonçalves da; BRITO, G.B. *Democracia na Era da Internet, tática blackbloc e Direito de Reunião*. Anais do XXIV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/UFS, Aracaju: 2015, p. 294-310.

SILVA, Lucas Gonçalves da; DETONI, Andrea Galvão Rocha. *A proteção dos direitos fundamentais à luz da sociedade da informação*. In: PORTELA, Irene (Dir.) *O Direito Constitucional e o seu papel na construção do cenário jurídico global*. Barcelos: Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, 2016

SILVA, Lucas Gonçalves da; CARVALHO, Mariana Amaral . *O DISCURSO DO ÓDIO CONTRA MIGRANTES NAS REDES SOCIAIS*, Seminário Internacional Demandas sociais e políticas na sociedade contemporânea, Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2017

SILVA NETO, Manoel Jorge e. *O Constitucionalismo Brasileiro Tardio*. Brasília: ESMPU, 2016.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. *Curso de Direito Constitucional - 9ª Ed. .* Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2018

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. História: Debates e Tendências*, vol. 7, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2008. Acesso em 15/08/2015.

_____. *A política dos movimentos sociais para o mundo rural. Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 1, p. 5-22, 2007. Acesso em 15/08/2015.

_____. *Redes de movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, P. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUSA, Nuno e. *A liberdade de imprensa*. Coimbra: Coimbra. 1984

STROPPIA, TATIANA; ROTHENBURG, WALTER CLAUDIUS. *Liberdade De Expressão E Discriminação Preconceituosa*. Publicacao XXIII Congresso Nacional Do Conpedi/Ufpe. 2014

TÁCITO, Caio. 1988. *Coleção Constituições brasileiras v.7*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2012

TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Trad. De Elia Ferreira Edel. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.